

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 29 DE DEZEMBRO DE 2008

NÚMERO 5.983

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dado Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
Marcos Vieira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
MINAS E ENERGIA**

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
Serafim Venzon
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Jean Kuhlmann - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Professora Odete de Jesus -
Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1983
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 101ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 17/12/20082
Ata da 043ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 17/12/2008 29
Ata da 044ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 17/12/2008 32
Ata da 045ª Sessão Extraordinária
da 16ª realizada em 17/12/2008 32

Atos da Mesa

Atos da Mesa 36

Publicações Diversas

Atas das Comissões Permanentes
..... 36
Aviso de Licitação 39
Extratos 39
Ofícios 40
Projeto de Lei 40

PLENÁRIO

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Chereem - Dagomar Carneiro - Darcy de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Saúda a presença do vereador Sérgio Rogério Pacheco, de São Bento do Sul.

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta revolta com a situação dos servidores da Segurança Pública.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o decreto presidencial que trata da liberação de madeira para os agricultores e a aprovação do PL n. 0128 no Congresso Nacional.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pronuncia-se acerca dos investimentos do governo federal para recuperar as cidades atingidas pelas cheias; agradece aos funcionários da Alesc o trabalho realizado em Ilhota e Blumenau.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Agradece aos funcionários da Alesc pelo trabalho junto aos atingidos pelas cheias; enaltece as ações do governo do estado com relação às enchentes; relata sua participação na 14ª Copa das Nações Unidas sobre mudanças climáticas.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reclama da impossibilidade de mexer no projeto do Orçamento do estado.

Partidos Políticos

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Reporta-se à adoção, pelo estado, do piso nacional do Magistério.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Rechaça críticas do deputado Joares Ponticelli referentes aos recursos para o Presídio Regional de Tubarão.

DEPUTADO GENÉSIO GOULART (aparte) - Afirma que o governo do estado garantiu os recursos para o Presídio Regional de Tubarão e para o Aeroporto Regional de Jaguaruna.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Manifesta sua indignação às críticas à bancada do PMDB na votação das emendas relativas ao sul do estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Expressa solidariedade à postura dos deputados Manoel Mota e Ada De Luca.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Coloca sua satisfação pela formação do grupo estratégico de inteligência para tratar de estudos de prevenção de enchentes; fala da duplicação da BR-280; tece comentários sobre três projetos de autoria do senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Discorre sobre as ações do PT durante o ano de 2008.

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Aborda sua saída da Assembléia para assumir a prefeitura de Itajaí.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Manifesta solidariedade ao deputado Jandir Bellini pelas cheias em Itajaí.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Deseja sucesso ao deputado Jandir Bellini frente à prefeitura de Itajaí.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Deseja sucesso na gestão do deputado Jandir Bellini como prefeito de Itajaí.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Aborda sua saída da Assembléia para assumir a prefeitura de Criciúma.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro na prefeitura de Criciúma.

DEPUTADO DADO CHEREM (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro na gestão como prefeito de Criciúma.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro como prefeito de Criciúma.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro na prefeitura de Criciúma.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro na gestão como prefeito de Criciúma.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro como prefeito de Criciúma.

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) (pela ordem) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro na gestão como prefeito de Criciúma.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Deseja sucesso ao deputado Clésio Salvaro na prefeitura de Criciúma.

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO (pela ordem) - Agradece as palavras dos deputados que o apartearam.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença de seu filho Juan Kennedy Nunes.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença de professores e alunos da Escola Estadual Santa Rita, de São Miguel d'Oeste.

Explicação Pessoal

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra a passagem dos 50 anos de sacerdócio do padre Edgar; relembra a edição do Ato Institucional n. 5.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Lembra com carinho do padre Edgar e solidariza-se com os comentários acerca do AI-5.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Reporta-se à votação do Orçamento de 2009.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica a posição de opositoristas na votação do Orçamento 2009.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Externa sua convicção de que o governador encontrará uma solução para a Uniplac.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Lembra a cassação do ex-deputado Válio Faraco; manifesta preocupação com a criação de leis inconstitucionais.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Fala da homenagem que recebeu do Sindicato das Empresas de Fumo; tece comentários sobre a votação das emendas ao Orçamento 2009.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0239/2008, de origem governamental, que dispõe sobre a fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o PL 0336/2008, que autoriza a concessão de uso remunerado de imóvel no município de Laguna (instalação de instituição de nível superior).

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o PLC 0024/2008, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei Complementar n. 305, de 2007 (Assessor de Direção - Centros de Educação Profissional Agrotécnico).

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Discute o PLC 0035/2008, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o PLC 0035/2008, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute o PLC 0035/2008, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute o PLC 0035/2008, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o PLC 0035/2008, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0035/2008, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0035/2008, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda de fls. 58, de autoria da bancada do PT, ao PLC 0035/2008.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda de fls. 58, de autoria da bancada do PT, ao PLC 0035/2008.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação da emenda de fls. 59, da bancada do PT, que altera a tabela de vencimentos prevista na Lei Complementar n. 323/2006.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0035/2008 com as emendas aprovadas nas comissões.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0035/2008 com as emendas aprovadas nas comissões.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Faz declaração de voto referente ao PLC 0035/2008.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0035/2008 com as emendas aprovadas nas comissões.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0035/2008 com as emendas aprovadas nas comissões.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PLC 0042/2008, que altera dispositivos da LC n. 381/2007, e da LC n. 329/2006 (Cria coordenadorias regionais no âmbito da Fatma).

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Faz declaração de voto referente ao PLC 0042/2008.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Faz declaração de voto referente ao PLC 0042/2008.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Questiona a tramitação do PLC 0009/2008, que altera dispositivos da LC n. 381, que dispõe sobre o modelo de gestão e da estrutura organizacional da administração pública estadual.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Concorda com o deputado Pedro Ucai no que concerne ao PLC 0009/2008.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Explica sua posição quanto à tramitação do PLC 0009/2008.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Apela pela continuidade da tramitação do PLC 0009/2008.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Relata a importância da aprovação do PLC 0009/2008.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Expressa o apoio do PSDB ao PLC 0009/2008.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Pede esclarecimentos acerca do PLC 0020/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, que altera a redação do § 1º do art. 30 da Lei n. 6.320/1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Encaminha votação do PLC 0029/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dá nova redação aos arts. 3º, 12 e 20 da Lei Complementar n. 155/1997, que institui a Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Encaminha votação do PLC 0029/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dá nova redação aos arts. 3º, 12 e 20 da Lei Complementar n. 155/1997, que institui a Defensoria Pública no estado de S

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre o PLC 0026/2008, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar n. 381/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual (servidores das fundações educacionais e Magistério Público).

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Manifesta sua posição pela não-votação em plenário do PLC 0026/2008 antes da votação na comissão de Finanças.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Como líder, manifesta sua posição pela imediata votação em plenário do PLC 0026/2008.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação do PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Faz declaração de voto relativa ao PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Faz declaração de voto relativa ao PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Faz declaração de voto relativa ao PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Faz declaração de voto relativa ao PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Faz declaração de voto relativa ao PL 0378/2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar a presença nesta Casa do vereador Sérgio Rogério Pacheco, de São Bento do Sul, juntamente com um dentista do município. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Muito obrigado pela visita. Esta Casa Legislativa encontra-se a seu dispor.

A Presidência comunica aos srs. presidentes das comissões que, fruto de entendimento dos srs. líderes feito pela manhã, as comissões devem reunir-se neste horário, no início da tarde, para deliberações, pois as matérias deliberadas virão ao plenário ainda hoje.

Portanto, fazemos essa convocação a todos os srs. presidentes de comissões que têm matérias pendentes, a fim de que possam reunir-se nas respectivas comissões para deliberar sobre as matérias.

O deputado Romildo Titon, que é presidente da CCJ, já está a postos para iniciar a reunião. Convocamos, portanto, os srs. membros dessa comissão para a reunião.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, pessoas que nos acompanham nesta sessão, nossos companheiros policiais e bombeiros militares, esta era para ser a última sessão ordinária deste ano, 2008, mas não vai ser até porque o governo mandou duas medidas provisórias para esta Casa sobre as quais nós tomamos conhecimento há cerca de duas horas. Portanto, não há como, numa tarde, analisar duas medidas provisórias, fazer a tramitação em todas as comissões e trazê-las a este plenário.

A Medida Provisória n. 0146 trata do Fundo Social e a Medida Provisória n. 0147 trata, dentre outras coisas, de incentivos fiscais, inclusive estende os direitos relativos ao Prodec - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - para a General Motors.

Não são as medidas provisórias que se esperava durante esta semana para atuar no combate aos efeitos da calamidade e da catástrofe que se abateu sobre o nosso estado por causa das chuvas nas últimas semanas. A medida provisória para combater a calamidade e recuperar o estado ainda pode vir a qualquer momento. Logo, esta Assembléia Legislativa terá outras sessões no decorrer deste ano de 2008 ou no início do ano que vem, conforme vai ser decidido pela vontade da maioria dos deputados desta Casa.

Eu teria muitas outras coisas para falar na tarde de hoje, nesta que seria a última sessão ordinária do ano de 2008, coisas que não foram ditas ao longo dos últimos meses e que se referem a questões importantes da nossa sociedade que precisariam ser abordadas. Mas os fatos mais uma vez atropelaram a nossa pauta e eu tenho que voltar para um assunto sobre o qual tenho falado bastante desta tribuna.

Neste momento, 14h26 do dia 17 de dezembro de 2008, ainda jaz no barro de Bom Retiro o corpo do soldado Joelson Aluísio Menegaz. Ele tinha dois filhos, 32 anos de idade, casado, residente na cidade de Bom Retiro. Às 13h o soldado Menegaz, em serviço, estava deslocando-se para o almoço - lá em Bom Retiro eles almoçam na residência porque não há uma empresa que forneça alimentação no local de trabalho -, quando foi informado por populares que um masculino estava dentro de um carro brigando ou havia atirado contra sua esposa. Perseguindo o veículo, que acabou capotando e saindo da via, antes mesmo de desembarcar do seu carro, o soldado Menegaz foi alvejado por inúmeros tiros e tombou morto ali mesmo. E ali está. Assim como estão os corpos da referida mulher que o marido teria matado, assim como está também o assassino do soldado Joelson Menegaz, porque exatamente naquele instante estava chegando a viatura de serviço na cidade.

O soldado Joelson Menegaz era um companheiro filiado à Aprasc, participante das nossas lutas, participante dos debates do fórum de discussão da Aprasc, e acaba de ser assassinado no cumprimento do dever a 130 quilômetros desta Assembléia Legislativa, na cidade de Bom Retiro.

Temos falado que essas ocorrências têm sido cada vez mais frequentes, ou seja, o policial e o bombeiro morrerem no exercício da função. Temos falado que é preciso mais efetivo, temos falado que é preciso mais estrutura, temos falado que são necessárias melhores condições de vida para os trabalhadores da Segurança Pública, para que não precisemos andar tão desprotegidos defendendo a sociedade.

Nós temos que refletir também em Santa Catarina sobre a dificuldade cada vez maior que o policial militar, que o policial civil, identificados como tal, têm de poder caminhar pelas ruas sozinhos. Nós temos, neste momento, na maioria das cidades do estado de Santa Catarina, apenas um policial militar de serviço e a violência e a criminalidade têm crescido a cada dia.

Da mesma forma, é preciso criar condições para que as famílias dos servidores da Segurança Pública sejam abrigadas, sejam protegidas pelo estado. Falávamos aqui outro dia que a esposa do soldado Marcelo, assassinado no dia 27 de setembro, em Santo Amaro da Imperatriz, ainda não havia recebido nenhum centavo da sua pensão! Isso três meses depois do ocorrido e com dois filhos para sustentar.

O corpo do nosso irmão de farda Menegaz está lá no chão de Bom Retiro. E a sua viúva e os dois filhos vão ter que esperar quantos meses para que o Iprev, para que o governo do estado garanta a pensão?! Ressalte-se que a pensão já é cortada pela metade, ou seja, a viúva não ganha aquilo que um militar ganha quando está trabalhando, ou seja, o tempo integral e mais 40 horas extras.

Nós temos falado aqui que não queremos mais nenhum companheiro morto antes do pagamento da Lei n. 254, que já completou cinco anos anteontem. Nós temos mais de mil policiais e bombeiros que não recebem salário porque é tudo descontado no

banco; quem compra alimentação da família consegue-o porque faz bico nas horas de folga, desgastando-se antes de chegar ao serviço. Com isso, não tem as mesmas condições de trabalho e, inclusive, tem mais possibilidade de morrer no exercício da profissão.

Nós temos uma maioria de endividados na Segurança Pública de Santa Catarina. Nós temos três anos de salários congelados para todos os servidores da Segurança Pública. E não estamos fazendo proselitismo, não estamos usando a desgraça alheia, pois temos falado disso desde o começo do ano passado, a fim de que se fortaleça a segurança, para que se fortaleçam os servidores da Segurança Pública.

O governo, que não tem tempo de discutir a Lei n. 254, tem todo o tempo do mundo para ficar inventando medida provisória para dar incentivo fiscal para a General Motors, mais ainda do que já deu até agora. Falam em milhões, falam em bilhões. E dá-lhe incentivo fiscal! Mas não tem R\$ 1 milhão para resolver o problema salarial dos servidores da Segurança Pública.

Neste ano ainda, antes do Natal - e ainda bem que a Assembléia vai ter que esticar o seu expediente -, os praças estarão nas ruas porque o nível de revolta é muito grande e só aumenta cada vez que temos que enterrar mais um companheiro sem receber os seus direitos já inscritos em lei há cinco anos.

Dia 22, segunda-feira, este estado vai tremer pelo soldado Menegaz, pelo soldado Marcelo e por todos os outros que tombaram defendendo o estado de Santa Catarina, defendendo as leis, defendendo a sociedade. O governo precisa pronunciar-se ainda esta semana, senão vai haver paralisação neste estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, a quem esta Presidência concede o tempo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, venho a esta tribuna hoje para falar sobre dois assuntos: o decreto presidencial que trata da questão da liberação de madeira para os agricultores, e a aprovação do Projeto de Lei n. 0128 no Congresso Nacional na semana passada.

Antes disso, deputado Sargento Amauri Soares, quero aprovar e reforçar suas palavras pela grande luta dos trabalhadores da Segurança Pública em Santa Catarina, pois estamos de fato - e temos que estar - preocupados com a segurança da sociedade catarinense, com o tratamento que está sendo dado aos trabalhadores da Segurança Pública.

E eu quero dizer que isso não é só com relação aos nossos praças, aos nossos policiais que estão nas ruas, essa mesma preocupação se refere a um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que está em todas as áreas defendendo o estado, trabalhando em prol da sociedade catarinense. Infelizmente, estão vindo para cá medidas paliativas que resolvem uma ou outra situação, mas não se discute a situação de todos os nossos trabalhadores, principalmente dos nossos praças que estão na rua colocando em risco suas vidas e que em muitos momentos não são valorizados.

Então, quero aqui cumprimentá-lo e associar-me a essa luta pela Segurança Pública no estado de Santa Catarina.

Mas quero aqui tratar de uma questão sobre a qual já estive pronunciando-me dias atrás, que é criação do microempreendedor individual da nossa micro e pequena empresa. Temos uma estimativa de que a partir de julho do ano que vem, quando entra em vigor o Projeto de Lei n. 0128 aprovado pelo Senado e votado, em última instância, na semana passada, pelo Congresso Nacional, poderão ser beneficiados quatro milhões de novos optantes pela modalidade de microempreendedor individual.

Então, o nosso governo e o Congresso Nacional reconhecem uma categoria tão importante, que nunca teve no Brasil a possibilidade de se transformar em contribuinte legal e de garantir também os seus direitos para o futuro. E citamos o vendedor de pipoca da esquina, o vendedor de sanduíche, a costureira, o pequeno metalúrgico que trabalha com sua família, além de outros profissionais que estão contemplados nessa nova lei.

Então, pode haver até um empregado sócio que pague R\$ 45,65 de INSS, mais R\$ 1,00 de ICMS, mais R\$ 5,00 de ISS. Essa já foi uma conquista! Houve também a inclusão de setores que estavam fora da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e do Supersimples. Por outro lado, há alguns setores que ainda não foram contemplados, não houve acordo, mas já há o compromisso de que no início do ano que vem isso irá ocorrer.

Então, há o sentimento de uma conquista muito grande em Santa Catarina. Esta Casa, através da nossa subcomissão que trata da implantação da Lei Geral, teve uma participação ativa nessas mudanças junto ao Comitê Gestor Nacional e junto ao Congresso Nacional. A nossa senadora Ideli Salvatti não tem medido esforços, está acompanhando esse trabalho e lutando muito. O nosso deputado federal Cláudio Vignatti é o coordenador da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas. Toda a nossa bancada está extremamente envolvida com isso, o companheiro Décio Lima, em Blumenau, juntamente com a Ampe, que é uma das mais antigas associações do estado; o deputado Carlito Merss, em Joinville, enfim, todos têm acompanhado desde o início o debate da questão da Lei Geral.

Mas eu quero destacar aqui a votação na comissão de Constituição e Justiça ontem, que aprovou um projeto que apresentamos nesta Casa. Juntamente com os deputados Darci de Matos e Gelson Merísio articulamos a aprovação desse projeto, com o substitutivo do deputado Gelson Merísio, que permite, em Santa Catarina, a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais, item que consta da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em nível nacional, ou seja, os estados e municípios poderão legislar sobre as compras governamentais.

Então, esse projeto passou na comissão de Constituição e Justiça desta Casa, no dia de ontem, está tramitando e prevê que nas compras até R\$ 80 mil sejam priorizadas as nossas micro e pequenas empresas. Trata-se de um passo importante que se dá nesta Casa e esperamos que esse projeto tramite por todas as comissões, seja aprovado por este Plenário e sancionado pelo governador.

Outro tema que repercute no estado, repercute no Brasil é o Decreto n. 6.660, de 21 de novembro de 2008, divulgado no Diário Oficial esta semana, que regulamenta dispositivo da Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006, da mata atlântica, que trata da exploração sem propósito comercial da flora nativa.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa. tem problemas lá na sua região, no planalto norte, referente ao uso da bracinga, pois permite-se o consumo de 15m³ por unidade familiar, anualmente, para os aviários, para a secagem de fumo e para outras atividades, sem precisar de licença da Fatma; é necessário apenas a licença para transporte até a serraria e um formulário específico que vai ser articulado pela Fatma.

Então, o agricultor pode consumir 15m³ por unidade familiar, anualmente, e também pode consumir, a cada três anos, 20m³ por unidade familiar para reforma, ampliação da casa e manutenção das benfeitorias. Essa é uma das necessidades que a agricultura familiar hoje tem.

A vantagem disso, srs. deputados, é que não haverá mais necessidade de os agricultores pagarem projetos para terem a liberação dessa madeira nem da ART ou pedirem autorização à Fatma para esse corte. Basta somente a licença da Fatma para o transporte, se houver.

Então, deputado Décio Góes, nós precisamos agir de maneira forte e rápida, no sentido de que a Fatma possa de fato acompanhar isso de perto, para que os aproveitadores não façam mau uso dessa madeira, e que seja, portanto, usada dentro das propriedades dos agricultores para o seu consumo interno. Por isso esse decreto é importante para a agricultura familiar, para as pequenas propriedades e para a produção agrícola do nosso estado.

Outra questão é que o Decreto n. 6.660 trata da prorrogação, por mais um ano, do prazo para averbação da reserva legal dos agricultores. É importante que não sejam cobradas as multas dos agricultores que não cumpriram o prazo da averbação que seria agora em dezembro. Então, esse decreto é importante para os agricultores, pois eles terão mais um ano para fazer as averbações e os licenciamentos das propriedades, já que estamos muito preocupados com a cobrança das taxas das ONGs, dessas entidades que se estão aproveitando desse momento para cobrar de R\$ 1 mil a R\$ 1,5 mil para fazer o licenciamento e averbação das propriedades.

Enfim, são conquistas importantes que nós tivemos nos últimos dias e que de fato vêm beneficiar a nossa micro e pequena empresa e a nossa agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Srs. deputados, público que nos está acompanhando pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital e pessoas que nos honram com a sua presença nesta Casa.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, hoje é um dia muito importante para o estado de Santa Catarina e, principalmente, para as pessoas que sofreram e sofrem as consequências da tragédia que, infelizmente, atingiu diversas cidades e, tenho certeza, o coração de todos os catarinenses. É importante dizer também para os gestores municipais e para o governo do estado que podem contar com o total apoio do presidente Lula na luta pela reconstrução dessas áreas atingidas.

O Senado deverá votar ainda esta semana, já que foi votada na Câmara dos Deputados, a medida provisória do governo federal que destina cerca de R\$ 1,50 bilhão para o socorro às vítimas das enchentes e deslizamentos em nosso estado. Com o aval dos senadores, essa matéria será transformada em lei, o que garantirá o repasse integral desses recursos.

Desse R\$ 1 bilhão - e é bom que nós, parlamentares, esclareçamos o povo catarinense daonde está vindo o dinheiro e para onde será destinado -, R\$ 360 milhões serão destinados à Defesa Civil estadual e R\$ 350 milhões para a recuperação do porto do município de Itajaí. Mas também quero lembrar todos que o presidente da República esteve pessoalmente duas vezes em nosso estado visitando as regiões atingidas pela tragédia e tem declarado o seu total comprometimento com a reconstrução do nosso estado.

Os recursos para investimentos na área da saúde já estão à disposição do governo do estado. Mas essa verba, da ordem de R\$ 100 milhões, para a saúde e para auxiliar as vítimas e os municípios atingidos será liberada tão logo o plano de contingência preparado pela secretaria de estado da Saúde seja entregue ao ministério da Saúde. Porque enquanto a secretaria de estado da Saúde não relatar para o ministério da Saúde onde será alocado esse dinheiro, ele dinheiro não será liberado.

Do total de recursos assegurados por essa medida provisória, cerca de R\$ 70 milhões serão transferidos diretamente para o Fundo Estadual de Saúde, para ampliar as equipes de trabalho. Os outros R\$ 30 milhões serão usados na compra de equipamentos e reforma das unidades de saúde atingidas nos diversos municípios.

No setor agrícola, sr. presidente, foi aberta uma linha de crédito, através do ministério do Desenvolvimento Agrário, para os agricultores do estado de Santa Catarina afetados pela chuva. Essa nova modalidade terá financiamento de investimentos no valor R\$ 100 mil, com prazo de dez anos para pagar, três anos de carência e juros de 2% ao ano.

Ainda entre as medidas de auxílio aos agricultores através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, os contratos com vencimento inicial entre 1º de novembro de 2008 e 30 de junho de 2009 passarão a ter vencimento em 1º de julho de 2009. Então, serão seis meses para os agricultores também começarem a pagar esse financiamento que já existia.

Outra medida diz respeito à liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A imprensa divulgou hoje a informação de que se todos os 190 mil trabalhadores do município de Blumenau sacarem o saldo que têm do FGTS, serão injetados R\$ 500 milhões na economia do município de Blumenau, cidade que foi duramente atingida pelas chuvas e que ainda está em estado de alerta. E além de Blumenau, os trabalhadores de Itajaí, Ilhota, Gaspar, Luis Alves e outros municípios que foram atingidos pela chuva serão ajudados."

Mas, srs. deputados, quero falar também sobre a importância da liberação do Fundo de Garantia e faço aqui um parêntesis para informar à nossa comunidade qual a documentação necessária para a sua liberação.

As pessoas atingidas pelas enchentes iriam sacar um valor na ordem de R\$ 2,6 mil. Depois se ventilou a possibilidade de dobrar esses recursos para R\$ 5,2 mil. Mas o governo do presidente Lula, na última visita que fez a Santa Catarina, resolveu liberar o valor integral do Fundo de Garantia dos trabalhadores não só para as pessoas atingidas pela enchente, como para todos os trabalhadores dos municípios de Blumenau, mesmo os não atingidos, de Gaspar, de Ilhota, de Itajaí, da região norte do estado de Santa Catarina e os outros municípios circunvizinhos do médio vale do Itajaí.

Na região de Blumenau, o cadastramento começará na próxima segunda-feira, no dia 22 de dezembro, das 8h30 às 20h30, no ginásio Galegão, sendo necessários os seguintes documentos: carteira de identidade, ou carteira de motorista, ou carteira de trabalho, ou mesmo a certidão de nascimento, comprovante de endereço e o número do PIS. É importante frisar que a pessoa que não tiver o comprovante de residência no seu nome deverá dirigir-se a um local que será montado para analisar cada caso. Se não possuir nenhum desses documentos, também terá um funcionário da Caixa Econômica para orientar todas as pessoas que quiserem sacar o FGTS.

(Continua lendo.)

"Senhoras e senhores, quero dizer que, apesar da dor que muitos ainda sentem, diante de tudo o que aconteceu, sabemos que é tempo também de refazer, de recomeçar, de reconstruir. E o governo federal está fazendo a sua parte, honrando com a sua palavra, tanto é que antes de vir o presidente, vieram os ministros; logo após o presidente veio e confirmou tudo o que lhe foi detalhado.

Sabemos ainda que temos muito o que aprender com essa tragédia, seja como cidadãos, seja como pessoas públicas que têm a missão e a responsabilidade de estar ao lado da população guerreira do estado de Santa Catarina.

Encerro a minha fala fazendo um agradecimento aos colegas desta Casa, aos deputados e deputadas que estiveram na região auxiliando as famílias, auxiliando os governantes e, em especial, aos funcionários da Assembléia Legislativa que, conforme veremos nas fotos, se dispuseram a sair de Florianópolis para ir à região de Ilhota e Blumenau auxiliar aquelas comunidades fazendo sacolões e depois a distribuição, conversando com as pessoas, chegando a ir até alguns locais em que não se conseguiria chegar de carro comum, somente de jipe. Eles trabalharam e carregaram peso o dia inteiro, fizeram um trabalho maravilhoso."

(Procede-se à apresentação de fotos.)

Quero agradecer antecipadamente aos funcionários da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, porque eles estão retornando agora aos municípios de Blumenau e Ilhota para complementar esse trabalho grandioso. Agradeço pessoalmente a cada um deles, em nome do dr. Márcio, que formou essa comissão.

Estará saindo um ônibus novamente neste final de semana e os trabalhadores que forem para lá sentirão de perto o que aquelas pessoas estão passando, porque às vezes as imagens não traduzem toda a sua dor. Eu tenho certeza de que isso será muito gratificante para eles, não só pela doação material que farão, como também pela doação de seu tempo, pela paciência de escutar a história de sofrimento das pessoas.

Então, eu quero fazer um agradecimento todo especial, pois isso me surpreendeu como deputada, a essas grandiosas mulheres e a esses grandiosos homens que estiveram ajudando, no último final de semana, essas pessoas que foram atingidas pelas enchentes. Eles retornarão, neste final de semana, a essas localidades, para dar continuidade ao seu trabalho. E esses funcionários, mesmo diante dos últimos acontecimentos, em que pessoas estavam levando os donativos dos necessitados das enchentes às suas casas, não se deixaram abater e irão novamente àqueles municípios para auxiliar.

Eu quero fazer também um agradecimento especial a uma senhora que foi à Vila Germânica devolver o que havia levado para casa, deputado Antônio Aguiar. Ela pediu desculpas e disse o seguinte: "Eles me deixaram levar, por isso eu levei".

Então, falta realmente estrutura logística...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Professor Grandó, por até dez minutos, que dividirá o seu tempo com o deputado Sílvio Dreveck, ficando destinados cinco minutos para cada um.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Muito obrigado, sr. presidente. Quero agradecer também ao nosso deputado Sílvio Dreveck pela divisão do tempo.

Sr. presidente, eu gostaria de fazer também um agradecimento aos funcionários desta Casa e ressaltar, deputada Ana Paula Lima, o que o governo do estado está fazendo hoje com relação à catástrofe que ocorreu em Santa Catarina. Foi criado um grupo técnico e científico, que terá seis meses para explicar as causas das catástrofes naturais ocorridas no estado e apresentar projetos preventivos.

Realmente a questão da natureza merece um tratamento científico, um tratamento preventivo a catástrofes desse tipo que possam novamente ocorrer aqui no futuro.

Nós, que estivemos em Tóquio, na missão relativa ao crédito de carbono, pudemos ter um conhecimento maior sobre o Protocolo de Kyoto, o que ele proporciona em nível mundial. E Kyoto, como foi a primeira capital do Japão, é considerada cidade sagrada. Kyoto é anagrama de Tóquio. E lá nós pudemos ver que o povo possui a cultura de não morar em área de risco. Essa questão no Japão já foi solucionada com o poder público e com a comunidade. E existe essa cultura porque lá ocorrem muitos terremotos e alguns maremotos. Enfim, eles têm a visão de que realmente não se deve brincar com áreas de risco.

Mas as catástrofes ocorridas agora em Santa Catarina foram diferentes das anteriores, em que ocorreram vazamentos dos rios. A causa da enchente desta vez foi o desmoronamento, deputada Ana Paula Lima. Foram mais de três mil desmoronamentos, entre pequenos e grandes, e alguma coisa tem que ser feita, para que possa ser dada uma explicação a respeito: ou o nosso vale do Itajaí, em sua formação na era geológica, constituiu aquele tipo de terreno que mesmo tendo a mata desbarranca por função da infiltração da água, por função de nascentes não bem protegidas ou isso ocorreu devido a outras causas, a outras interpretações. Por isso nada melhor do que o que o governador fez agora ao criar um grupo científico e técnico para prevenção de tragédias no futuro.

E por que estamos falando disso? Nós estamos falando disso porque nós fomos, recentemente, a Poznan, na Polónia, participar da 14ª Copa das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Eu queria fazer um breve relato do que lá foi discutido, depois me reportarei a esse assunto em outras oportunidades.

A primeira grande questão é que todos os representantes oficiais de 150 países, sendo que mais de três mil ONGs lá estiveram representadas (eu falo ONGs, mas são institutos científicos de pesquisa de universidades), ocasião em que foram feitos eventos paralelos de discussão sobre esse assunto e chegaram à conclusão de que as metas do Protocolo de Kyoto até 2012 serão insuficientes. E quais são as metas do Protocolo de Kyoto? Reduzir em 5% as emissões de dióxido de carbono pelos países do Anexo I. Quais são os países do Anexo I? São os países ditos desenvolvidos. Portanto, essa redução de 5% é insuficiente para combater essa emissão de dióxido de carbono, que é uma das grandes causas que estão provocando o aquecimento global. Mesmo se hoje a emissão de dióxido de carbono fosse zero, teríamos um aumento de 2°C na temperatura em 2070 e, conseqüentemente, a elevação do mar em 15cm. Isso é o mínimo, se não fosse feita mais nenhuma emissão de dióxido de carbono. Então, a situação é muito grave!

Mas o que foi discutido lá? Como o Protocolo de Kyoto, que reduz em 5% as emissões de dióxido de carbono entre os anos de 2008 e 2012, não é suficiente, estabeleceu-se o pós-Kyoto, que reduz em 30%, em 2020, essas emissões de dióxido de carbono, e em 50%, em 2050. Essa proposta discutida será levada a Copenhague no ano que vem, mas há diversas propostas: uma propõe reduzir em 30% em 2030, outras, em 50% em 2050, e assim por diante.

Também foi discutida a questão da estratégia do que era o mapa do caminho em Bali, que era o meio do caminho em Poznan e é o fim do caminho para pós-Kyoto, não mais discutindo essa questão e partindo, assim, para as ações.

Então, a questão do clima mundial está mudando muito. E, a exemplo do furacão que ocorreu em Santa Catarina, conhecido mundialmente, também as enchentes lá foram discutidas.

Muito obrigado, sra. presidente. Cedo o restante do tempo ao nosso deputado Sílvio Dreveck.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. Deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sra. presidente e srs. deputados, no dia de ontem eu me manifestei brevemente com relação ao Orçamento do estado que, na minha avaliação, veio engessado. E nós, deputado Manoel Mota, infelizmente não temos a flexibilidade de atender os pleitos das nossas regiões, conforme as solicitações.

Eu cito alguns exemplos práticos da região norte catarinense, onde vemos que a descentralização dos serviços públicos precisa ter mais agilidade e de fato levar o serviço público para atender a população.

O modelo da descentralização que existe no atual governo não é aquele que nós entendemos ser o melhor, porque ele não descentraliza os serviços de saúde, de educação, de segurança. E cito, como exemplo, deputado Kennedy Nunes, que em 2004 ou 2003, se não me falha a memória, o governo do estado esteve em nosso município e comprometeu-se com um caminho para o Corpo de Bombeiros. Nós estamos entrando em 2009 e até agora isso não aconteceu.

Então, é o momento de nós colocarmos no Orçamento essas reivindicações. Penso, deputado Antônio Aguiar - e peço a sua colaboração, pois sei que v.exa. tem-se esforçado para isso -, por exemplo, que deveríamos instalar um aparelho de hemodiálise em Canoinhas. Trinta e dois pacientes da região vêm a Mafra! Se nós levarmos o serviço público aos municípios de forma microrregionalizada, aí sim estaremos de fato fazendo a descentralização. Outro exemplo é o atendimento que é feito à saúde aqui em Florianópolis, desde Porto União, vindo um ônibus dos municípios todas as semanas para fazer diversos serviços da saúde.

Então, mais uma vez, srs. deputados, este modelo de Orçamento não é o mais adequado porque nós, independentemente de cor partidária, temos o compromisso de defender as regiões. E isso é feito através do Orçamento, dessa peça tão importante para governar, para fazer investimentos, para levar os serviços públicos de qualidade ao interior do estado.

Como já é habitual no Orçamento não permitir que os deputados possam fazer alterações através de emendas e contemplar os municípios, as regiões, que mais necessitam da descentralização dos serviços públicos, fica aqui a nossa sugestão para o governo do estado, no próximo Orçamento, permitir essa participação da comunidade, a participação dos deputados através das reivindicações das audiências públicas, das lideranças, das entidades de classe, dos vereadores, dos prefeitos.

Certamente nós vamos ter um grande avanço em termos de participação e de contemplação não só de recursos, mas de serviços públicos de qualidade para a população catarinense.

Obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem nós iremos conceder, conforme acordo com o PDT, o tempo de dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, demais integrantes da mesa, sras. deputadas e srs. deputados, quero agradecer ao líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares, esse grande homem público que sempre está pronto e servindo a população catarinense. Volta e meia nós trocamos o horário, sempre de comum acordo, em harmonia, graças a Deus, com muito respeito e muita amizade. Quando eu posso, sempre cedo o horário do meu partido para o deputado e vice-versa.

Então, quero agradecer ao grande líder do PDT, este partido que cresce extraordinariamente e que tem aqui as suas cadeiras cativas com o deputado Sargento Amauri Soares e com o deputado Dagomar Carneiro, que é membro da Mesa Diretora e tem honrado muito o Parlamento catarinense.

Mas, sra. presidenta e srs. deputados, eu venho hoje falar sobre a relatoria do deputado Renato Hinnig ao Orçamento do estado. Eu fiquei muito feliz quando foi acatada, pelo deputado relator Renato Hinnig, a implantação do piso salarial nacional para os professores do Magistério Público de Santa Catarina.

Eu gostaria de falar também que hoje pela manhã eu liguei para a secretaria de estado da Educação e conversei com o professor Silvestre. Ele afirmou que o secretário Paulo Bauer, juntamente com o professor Pazeto, que foi meu diretor no maior colégio estadual de Caçador, o Colégio Paulo Schieffler, tem-se esmerado muito. E toda essa equipe está reunida estudando para fazer com que o piso salarial dos professores da rede pública estadual seja implantado para efetuar o pagamento já em janeiro de 2009.

Segundo o professor Silvestre, eles estão aguardando o resultado da Adin, que está sendo apreciada e provavelmente votada hoje, daqui a pouquinho, sobre a hora/atividade. Esse tema foi muito discutido, muitos governadores de outros estados quiseram cortar, abortar o aumento da hora/atividade.

Nós tivemos uma audiência pública nesta Casa, no Auditório Antonieta de Barros, proposta pelo deputado Pedro Baldissera, com a presença da senadora Ideli Salvatti. Nós tivemos aqui cerca de dois mil professores, todos ansiosos para que o piso nacional seja implantado. Eu quero dizer a v.exas. que é um sonho para essa categoria.

(Passa a ler.)

"Podemos dizer que o valor é de R\$ 950,00 para a jornada de 40 horas semanais, servindo de referência nacional para que nenhum vencimento inicial da carreira de professor, com habilitação em nível médio na modalidade normal, seja fixado abaixo desse patamar.

Conceitualmente, o vencimento é a base da remuneração, não se incluindo qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória; entretanto, até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido na lei do piso. Esses valores deverão ser negociados nos planos de carreira, acima do patamar definido para a formação de nível médio, seguindo a tradição dos atuais planos. A proposta da CNTE/Apeoc, a ser defendida no projeto de lei de diretrizes nacionais de carreira, estabelece uma diferença entre as formações (média/superior/pós) de no mínimo de 50%.

É oportuno lembrar que os entes federados deverão elaborar ou adequar seus planos de carreira, tendo em vista o cumprimento do piso nacional do Magistério público da educação básica, até 31 de dezembro de 2009, conforme preconiza o art. 6º da lei do piso e o parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal."

Srs. deputados e sra. presidente, precisou vir um presidente que parou e olhou com bom olhos a classe do magistério. Os professores são os formadores da base. Eu me recordo muito bem da minha primeira professora e dos meus professores. Todos os alunos têm o professor como o seu segundo pai ou a sua segunda mãe, porque passam a maior parte do tempo com os professores, passam mais tempo na escola do que em suas casas.

Quero dizer a v.exas. que o governo do estado já pediu ao secretário da Educação, deputado Paulo Bauer, e agora eles estão reunidos, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, estudando para trazer esse prêmio, esse presente, esse benefício para os professores do estado de Santa Catarina.

Os profissionais do Magistério Público da educação básica em efetivo exercício serão recompensados.

(Continua lendo.)

"Entenda-se: aquele que desempenha as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacional, exercidas nos âmbitos das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional."

Então, temos que agradecer a este Parlamento também, que é responsável, agradecer aos srs. deputados, às sras. deputadas e ao governo do estado também.

Muito obrigada, sra. presidente! Eu volto com este tema numa outra oportunidade.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputada Professora Odete de Jesus.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu quero fazer um esclarecimento para toda a sociedade do sul do estado. Às vezes, as pessoas, na ansia de buscar os resultados que não alcançam, acabam fazendo aquelas críticas despreparadas. É claro que eu fiz o contraponto, mas não fui o primeiro que levantou.

Então, quero que a sociedade do sul do estado que nos acompanha através da TVAL saiba que nós, deputados do sul, quando definimos essas prioridades, fomos coerentes, responsáveis e contemplamos todos os pleitos que nós assumimos como prioridade.

Este Parlamento fez um calendário de audiências públicas para eleger as prioridades de Santa Catarina. Evidentemente que estávamos atentos para poder contemplá-las. E se as emendas não foram acatadas foi porque não havia de onde tirar do Orçamento. O coberto é curto e se tirar de um lado para tapar os pés, destapa-se a cabeça. De repente, poderemos estar tirando de uma ação do governo referente à questão das cheias do vale do Itajaí.

Mas quero falar aos telespectadores do sul do estado, principalmente de Tubarão, que as pessoas que vieram aqui e fizeram demagogia estão lá nas rádios fazendo demagogia, faltando com a verdade, mentindo descaradamente, porque a obra do presídio de Tubarão está contemplada no Orçamento do governo do estado, deputado Genésio Goulart. Nós aprovamos ontem e, portanto, está no Orçamento do estado os recursos para o presídio de Tubarão! O que não foi aprovada? Uma emenda que ia aumentar um pouquinho, quer dizer, R\$ 950 mil. Isso resolve alguma coisa? A obra é da ordem de R\$ 12 milhões a R\$ 15 milhões!

Portanto, o que querem é fazer demagogia para depois fazer crítica em Tubarão, como estão fazendo, hoje, em todas as rádios. É preciso começar a resgatar a verdade para saber que as pessoas que faltam com a verdade não constroem um bom caminho na sua vida parlamentar.

Então, deputado Genésio Goulart, está contemplado no Orçamento do estado de Santa Catarina o presídio de Tubarão!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Genésio Goulart - Eu quero exatamente confirmar que ao meio-dia tive uma reunião com o secretário Ronaldo Benedet e toda a diretoria da secretaria da Segurança Pública, ocasião em que foi confirmada a construção do novo Presídio Regional de Tubarão. Inclusive, o terreno já foi comprado e liberado. Estou com a cópia do pagamento e vou encaminhá-la para a imprensa de Tubarão.

Já está no Orçamento também o Aeroporto Regional de Jaguaruna. E o governador, na segunda quinzena do mês de janeiro, irá à região para assinar o convênio da construção da segunda etapa do Aeroporto Regional de Jaguaruna.

Então, na verdade, isso não quer dizer nada, não muda nada. A segunda etapa do aeroporto vai ser construída agora no mês de janeiro e o Presídio Regional de Tubarão também, sendo que só está dependendo da licitação, porque já está no Orçamento.

O secretário disse à diretoria que está no Orçamento R\$ 1 milhão e que se precisar gastar R\$ 10 milhões não interessa. O que importa é que o projeto já foi aprovado e está no Orçamento. Então, isso já está garantido.

Deputado Manoel Mota, quero deixar bem claro que tanto o Aeroporto Regional de Jaguaruna, como o Presídio Regional de Tubarão estão garantidos. Não dependiam da emenda que ontem não foi aprovada.

Quero deixar registrado que participei de reunião, aqui em Florianópolis, com o secretário e toda diretoria.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço seu aparte, nobre deputado.

Conhecemos o secretário da Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet, que vem fazendo um trabalho extraordinário, contemplando os pleitos que foram determinados na região sul e que conseguimos contemplar no Orçamento. Inclusive, a deputada Ada De Luca participou conosco em todas as ações. Mas a questão não é elaborar uma emenda e dizer que tudo está resolvido. O aeroporto de Jaguaruna é prioridade; portanto, foi contemplado no Orçamento com R\$ 6,1 milhões.

Isso é para a sociedade do sul de Santa Catarina, que está ouvindo este pronunciamento, saber que as pessoas faltam com a verdade. A mentira tem perna curta, não vai muito longe. Vamos mostrar a verdade.

Assumimos a prioridade referente à estrada Laguna/Camacho. Está no Orçamento porque trabalhamos para cumprir a nossa palavra. Somos governo. Não mentimos, não enganamos, não assumimos nada que não possa ser cumprido. Está no Orçamento a ligação de Laguna até Camacho. Foi uma das emendas discutidas e aprovadas ontem.

Agora quero falar de Criciúma. Ontem, foi aprovada uma emenda. Mas ela já estava contemplada, deputada Ada De Luca, quando participamos de reunião com o governador. Não deixamos nada de fora. Somos responsáveis. Não assinamos nada para depois apagar o que escrevemos. Temos compromisso com as prioridades do sul e estamos cumprindo religiosamente.

Há uma pessoa a que sempre respeitei, com quem sempre tive boa amizade, que é o deputado Valmir Comin. Ele fez um carnaval hoje em Turvo, como se tivéssemos reprovado a concessão de mais dinheiro. Precisamos resgatar toda a verdade.

É triste ver que as pessoas não levaram seus pleitos ao destino e que quando estiveram no governo não os realizaram. Agora, como Oposição, procuram fazer piquenique, o que respeitamos. Mas também é preciso respeitar, porque quem não respeita não é respeitado.

Deputada Ada De Luca, isso aqui tinha R\$ 1 milhão. Eu e v.exa., baseados na emenda, fomos ao governo do estado, que assumiu o compromisso de mandar uma emenda e passar para R\$ 3,5 milhões e mais o compromisso de R\$ 1,5 milhão para complementar a contrapartida da obra.

É preciso que a sociedade saiba que somos responsáveis. Tenho 26 anos de vida pública e nunca falhei com a minha região. Percorri 348 quilômetros a pé, de Osório até Palhoça, para reivindicar a duplicação da BR-101. Eu me sacrifico para buscar mais resultados.

Quanto aos compromissos que tínhamos, estivemos no governo, estivemos na secretaria do Planejamento antes de sair o Orçamento e contemplamos, porque havíamos escrito. Então, temos palavra! Não somos pessoas que dizem um negócio aqui e fazem outro lá! Dizer que liquidamos com todos os pleitos porque não aprovamos as emendas e que as obras não estavam contempladas é um absurdo! Mentiram descaradamente, irresponsavelmente! Mentiram, porque está tudo no Orçamento. Fizemos sempre esse trabalho, deputada Ada De Luca, para contemplar a nossa região.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Manoel Mota, concordo plenamente com suas palavras, porque estamos aqui para trabalhar, para fazer um serviço. E trabalho sério, respeitando sempre o nosso povo, principalmente os nossos eleitores.

Agora, deputado Manoel Mota, ficamos aqui ontem, debatemos, discutimos, votamos, cumprimos a nossa missão. Para isto fomos eleitos: para não perder sessão, para estar aqui, principalmente naquela sessão que foi tão importante. Mas revolta, sim, porque a parte que nos coube referente à região sul, a parte tocante à barragem, ao anel viário, às nossas lutas pela região de Laguna, nós conseguimos, fomos contemplados, sim! Nós só tínhamos R\$ 1 milhão já rubricado, mas conseguimos mais R\$ 2,5 milhões. V.Exa. foi comigo ao governador, fomos juntos, e ele nos garantiu que, se não tivéssemos maturidade política de tomar aquela atitude, prejudicaríamos outras emendas também.

Portanto, com relação à barragem, o governador garantiu, e eu acredito no meu governador, que será feita a suplementação dos recursos até o limite do ministério da Integração, porque esses R\$ 6 milhões ainda são a contrapartida do estado ao empréstimo do governo federal. Não é doação, é um empréstimo que a Casan vai pagar. Não é doação, é um empréstimo do ministério da Integração Social, e a Casan foi a empresa escolhida para conduzir a implantação da obra que integra o PAC do governo federal.

Aproveito a oportunidade para elogiar o governo federal, que não tem medido esforços para ajudar Santa Catarina nas obras que realmente são de grande valia para o estado.

Agora, deixou-nos chateados, sim! Deixou-nos arrasados em função de que todos aqui no plenário, todos os colegas, principalmente a nossa bancada, têm consciência, assim como o próprio governador. Inclusive, todos os dias no Planejamento, em reuniões, estivemos conversando, discutindo. Tira daqui, passa para lá - essas coisas que existem em todos os orçamentos.

A própria deputada Ana Paula Lima sabe, pois o seu marido é deputado federal, como é árduo o fim de ano para todos os parlamentares, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Mas é fim de ano, e acho que temos por obrigação transmitir aos nossos eleitores, ao nosso povo, que trabalhamos esses dois anos, principalmente, esse último ano, com muita garra, com muita vontade, com muito suor, com muita luta. Tivemos muitas reuniões, muitas audiências e cumprimos este ano o nosso papel aqui dentro da Assembléia Legislativa, com muita postura, com muita dignidade e com muita transparência.

Sim, concordo com o que disse o deputado Herneus de Nadal ontem. Temos a bancada da Oposição e a bancada da Situação, e faz parte da Oposição fazer o carnaval que bem entender. Agora, vamos ver os resultados. Mas tenho certeza de que a bancada do PMDB, principalmente nós, do sul, estará atenta e cobrando.

Parabéns, deputado Manoel Mota, um feliz Natal para todos os companheiros, para todos os funcionários desta Casa. Que Deus dê muita saúde e paz a todos os corações, porque é disso que estamos precisando, principalmente paz e tranquilidade, porque a vida é uma guerra e nós temos sempre uma luta pela frente.

Muito obrigado, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero agradecer ao deputado Genésio Goulart e à deputada Ada De Luca.

Sr. presidente, só para a sociedade entender de perto, foram apresentadas aproximadamente 300 emendas. Se todas fossem contempladas, o que seria do Orçamento do estado de Santa Catarina? Então, somos muito responsáveis. O governador do estado, Luiz Henrique, atua dividindo os recursos para toda Santa Catarina, por todas as regiões. Ai, fico aqui tranquilo, sereno, porque a missão foi cumprida. Foi conduzido o processo, e estão aqui, no Orçamento, todos os pleitos que serviram ontem à tarde para críticas pesadas, violentas e irresponsáveis. Mas tudo aquilo que assumimos e assinamos no papel está no Orçamento. Basta apenas ler.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Concedo um aparte a v.exa., que é da região sul, de Criciúma.

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, quero reconhecer que houve certo exagero. E quero prestar a minha solidariedade a v.exa. e à deputada Ada De Luca nessa questão. Inclusive, v.exas. nos trouxeram o compromisso de que o governador, à medida em que for necessário, suplementará os recursos. Consideramos e confiamos na palavra de v.exas. E é isso que está valendo.

É importante mantermos isso, mantermos essa unidade, para que nos próximos anos, nas próximas ações que forem necessárias, em conjunto continuarmos atuando. Temos outras lutas pela frente, mas essas prioridades que elegemos na região devem ser acompanhadas por nós e viabilizadas.

Quanto a outros comportamentos, de outros deputados, que saíram daqui dizendo que a emenda era sua e que aprovaram, também não contribuem para a unidade do grupo. Então, o importante é todos saberem que foi uma ação conjunta de oito deputados, com o apoio dos dois que estão fora. Aliás, temos o compromisso de trabalhar conjuntamente e falar em nome do conjunto. Eu acho que é isso que vai manter a unidade e dar resultado a esse trabalho, pois se entrarmos em questões de vaidade pessoal, os projetos tão importantes para a região podem ficar comprometidos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Só quero dizer a v.exa. que quando assumimos aquele compromisso, quem era do governo tinha que trabalhar para trazer, para cumprir a palavra, a assinatura. E nós cumprimos religiosamente.

Então, estamos aqui tranquilos, serenos, com relação aos compromissos relativos ao sul, com a palavra cumprida e honrada e com a palavra do governo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo, neste espaço do meu partido, com a permissão da liderança, chamar a atenção para três assuntos. O primeiro diz respeito às enchentes. Inclusive, vi com grande satisfação e alegria a instalação desse grupo estratégico de inteligência, em Blumenau - parece que é no dia de hoje -, que vai tratar de um estudo profundo para providências de prevenção de enchentes no estado de Santa Catarina, sobretudo no vale do Itajaí.

É preciso, neste momento emergencial, dar atenção básica de saúde, de alimentação, de moradia para as pessoas. Mas precisamos definitivamente fazer um trabalho, deputado Serafim Venzon, deputado Kennedy Nunes, deputado Jandir Bellini, de prevenção; é preciso implantarmos um programa de prevenção de riscos de enchentes, de deslizamentos e fazer um grande estudo para verificarmos quais são as grandes obras que precisam ser feitas para a contenção das enchentes, se são diques, como os que são feitos na Holanda e em Nova Orleans, se são bacias de contenção de enchentes, se são realocação de moradias, enfim, alguma grande providência tem que ser tomada, porque as enchentes têm sido regulares praticamente quase todos os anos.

Em Joinville, estive com o governador Luiz Henrique da Silveira, no dia de ontem, tratando da necessidade de buscarmos um termo de ajuste de conduta, deputado Kennedy Nunes, v.exa. que esteve na audiência pública participando, para conseguirmos as licenças ambientais e fazermos as dragagens dos nossos rios, fato que vai minimizar as enchentes. Em Joinville, tivemos enchente ontem novamente, em função da subida do nível dos rios do Braço, Pirabeiraba, Águas Vermelhas, Piraí, entre outros.

Quero também, sra. presidente Ana Paula Lima, falar na BR-280, deputado Kennedy Nunes. E certamente v.exa. como eu já ficou naqueles engarrafamentos homéricos, absurdos, nos finais de ano, quando vamos para as praias de Barra do Sul e de São Francisco do Sul.

O governo federal assumiu o compromisso de lançar a licitação no mês de outubro deste ano, mas não cumpriu com a sua palavra. Precisamos pressionar o governo federal, deputado Décio Góes, para que tome a iniciativa e lance a licitação da duplicação da BR-280 de Jaraguá do Sul a São Francisco do Sul. Essa estrada vai desafogar o trânsito, dar vazão à produção de Santa Catarina, porque temos lá o porto de São Francisco, e facilitará e melhorará o turismo das praias de Barra do Sul, de Enseada, de São Francisco do Sul e assim por diante.

Também, sra. presidente, quero falar aqui dos três projetos, deputado Décio Góes, do senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, senador atuante, aguerrido, combativo e, sobretudo, coerente.

O senador Paulo Paim entrou com três projetos, sra. presidente, que foram aprovados. Um deles é o projeto que indexa o aumento do salário dos aposentados e pensionistas ao aumento do salário mínimo, porque hoje o salário mínimo tem um percentual de reajuste, enquanto os aposentados e pensionistas têm um percentual menor. O segundo projeto acaba com o fator previdenciário, que é exatamente o mecanismo que corrói o salário dos aposentados ao longo dos anos. E o terceiro projeto resgata o salário dos aposentados, que foi corroído ao longo dos anos, porque todos nós, deputado Professor Grando, temos alguém na família ou conhecemos alguém que se aposentou ganhando cinco salários e que hoje ganha dois ou três salários.

Portanto, esta Casa aprovou a moção que certamente já foi remetida à Câmara dos Deputados e ao presidente da República. E precisamos cobrar dos deputados federais de Santa Catarina, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, no sentido de que aprovelem, a exemplo do que fez o Senado, os três projetos do senador Paulo Paim, para que possamos resgatar a dignidade dos nossos aposentados, para que possamos tratá-los com respeito e com gratidão, porque tudo que temos foram eles que construíram e conquistaram.

Quanto a recursos, existem, porque o governo federal, com certa razão, tem socorrido as montadoras, tem atendido grandes grupos econômicos para manter a operabilidade deste país. Então, recursos para viabilizar esses três projetos para os aposentados também temos, mas precisamos cobrar do governo federal.

Não vamos permitir que a Câmara dos Deputados vote contra esses projetos fundamentais, que há muitos anos vimos perseguindo, deputado Kennedy Nunes. Vamos estar atentos, vigilantes, para não permitir que aqueles deputados federais, que batem nas costas dos aposentados aqui, nas suas bases, lá em Brasília votem contra os aposentados. Vamos divulgar os nomes e denunciar para a comunidade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sra. presidente, srs. deputados, minha saudação a todos.

Inicialmente, quero fazer uma saudação ao deputado Darci de Matos e dizer que nunca um governo fez tanto por Santa Catarina como o governo de Lula. Por isso temos liberdade para cobrar a duplicação da BR-280, pois há promessas, compromissos. E isso nos traz a confiabilidade de que a BR-280 vai ser duplicada. É interessante ver o PFL, deputado Sargento Amauri Soares, que criou as dificuldades para os aposentados, agora cobrando, tentando vender facilidades. Então, a coisa muda, e é interessante ver.

(Passa a ler.)

"A democracia, sim, reserva papéis diferenciados a quem é governo e a quem é Oposição. Para nós, do Partido dos Trabalhadores, foi reservado um papel de Oposição em Santa Catarina.

Porém, srs. deputados, o PT sempre teve a responsabilidade e a coragem de se pautar de forma ética e democrática no exercício da Oposição. Nós somos Oposição ao governo Luiz Henrique da Silveira, porém uma Oposição propositiva. Nunca nos furtamos da participação ativa e propositiva em todos os processos encaminhados a este Parlamento. Por vezes, diferentes de outros comportamentos, mas o discurso fácil não nos atrai.

Gostaria de ressaltar a nossa participação na criação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Santa Catarina (Iprev), que em nossa opinião ameaçava direitos adquiridos dos servidores públicos. Reconhecemos a importância de debater uma solução para a questão previdenciária, mas isso não poderia servir para a retirada de conquistas e direitos dos trabalhadores. Participamos ativamente de todas as audiências públicas promovidas pelas comissões e apresentamos inúmeras contribuições. Da mesma forma com o Prêmio Educar e depois com o Premiar, dos inativos.

Da mesma forma se deu com a proposta do Código Ambiental. Participamos de todas as audiências públicas, colocamos as nossas posições e alertamos para sérios problemas de inconstitucionalidades e ilegalidades contidas no projeto, inclusive apresentando proposta para que os agricultores familiares recebam compensação financeira pelos serviços ambientais prestados, pois aqueles que preservam devem ser incentivados pelo estado e tencionamos ter mais tempo para o aperfeiçoamento do projeto do Código Ambiental.

Achamos que devem ser separadas as pequenas propriedades das grandes propriedades, as áreas consolidadas das áreas não consolidadas, afastando-se as inconstitucionalidades e inclusive aproveitar os relatórios do grupo técnico científico instituído hoje pelo governador do estado.

Coordenamos o Fórum Parlamentar do Parque da Serra do Tabuleiro encontrando saídas negociáveis para grande parte da população atingida pelos problemas advindos de 35 anos de morosidade dos governantes. E fomos mais uma vez surpreendidos com a forma autoritária, através do envio precipitado e incompreensível a esta Casa de um projeto de lei do governo que ao invés de contribuir com o debate só fez tumultuar os avanços construídos para a solução daquela problemática.

Este Poder, através das comissões, particularmente da comissão de Turismo e Meio Ambiente que eu presido, construiu a III Conferência Estadual do Meio Ambiente nas Regionais sobre o tema Mudanças Climáticas, e também realizamos o Sustentar 2008 discutindo o desenvolvimento sustentável.

Participamos ativamente com inúmeras emendas ao Orçamento de 2009 e à reforma do Plano Plurianual. Entre as emendas aprovadas está a que permite fazer ajustes no montante de R\$ 12 bilhões para o pagamento do piso salarial dos professores a partir do próximo ano, deputada Ana Paula Lima.

Das 32 emendas apresentadas apenas essa foi acatada pelo relator. De qualquer forma, nós entendemos que foi um avanço, garantindo assim as condições para que o governo do estado não tenha mais desculpas para não cumprir a lei federal.

Comemoramos grandes vitórias este ano como, por exemplo, a questão da incorporação do Besc ao Banco do Brasil; a questão da lei do turismo rural na agricultura familiar, e agora estamos trabalhando também pela regulamentação da Lei Traf, segundo a qual os produtores familiares rurais que desenvolvem atividades e serviços turísticos não perderão o direito à seguridade especial, poderão utilizar a nota de produtor rural para discriminar produtos e serviços turísticos, não precisarão constituir microempresas com contabilidade própria para exercerem a atividade turística, dentre outros benefícios.

Foi também um ano de grandes emoções na política: o empresário Nei Silva, dono da revista *Metrópole*, falou sobre o livro *A Descentralização no Banco dos Réus* e esteve neste Poder prestando esclarecimentos aos parlamentares, cujo conteúdo foi bastante revelador.

Em nível estadual, temos o projeto de lei que cria a Universidade do Mercosul, que foi extremamente importante, bem como a universidade federal e os Cefets que se espalham pelo estado; a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; a conclusão da BR-282 e agora a extensão do trecho até a fronteira com a Argentina, onde estão, neste momento, sendo feitas indenizações; o papel nas eleições dos prefeitos e vereadores - e quero desejar sucesso a todos os eleitos, cumprindo os compromissos assumidos durante o processo eleitoral -; a duplicação da BR-101, que apesar de todas as intempéries não faltam recursos para a sua conclusão; a aprovação do governo Lula diante da crise internacional, sabendo conduzi-la extremamente bem; a presença do governo e a ação imediata para com os desabrigados."

As diversas ações que o governo federal implementou como parceiro de Santa Catarina, estando sempre presente ajudando a reconstruir o estado de Santa Catarina, foram extremamente importantes durante esse final de ano.

Assim, quero me solidarizar com os voluntários que ajudaram o povo catarinense e com o povo brasileiro que ajudou Santa Catarina neste momento, desejando a todos um bom Natal e um bom final de ano. Quero agradecer aos funcionários da Casa, aos deputados e a todos os que contribuíram para que pudéssemos ter um bom exercício parlamentar durante este ano de 2008.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Jandir Bellini, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, srs. deputados, colaboradores desta Casa e telespectadores da TVAL, assomo a esta tribuna hoje para fazer um pronunciamento até um pouco difícil. É um pronunciamento de despedida nesta Casa.

Faço-o com o coração na mão, mas tenho outra missão a ser cumprida. Quis o destino que o povo de Itajaí me escolhesse para governar aquela querida cidade por mais quatro anos. É com muita honra, com muito orgulho e compromisso com a nossa gente que volto a comandar aquele município a partir de 1º de janeiro. Com certeza sentirei muita saudade desta Casa, do companheirismo e da compreensão das sras. deputadas, dos srs. deputados, dos funcionários desta Casa, dos profissionais da imprensa, a quem eu quero deixar aqui o meu agradecimento profundo.

Quero agradecer à Mesa Diretora, na pessoa do sr. presidente, deputado Julio Garcia, por tão bem ter conduzido os destinos desta Casa, aliás Casa está que orgulha a nós, catarinenses.

Podemos dizer que a nossa Assembléia Legislativa, com toda certeza, é um dos Paramentos deste nosso país que tem conduzido com responsabilidade, com compromisso as ações que lhe cabe.

Quero também deixar aqui o meu agradecimento a todos os 52 mil eleitores que acreditaram na minha candidatura para deputado estadual e me trouxeram até esta Casa e pedir desculpas por não concluir o meu mandato, mas com certeza frente ao município de Itajaí estarei trabalhando em prol de todos, até porque os 42 mil eleitores que acreditaram neste deputado em 2006 são itajaíenses e estou voltando para atender aos anseios dessa gente querida.

Quero também agradecer à minha bancada, a bancada do Partido Progressista, na pessoa do nosso líder deputado Silvio Dreveck, e dizer que vou enfrentar, deputado Dado Cherem, um novo desafio. Eu estava preparado - até porque tive a honra de governar Itajaí por oito anos, em dois mandatos - para iniciar um mandato em janeiro com certa tranquilidade e segurança dos compromissos assumidos, mas quis o destino que um novo desafio viesse a ser colocado à minha pessoa, que é enfrentar toda essa tragédia que vivemos nesses últimos dias em Santa Catarina e especialmente em Itajaí.

Mas tenho certeza de que a força, a coragem, a garra e a união do povo itajaíense vai, sim, reconstruir Itajaí, vai fazer com que Itajaí volte a ser a cidade que sempre amamos e nos orgulhamos. E nesse sentido quero aqui fazer os meus agradecimentos ao Sebrae que hoje está lá em Itajaí com uma tenda com toda estrutura de apoio ao micro e pequeno empresário no sentido da reposição, ou da reconstrução das micro e pequenas empresas que foram prejudicadas pela tragédia. Lá já estão presentes também os bancos de fomento - Badesc, BRDE, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bancari e outros bancos de crédito ao micro empresário dando todo apoio. Isso demonstra que nós, com certeza, vamos fazer Itajaí voltar a sorrir a partir do ano que vem.

Quero também dizer que tenho a honra de ser substituído por um deputado que vai contribuir muito com a grandeza desta Casa pela sua experiência, pelo seu trabalho, pela sua personalidade, que é o deputado Lício Silveira. Vou continuar estando presente aqui através do deputado Lício Silveira. Itajaí e toda aquela região vai estar presente aqui representada pelo deputado Lício Silveira.

Isso enobrecer e gratifica porque vou continuar precisando muito do apoio desta Casa para as ações que serão desenvolvidas a partir de janeiro do ano que vem.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Pois não!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Amigo Jandir Bellini, prefiro chamá-lo assim.

Todo homem público tem que atender a um chamamento da população. Assim foi quando v.exa. foi conduzido a esta Casa como deputado, e assim está sendo, neste momento, quando foi chamado pela população do seu município para administrar novamente aquela querida cidade de Itajaí.

V.Exa., como político, empresário de credibilidade e de sucesso, e como uma pessoa afável, gentil e de boa índole, vai deixar saudades aqui no Parlamento - e não tenho dúvidas com relação a isso - e em todas as bancadas desta Casa.

Quero, desde já, com a sua ida assumindo a prefeitura de Itajaí e com o deputado Edson Dias (Piriquito) assumindo a prefeitura de Balneário Camboriú, colocar-me à sua disposição e também da cidade de Itajaí, como deputado, no sentido de tentar resolver ou diminuir os problemas que v.exa. terá pela frente.

Então, desde já, amigo e deputado Jandir Bellini, deixo aqui o meu agradecimento por poder ter convivido com v.exa. aqui nesta Casa, acima de tudo pelos seus ensinamentos, por tudo aquilo que já fez na vida pública, e quero desejar-lhe boa sorte e sucesso. Conte conosco!

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Muito obrigado a todos!

Infelizmente não há mais tempo para conceder apartes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - V.Exa. tem mais um minuto para as suas despedidas.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Muito obrigado, sr. presidente, por esta gentileza e esta deferência.

Vou aproveitar este um minuto para desejar a todos nesta Casa, aos srs. parlamentares, aos funcionários, que tão bem têm atendido a nossa gente aqui, e a todos os catarinenses, um Natal com bastante saúde e paz, um Ano-Novo de prosperidade e sucesso para todo o nosso estado, o que com certeza nós vamos precisar.

Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o eminente deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Vou aproveitar o momento também para me despedir do deputado Jandir Bellini, desejando que leve no seu coração o respeito e o carinho que este deputado tem por ele.

Eu sempre disse - e não tem como ser diferente - que o deputado Jandir Bellini tem a cara de Itajaí. Itajaí reclamou a sua presença lá, e Itajaí está esperançoso com a sua presença naquele município, agora que aquela cidade passa por momentos difíceis.

Com certeza, tendo-o como timoneiro, Itajaí vai-se levantar novamente, porque v.exa. tem o coração e a feição de Itajaí.

Parabéns e felicidades!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, não poderia, em nome da bancada, deixar de fazer uma homenagem ao deputado Jandir Bellini neste momento em que nós temos que abrir mão da sua presença aqui, entendendo que quem manda na vida de um homem público são os eleitores. Se os eleitores, dois anos atrás, disseram para o deputado voltar para cá e agora disseram para voltar para Itajaí, a nossa bancada perde um grande deputado, uma pessoa ilibada, de reputação sem qualquer mancha. Nós queremos desejar, deputado Jandir Bellini, um mandato de sucesso como foi nos dois outros, e também queremos dizer que a bancada estará aqui para continuar ajudando-o em Itajaí.

Muito obrigado e, em nome da bancada do partido, receba o nosso abraço. Com certeza para nós é uma perda muito grande, mas é gratificante saber que Itajaí vai estar em boas mãos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Clésio Salvaro, futuro prefeito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, aqueles que estão sintonizados na Rádio AleSc Digital, depois de dez anos de convívio nesta Casa, uso pela última vez a tribuna deste Parlamento para dizer que foram dez anos dividindo, compartilhando, aprendendo com cada um dos deputados, com os mais experientes, aqueles com mais tempo nesta Casa, e também com os mais jovens. Eu tive, nesses dez anos, um verdadeiro doutorado nesta Casa e, com certeza, saio daqui bem mais preparado do que entrei.

Lembro que há dez anos assumi pela primeira vez, deputado Jandir Bellini, uma cadeira neste Parlamento, na condição de suplente, com 27 mil votos. Fui reeleito em 2002 com 48 mil votos e para um terceiro mandato com 59.061 votos.

Agradeço do fundo do meu coração a oportunidade que o eleitor criciunense me deu, através dos seus 53.329 votos, de ser o prefeito daquela tão próspera cidade para administrá-la nos próximos quatro anos. A pluralidade dos debates fez com que a nossa eleição fosse muito legítima.

Agradeço também aos que optaram pelas outras candidaturas, a do meu colega Décio Góes, a do deputado Acélio Casagrande e a do Odir Nunes. Afinal, a democracia se constrói assim mesmo, com pluralidade de pensamentos e de idéias. E assim foi realizada a eleição do município de Criciúma, uma eleição que transcorreu dentro da maior normalidade.

Mas não quero falar sobre o pleito de Criciúma, prefiro falar, neste instante - e até comentei sobre isso com os meus colegas, os três que estão para me apartear -, que o tempo, às vezes, não conseguimos entender. Santo Agostinho uma vez disse: "Se não me perguntarem o que é o tempo eu sei responder, mas se perguntarem, eu não sei o que é o tempo". E depois de dez anos de convívio parece que o passado e o presente se confundem porque estou já com saudades desta Casa, dos funcionários, da equipe de servidores que tão bem me acolheu há dez anos quando aqui cheguei; de todos os servidores, dos efetivos, dos contratados, dos meus colaboradores de gabinete e também dos outros gabinetes, que nos transformam na grande família do Parlamento Catarinense.

Portanto, sr. presidente, saio muito mais preparado para governar o município de Criciúma.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Ouço com muita alegria o meu colega e companheiro de bancada, deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Clésio Salvaro, para mim é até meio difícil referir-me a sua pessoa. Nós começamos juntos nesta Casa e cultivamos durante todos esses anos uma amizade muito forte e verdadeira. E quando temos que nos despedir de um amigo, mesmo sabendo que esse amigo está alcançando um objetivo que tanto lutou para conseguir, um objetivo com o qual ele sonhou durante muitos anos, mesmo sabendo disso, nós ficamos triste porque vamos perder a convivência do amigo nos almoços, no trabalho do dia-a-dia, um amigo polêmico, mas verdadeiro e transparente.

Eu tenho certeza absoluta de que Santa Catarina está ganhando um dos melhores prefeitos dos próximos quatro anos. Tenho falado nos meus programas de rádio e de TV, ao meu pessoal lá de Joinville, que vamos ter um prefeito que vai despontar: Clésio Salvaro, um rapaz que eu conheço e que vai fazer a diferença em Criciúma.

Tenho certeza absoluta, Clésio, permita-me essa liberdade, de que você vai ser um prefeito diferente. Estou torcendo por isso e quero ter o orgulho de mostrar em alguma revista, em algum jornal a sua *poli position* como prefeito de Santa Catarina.

Um abraço e que Deus ilumine o seu caminho!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, agradeço as suas palavras.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Pois não, deputado e futuro secretário Dado Cherem.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Clésio Salvaro, com certeza já nos despedimos no almoço da bancada. Mas faço questão de fazê-lo também de público, aqui no Parlamento, porque a sua convivência com a bancada do PSDB - e nós tivemos a oportunidade de conviver praticamente durante dois mandatos - só trouxe conhecimento e alegria, em função da sua maneira de trabalhar, da sua maneira de agir e, acima de tudo, da sua solidariedade aos companheiros e à bancada.

Passamos juntos momentos nos quais tivemos que tomar decisões difíceis conjuntamente, mas o respeito esteve acima de tudo, de tal maneira que v.exa. encerra esse breve mandato nesta Casa ocupando o segundo maior posto da Mesa Diretora. Isso, com certeza, demonstra o carinho e o respeito que seus pares têm pela sua conduta.

Então, quero aqui, desde já, também como deputado estadual - e sei que a bancada do sul é muito grande, muito atuante -, como colega de bancada colocar-me à disposição para trabalharmos aquelas questões que v.exa. achar importantes para a sua querida cidade de Criciúma.

O que eu posso desejar a v.exa.? Sucesso e boa sorte!

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, por suas palavras.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Concedo a v.exa. o aparte, pois agora terá o papel de continuar representando o sul do estado neste Parlamento, porque, com a minha renúncia, v.exa. assume efetivamente este mandato.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Muito obrigado, deputado Clésio Salvaro, muito obrigado por me dar essa incumbência, apesar de ser difícil, naturalmente, representá-lo bem e dar seguimento ao trabalho que v.exa. fez durante esses dez anos.

V.Exa. não vai embora daqui. Não se fecham as portas. Passou dez anos neste Parlamento que, certamente, é como se fosse uma grande universidade e agora vai a Criciúma fazer um trabalho ainda melhor. Na sua passagem por esta Casa v.exa., como deputado, aprendeu e ensinou também a todos nós.

Sentimo-nos orgulhosos de tê-lo tido como companheiro. Eu, como já disse em outra ocasião, venho de uma caminhada longa, de mais de dois anos, e agora v.exa. me dá a alegria de ser titular do mandato de deputado.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Eu agradeço as suas palavras e tenho certeza, deputado Serafim Venzon, de que agora a sua responsabilidade passa a ser dobrada, pois continuará a atender os interesses da sua região e também os interesses da nossa região.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Concedo um aparte ao deputado Valmir Comin, meu primo, com quem comecei lá em Siderópolis, na nossa primeira eleição para vereador, em 1988, depois em 1992; posteriormente disputamos a eleição para deputado estadual em 1998, depois em 2002 e agora em 2006.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Clésio Salvaro, primeiramente quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e agradecer pela companhia, pelo trabalho e pela parceria desenvolvidos durante esses dez anos aqui no Parlamento.

Como v.exa. colocou, além do grau de parentesco, pois somos primos, fomos sócios e os nossos pais moravam no mesmo bairro. Quero parabenizá-lo por sua atuação neste Parlamento. Eu sei que a Assembléia Legislativa perde um grande deputado, que o estado e o sul perdem um grande parlamentar, mas a nossa metrópole, Criciúma, ganha uma grande liderança, um grande prefeito, que vai fazer uma grande administração e que, com certeza, dará um grande choque de gestão a partir de 1º de janeiro de 2009.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, gostaria ainda de complementar a minha fala e dizer da minha satisfação e honra, tenho certeza, também dos demais 38 parlamentares desta Casa, de ter compartilhado durante todo esse tempo com a sua preciosa presença nesta Casa Legislativa, sempre trabalhando em prol do povo catarinense.

Parabéns por toda a sua luta e por essa vitória nesse grande desafio que tem pela frente no município de Criciúma.

Um grande abraço!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Deputado Clésio Salvaro, quero cumprimentá-lo pela brilhante vitória que obteve na nossa querida Criciúma e dizer que batalhamos em campos opostos, mas com uma única finalidade: o bem do nosso povo, o bem do criciunense.

Faço votos mesmo, de coração, que v.exa. se saia como um dos melhores prefeitos porque, se for assim, quem ganha é o povo de Criciúma.

Parabéns, deputado Clésio Salvaro, e tenha sucesso!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Clésio Salvaro, também quero cumprimentá-lo nesta sua despedida das atividades nesta Casa para assumir uma outra missão, que lhe foi conferida com uma grande vitória no último dia 5 de outubro e dizer que vamos sentir a sua falta aqui.

Estamos juntos nesta Casa há dez anos, deputado Clésio Salvaro, exatamente uma década, foram grandes pleitos, boas brigas em favor de Santa Catarina, mas especialmente em favor da nossa gente do sul do estado. Algumas vitoriosas, outras nem tanto, mas fizemos a nossa parte.

Tenho certeza de que v.exa. sai daqui com a consciência do dever cumprido, deixa grandes amigos e tenho convicção plena de que fará, juntamente com o vice-prefeito, sr. Márcio Búrigo, o melhor governo que Criciúma já teve. Não tenho dúvida disso por conhecer a sua capacidade, a sua persistência e a sua dedicação. Estamos orgulhosos de ter participado da campanha junto com v.exa. e a partir de 1º de janeiro estaremos juntos nessa empreitada para fazer um grande governo por Criciúma.

Conte conosco! Parabéns! Foi muito bom conviver com v.exa. ao longo desses dez anos. Tenho certeza de que faremos juntos uma grande administração para Criciúma e esperamos de v.exa., junto aos novos prefeitos da região - Criciúma é a cidade pólo, é a locomotiva -, lidere a retomada do desenvolvimento do grande sul.

O Sr. Deputado Edson Dias (Piriquito) - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Dias (Piriquito).

O SR. DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) - Deputado Clésio Salvaro, quero saudá-lo e ao mesmo tempo desejar-lhe uma gestão plena de êxito e de realizações.

Aqui o conheci quando cheguei em 2007 e na sua pessoa vislumbrei um guerreiro, uma pessoa determinada que buscava o seu sonho de administrar a cidade que representava, a cidade que o enviara à política no estado catarinense.

Então, deseje-lhe uma gestão plena de êxito e que v.exa. consiga alcançar aquilo que idealizou durante o período eleitoral, que é fazer o bem para a comunidade criciunense.

Felicitações ao amigo e espero encontrá-lo nas reuniões da Fecam.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPEISA - Deputado Clésio Salvaro, foi um prazer e uma alegria ter convivido com v.exa., ambos em nosso primeiro mandato. No meu segundo mandato não tive oportunidade de estar aqui 100%, mas sei do seu trabalho e sei do desafio que vai ter pela frente. Sabemos de todas as dificuldades que encontramos para administrar uma prefeitura, já tive a felicidade de ser prefeito de Concórdia.

Quero desejar que v.exa. obtenha sucesso, que v.exa. alcance o seu objetivo e que dê a todas as pessoas que confiaram em seu nome e àquelas que depositaram seus votos em outros candidatos um grande governo em Criciúma, pois tem competência para tanto. Parabéns, deputado Clésio Salvaro!

O Sr. Deputado Clésio Salvaro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Clésio Salvaro.

O SR. DEPUTADO CLÉSIO SALVARO - Quero agradecer aos que me apartearam neste meu último pronunciamento e àqueles que se pronunciaram pela ordem, porque devo renunciar nos próximos dias.

Quero dizer que a saudade desta Casa já é muito grande, quero apenas despedir-me desejando sucesso ao deputado Jandir Bellini, que também deixa esta Casa para dirigir mais uma vez a cidade de Itajaí, e ao deputado Edson Dias (Piriquito), que vai governar o município de Balneário Camboriú.

Vamo-nos encontrar por aí e constantemente estaremos em contato com o Parlamento catarinense na busca de soluções para os nossos problemas.

O ontem já faz parte da história. O amanhã é o futuro. O hoje foi um extraordinário presente por poder conviver com v.exas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência deseja sucesso ao nobre prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro, bem como aos prefeitos Edson Dias (Piriquito) e Jandir Bellini.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do meu filho, Juan Kennedy Nunes, estudante do Colégio Adventista, de Joinville, que hoje visita este Parlamento e acompanha os trabalhos do pai e de todos os deputados.

Fica aqui o registro da presença do meu caçula, meu alemão, Juan Kennedy Nunes, que um dia também vai ser deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência agradece a presença do seu filho.

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, desejo registrar a presença de vários professores e educandos da Escola Estadual Santa Rita, de São Miguel d'Oeste, que hoje visitam o Poder Legislativo. Desejo-lhes boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência deseja-lhes boas-vindas nesta Casa.

Srs. deputados, tão logo termine a reunião da comissão de Finanças e Tributação, adentraremos ao horário destinado à Ordem do Dia.

Passaremos ao horário destinado à Explicação Pessoal.

Com a palavra ao sr. deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e srs. Deputados, gostaria de registrar nesta Casa a comemoração dos 50 anos de sacerdócio de uma das figuras religiosas mais importantes de Santa Catarina, que é o padre José Edgar de Oliveira, o padre Edgar. Ele é uma figura da religião católica que marcou a renovação do sacerdócio em Santa Catarina, principalmente durante os anos 60, na ditadura militar. O padre Edgar foi perseguido pela ditadura militar, com algumas passagens folclóricas. Na época o padre Bianchini escondeu o padre Edgar dentro de uma Rural Willys para transportá-lo do continente para Florianópolis, porque o Dops estava à procura dele, que na ocasião ajudava a conjecturar contra a ditadura militar.

O padre Edgar também inovou como sacerdote. Ele tem uma passagem interessante durante a gestão do arcebispo dom Afonso Niehues, quando foi ao baile de carnaval do Lira Tênis Clube e do Clube 12 de Agosto. Parte da sociedade se queixou para o arcebispo, que chamou o padre Edgar e perguntou o que ele fazia num baile de carnaval. O padre afirmou que fora ao baile porque as ovelhas que freqüentavam a igreja participavam da festa.

Padre Edgar foi uma figura marcante na religião católica de Santa Catarina, por isso aproveite a oportunidade para registrar os 50 anos de seu sacerdócio, muito comemorado em várias igrejas de Santa Catarina e também do Rio Grande do Sul. Natural de São João Batista, padre Edgar é uma figura impar na religião católica do nosso estado.

Quero aqui também, sr. presidente e deputado Pedro Baldissera, fazer o registro de um dos episódios mais marcantes e tristes na vida pública nacional, a edição do Ato Institucional n. 5, que no dia 13 de dezembro completa 40 anos.

Segundo pesquisa feita pelo jornal *Folha de S.Paulo*, somente 18% da população brasileira sabiam o que era o Ato Institucional n. 5; 82% desconheciam esse malféfico ato institucional que cassou, que prendeu, que torturou, que acabou com o *habeas corpus*, que fechou o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas, que cassou vários deputados estaduais, federais, vereadores e prefeitos.

Esse ato institucional foi baixado pelo ex-presidente da República Arthur da Costa e Silva. No dia 13 de dezembro de 1968 foi pedida, primeiramente, autorização ao Congresso Nacional para cassar o jornalista e deputado Márcio Moreira Alves, que havia feito um discurso no Congresso Nacional rebelando-se contra a força policial que invadira a universidade em Brasília fazendo uma solicitação, como medida de represália à ditadura, às moças brasileiras para que não dançassem com os oficiais da Aeronáutica e da Marinha.

Os militares, os homens da linha dura, que comandavam este país arbitrariamente, preocupados com a Frente Ampla que se organizava, da qual faziam parte João Goulart, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, e que se rebelava contra a ditadura, pediram autorização ao Congresso Nacional para cassar Márcio Moreira Alves, alegando como motivo o discurso. Mas o Congresso negou a licença para cassar Márcio Moreira Alves. E aí, numa atitude arbitrária, veio outra revolução pior que a de 1964, que foi a edição do Ato Institucional n. 5. E nós vivemos um período de dez anos sob esse ato institucional que muito mal fez ao país, que é o famoso período da era de chumbo, deputado Professor Grandó.

Então nós, que vivemos aquele período fazendo política, em 1968 também fomos presos em São Paulo, no congresso de Ibiúna. Logo em seguida à tentativa da ditadura de se fortalecer surgiu, quatro anos após, um movimento no Brasil contra a revolução de 1964, a fim de lutar para que a democracia voltasse a imperar no país.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Apenas quero recordar que v.exa. foi um dos nossos grandes lutadores em 1968, foi preso no congresso de Ibiúna; já nós, que estávamos aqui, após a prisão de todos que participaram do congresso que realizou o encontro regional da UNE, que não se completou em Ibiúna, fomos presos no dia 13 de dezembro e enquadrados no AI-5 no dia em que ele foi editado. Essa é a nossa história, respondemos a processo, mas faz parte da nossa luta.

Mas eu queria aqui também recordar o trabalho do nosso padre Edgar, no seu cinqüentenário, que é um dos lutadores e por quem tenho um carinho e uma gratidão imensos.

Era isso que eu queria recordar!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a v. exa., mas gostaria de fazer referência nesta Casa, por uma questão de justiça e também para lembrar a história deste país, porque muitos a esquecem, ao fato de que tivemos 113 deputados federais, 190 estaduais, 38 vereadores e 30 prefeitos cassados, além de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros e 500 canções censurados.

Mas eu queria citar também, nos dois minutos que me restam, com a aquiescência da Presidência, o nome dos cassados de Santa Catarina pelo AI-5: Paulo Stuart Wright, ex-deputado estadual, morto pela ditadura militar;

Francisco Dall'Igna, ex-vice-governador;

Manoel de Menezes, ex-deputado estadual;

Evilásio Nery Caon, ex-deputado estadual;

Fernando Viegas, ex-deputado estadual;

Manoel Dias, ex-deputado estadual;
Waldemar Salles, ex-deputado federal;
Ligia Doutel de Andrade, ex-deputada federal do nosso estado;

Paulo Macarini, ex-deputado federal, uma das figuras mais ilustres da história do MDB;

Eugênio Doin Vieira, ex-deputado federal, pai do nosso companheiro Paulo Afonso Evangelista Vieira.

E foi através desses movimentos, através dos sindicatos brasileiros, através do MDB de Ulysses Guimarães, dos movimentos dos estudantes, das igrejas, através de dom Paulo Evaristo Arns (quem não se lembra do catarinense em São Paulo) que conseguimos acabar com o AI-5 e depois com a ditadura.

Mas é bom, sr. presidente, que nos lembremos disso e daqueles que não acompanharam de perto a ditadura militar, porque na hora em que ficamos sabendo, através de pesquisa, que 82% dos brasileiros não sabem o que é o AI-5, não têm informação do que foi o AI-5, achamos que isso é falta de memória dos brasileiros. E esta Casa, deputado Manoel Mota, que também foi vítima desse ato institucional, merece lembrar-se desses fatos.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu acompanhei, hoje, o pronunciamento dos deputados Clésio Salvaro e Jandir Bellini, que deixarão este Parlamento ano que vem para ocupar a prefeitura de suas cidades, o deputado Jandir Bellini em Itajaí, e o deputado Clésio Salvaro em Criciúma, além do deputado Edson Dias (Piriquito), que também deixará este Parlamento para ocupar a prefeitura de Balneário Camboriú.

Como não pude, anteriormente, fazer um aparte, porque foram muitos os apartes, quero também desejar felicidade a esses três amigos que aprendi a conhecer neste Parlamento, com os quais fiz amizade, com quem aprendi muito nesses dois anos - não é, deputado Manoel Mota? - de Parlamento e de quem já tenho saudades. Mas eu tenho certeza de que o povo de Balneário Camboriú, de Itajaí e de Criciúma espera-os de braços abertos para fazer uma boa administração.

Mas eu queria aqui dizer, deputados Manoel Mota e Moacir Sopelsa, que ontem foi um dia talvez um pouco quente, devido ao fato de como as coisas aqui acontecem e amarram-se. Eu acompanhei a vontade de todos os deputados para que estivessem carimbadas dentro do Orçamento todas as emendas possíveis para obras em seus municípios e regiões. E ontem, no calor da votação do Orçamento, talvez se tenham falado coisas sem realmente querer. Acabaram saindo palavras, deputado Professor Grandó, no calor do debate, as quais não queríamos dizer, mas foram ditas até pelo cansaço de todos nós, deputado Valmir Comin, de final de ano.

Mas eu, que conheço e tenho amizade com todos os deputados, faço aqui um depoimento a todos os catarinenses, faço até um desafio, no sentido de que a Assembléia Legislativa está bem formada, no sentido de que a população está bem representada. São 40 deputados capazes, trabalhadores, que querem fazer o melhor para Santa Catarina, para a nossa gente, para o nosso chão.

Eu passei também, deputado Manoel Mota, principalmente eu, o deputado Edison Andrino e o deputado Professor Grandó, juntamente com o nosso relator, deputado Renato Hinnig, um momento difícil com relação à Uniplac. Foi um momento difícil para nós, devido a uma emenda que o deputado Sargento Amauri Soares apresentou na intenção de ajudar. Mas nós, num momento difícil, entendemos que abríamos um precedente e talvez não chegasse aquela ajuda à Uniplac, à nossa Universidade do Planalto Catarinense, que tanto precisa.

Foi naquele momento que nós ligamos - como fizeram a deputada Ada De Luca e o deputado Manoel Mota na questão do sul - para o governador Luiz Henrique para colocar-lhe, deputado Nilson Gonçalves, a questão da Uniplac. O governador nos deu sua palavra de que iria achar um meio para que essa questão da Uniplac não ficasse amarrada e que o estado iria ajudá-la legalmente. Porque a Uniplac, que é uma universidade comunitária, não tem definido se é de caráter público ou privado e isso impede o repasse, às vezes, de recurso, a não ser para o art. 170.

Deputado Nilson Gonçalves, o governador deu a sua palavra e disse: "Eu estou autorizando o secretário Paulo Bauer a depositar a última parcela do art. 170". Eu confiei e foi depositada a última parcela do art. 170.

O governador deu a sua palavra - como deu ao deputado Manoel Mota, e depois vou chegar à questão do referido deputado, deputada Ada De Luca -, a este deputado e aos deputados Edison Andrino e Professor Grandó, pois estávamos aqui. Eu até comentei com o deputado Sargento Amauri Soares que iríamos achar um meio legal para ajudar a Uniplac. Foi tão rápido que, talvez no confronto não conseguíssemos resolver essa situação, hoje mesmo o secretário da Educação, deputado Paulo Bauer, veio a este Parlamento discutir essa questão. E nós, em contato com o município de Lages, com o prefeito Renato Nunes de Oliveira, vamos achar um meio, não de repartir recurso do Orçamento, mas de chegarmos a aproximadamente R\$ 2,5 milhões a R\$ 3 milhões, via prefeitura, para que ela repasse à Uniplac legalmente, sem riscos de fazer uma coisa ilegal.

Entretanto, se tivéssemos feito tudo muito rapidamente, na ânsia de fazer de forma emergencial, poderia acabar tudo na ilegalidade e não haver esse aporte de recursos. Poderiam dizer os professores que aqui estavam, sr. presidente, quando chegassem em Lages, o seguinte: "O deputado Elizeu Mattos foi contra a Uniplac". Mas como esse assunto foi bem explicado e bem conversado, os professores entenderam a nossa posição, que seria o não-confronto e uma saída para a Uniplac. E que realmente eu não seja aplaudido só no momento da votação, mas que receba os aplausos posteriores à votação e outros mais lá na frente por uma solução definitiva ou uma solução para os nossos professores no caso dos salários.

Por isso é que eu falo aqui que entendo as pessoas. Talvez não tenham entendido quando o governador falou com o nosso líder, deputado Manoel Mota. O deputado Manoel Mota não votou contra o sul, pois eu o conheço. O deputado, junto com o governador e com a deputada Ada De Luca, construiu um compromisso sem confronto, para que aquelas ações que estavam nas emendas não morressem, ou melhor, que elas tivessem um fôlego maior e que a ação fosse maior.

Eu queria dar este depoimento e dar uma explicação sobre a questão da Uniplac, até para dizer que não tenho nada contra ninguém e fazer justiça ao esforço dos nossos deputados, que na verdade atenderam a um pedido para que se entrasse em um acordo. E tenho certeza de que tanto o deputado Joares Ponticelli quanto o deputado Valmir Comin tiveram a melhor intenção quando discutiram as matérias aqui tratadas na ânsia de ver as coisas acontecerem. Mas se elas não acontecerem, vamos cobrar do governador porque houve um compromisso, como houve conosco, e ele foi cumprido. Eu só gostaria de fazer este registro.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-lo, eminente deputado, e dizer que o parlamentar aqui tem que ter equilíbrio. Ele não pode fazer um ataque daquela natureza, como foi feito ontem. Acho que o parlamentar tem que ter equilíbrio.

Eu, a deputada Ada De Luca e outros deputados assumimos o compromisso de, junto com o governo do estado, em nome dos deputados do sul, colocar no Orçamento os pleitos daquela região. E todos os pleitos foram colocados no Orçamento.

Então, é lamentável que parlamentares façam uso da imprensa para denegrir a imagem de um parlamentar quando ele faz um trabalho em nome dos demais. Todas as emendas questionadas, todos os projetos das lideranças do sul que tinham prioridade foram contemplados pelo governo do estado.

Então, os deputados que acusaram deveriam ficar com vergonha e pedir desculpas à sociedade, e se não o fizerem, eu farei amanhã, para mostrar que faltaram com a verdade. Eu acho que a Oposição pode ajudar, pode ser parceira, mas não pode atacar de forma violenta, como está fazendo neste Parlamento. É lamentável a situação de desrespeito com os parlamentares desta Casa. Eu, depois de agredido, claro que peguei pesado. Mas eu fui agredido, senão não teria pegado pesado.

Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Tenho certeza, deputado Manoel Mota, que foi no calor do debate que acabou acontecendo tudo isso, mas os deputados hoje estão mais calmos e há o reconhecimento do trabalho tanto de v.exa. quanto da deputada Ada De Luca.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Os 50 segundos restantes cabem ao deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Elizeu Mattos, cumprimento v.exa. por estar relatando da tribuna a reunião que tivemos com o secretário da Educação, deputado Paulo Bauer, que prontamente atendeu o nosso convite para buscarmos uma solução para a questão da Uniplac. E a sugestão apresentada parece ser bastante viável - v.exa. já está conduzindo o assunto - e tenho certeza de que vamos encontrar um caminho para resolver em parte a grave crise por que passa aquela importante universidade catarinense.

Obrigado, deputado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado às Explicações Pessoais, com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Professor Grando - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, quero elogiar a memória histórica do deputado Edison Andrino, inclusive para resgatar a história deste Parlamento, e dizer que quando foi dar as informações sobre o passado, esqueceu de declinar o nome do pai da deputada Ada De Luca, Vânio Faraco, que também foi cassado.

Então, quero apenas recordar um dos catarinenses que não foi mencionado pelo deputado Edison Andrino.

E a outra questão é a que aqui foi falada pelo nobre parlamentar Elizeu Mattos, sobre o cuidado que nós, parlamentares, que fazemos leis, temos que ter para fazê-las dentro da constitucionalidade. Nós temos que dar o exemplo. Muitas vezes queremos ajudar, queremos fazer e criamos inconstitucionalidades e isso não é exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o eminente deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu tive a honra, na semana passada, de viajar para o Rio Grande do Sul, onde eu, o governador Luiz Henrique da Silveira e o eminente deputado Rogério Mendonça, a quem representei, fomos homenageados pelo Sindicato das Empresas de Fumo, pelos 90 anos de trabalho por aqueles que prestaram na área relevantes serviços ao estado de Santa Catarina.

Eu cheguei a Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul e pude ver um dos maiores eventos de todos os tempos. Estavam lá quatro deputados federais, seis deputados estaduais, o ministro do Trabalho, outros ministros representados, os secretários da governadora do Rio Grande do Sul, o seu representante e os empresários da área do fumo. Foi um evento que eu tive o privilégio de presenciar poucas vezes no país; um evento muito grande, muito valorizado, daqueles que produzem e exportam um pedaço da riqueza deste país, que é o fumo.

A nossa é uma das maiores regiões produtoras de fumo no estado e de maior qualidade no mundo. Noventa e cinco por cento do nosso fumo é exportado. Aqui fica o trabalho, a mão-de-obra, a valorização dos nossos pequenos fumicultores e os dólares para o comércio, para o mercado. O nosso fumo vai para o exterior, para outros países que não têm a qualidade do fumo brasileiro. É importante, portanto, o reconhecimento do Sindicato Fumageiro do Brasil e a valorização dessa área em Santa Catarina.

No vale do Araranguá, na região sul do estado, se voarmos de helicóptero só iremos ver plantio de arroz, que é a nossa maior riqueza, quase não se vê plantação de fumo. E o que é que deixa mais recursos na região? O fumo! Por quê? Porque é cultivado por pequenos fumicultores que fazem girar o comércio. É fundamental!

Com muita honra representei o estado e recebi do governador a medalha em nome do deputado Peninha. Ainda não entreguei, mas quero dizer que quando chamaram, o estado de Santa Catarina foi muito aplaudido.

É importante, neste contexto, que possamos marcar muito fundo. Hoje estamos recebendo uma indústria fumageira que irá instalar-se em Araranguá, uma empresa que vai gerar mil empregos, com um faturamento de R\$ 200 milhões por mês. Conheci a sua estrutura, é uma empresa de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, com uma área construída de 150.000m². É uma empresa de primeiro mundo! Coisa muito linda! Uma construção de qualidade! Há uma creche para 300 crianças dentro do parque industrial, restaurante, piscina térmica. É um negócio fantástico, com poluição zero porque hoje os fornos comprados do Uruguai têm uma tecnologia de poluição zero! É essa a empresa que está-se instalando na região de Araranguá.

Fiquei muito honrado em representar o governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e o deputado Rogério Mendonça, o Peninha. Com muita honra representei v.exa. em Santa Cruz sabendo que os investimentos de lá serão feitos em Santa Catarina, com uma empresa que irá gerar um faturamento de mais de R\$ 200 milhões por ano. A segunda empresa que está vindo irá gerar um faturamento de mais de R\$ 500 milhões por ano. Será uma construção de 70.000m².

Essas são questões importantes, fundamentais para o sul de Santa Catarina, porque irão gerar emprego, renda, desenvolvimento e qualidade de vida para a população. Eu trabalho nessa direção e sempre lutei por isso.

Mas quero também falar, com muita clareza, sobre os ataques violentos que foram feitos na tarde de ontem, quando não foram aprovadas cinco emendas para o sul do estado. Eram aproximadamente 300 emendas, se todas fossem aprovadas, deputado Herneus de Nadal, o que sobraría do Orçamento? Só o nome! Como é que o Orçamento iria comportar 300 emendas?

Mas nós, deputada Ada De Luca, tivemos a responsabilidade, em nome dos deputados do sul, pois não fizemos só no nosso nome, fizemos em nome dos deputados do sul, de contemplar todos os compromissos assumidos e que são as prioridades daquela região.

A questão do presídio de Tubarão está contemplada! Foi assumido o compromisso com o governo do estado e com o secretário da Segurança Pública, está no Orçamento! Nós contemplamos em nome dos nossos deputados.

A questão do aeroporto! São R\$ 6 milhões, e essa também é uma das prioridades que foram contempladas, assim como a estrada do Camacho até Laguna, a Interpraia, que era o nosso compromisso em nome dos deputados. O anel viário de Criciúma foi mais uma emenda aprovada, mas já estava contemplado no Orçamento do governo do estado de Santa Catarina. Para a barragem do rio do Salto estava previsto R\$ 1 milhão e nós elevamos para R\$ 3,5 milhões. E aí um deputado da Oposição faz carnaval para aprovar uma emenda e dizer: "Olha, eu sou o bom!"

É preciso haver respeito neste Parlamento! Um pessoal que eu respeitava muito, agora se utiliza de meios para denegrir a imagem de deputados, enquanto que aqueles que colocaram emendas no Orçamento, fizeram-no em nome de todos os parlamentares.

Então, é preciso deixar bem claro, pois amanhã a oportunidade de um poderá ser a oportunidade de outro. Vão mostrar para a sociedade que enganaram a imprensa, que mentiram para uma região inteira dizendo que se não fossem aprovadas as emendas, as prioridades do sul estariam fora, não seriam mais contempladas.

Nós temos responsabilidade, somos governo, temos um governo que é responsável e que está fazendo com que Santa Catarina seja o estado mais competitivo do país para receber investimentos. Por isso há investimentos de empresas em nosso estado - em torno de R\$ 20 bilhões - porque nós aprovamos nesta Casa o Prodec e o Pró-Emprego. Então, nós temos responsabilidade em tudo aquilo que fazemos.

Sra. deputada Ada De Luca e sr. deputado Genésio Goulart, não foi apenas o nosso nome, foi o compromisso que assumimos, colocando como prioridade trabalhar até ser contemplado. Eu lutei 14 anos junto com muitas pessoas para conquistar a BR-101; 19 anos por um investimento na serra do Faxinal; e 25 anos pela BR-285. Inclusive, agora o deputado Edinho Bez e a senadora Ideli Salvatti, num acordo com o Fórum Parlamentar Catarinense, apresentaram a única emenda do sul contemplando aquela rodovia.

Estamos buscando resultados e trabalhando com responsabilidade para o sul de Santa Catarina. E não vamos admitir que um deputado venha fazer carnaval para se promover nas costas de outro! Isso é falta de responsabilidade e de ética! Mas terão que prestar contas para toda a sociedade e a verdade amanhã chegará. Com certeza aqueles que, como nós, cumpriram sua missão estão com a consciência tranquila, mas aqueles que disseram muitas besteiras para tentar denegrir o Parlamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0223/2008, de origem governamental, que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria Executiva de Articulação Nacional e do Departamento Estadual de Infra-Estrutura (R\$ 4.490.000,00).

Conta com o parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0224/2008, de origem governamental, que aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, e autoriza a abertura de crédito especial na Secretaria de Estado da Infra-Estrutura (aeroporto de São Joaquim).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0226/2008, de origem governamental, que revoga dispositivos da Lei n. 8.391, de 1991, que disciplina a admissão de pessoal, em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito do Magistério Público Estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0228/2008, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Araranguá (ampliação da EEB Professora Isabel Flores).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0230/2008, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Vitor Meireles (regularização da ocupação pela delegacia de polícia).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0231/2008, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Apiúna (instalação do posto da Polícia Rodoviária Federal).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0237/2008, de origem governamental, que revoga a Lei n. 10.963, de 1998, que autoriza a permissão de uso de imóvel no município de Jaraguá do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0239/2008, de origem governamental, que dispõe sobre a fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, esse projeto veio para a comissão de Agricultura e Política Rural há poucos momentos e não tivemos tempo para discutir esse tema, que é extremamente complexo, pois trata da questão das sementes em Santa Catarina.

Não queremos aqui atrapalhar a tramitação, mas a nossa bancada coloca várias ressalvas ao projeto. Contudo, pela importância do tema desse projeto, a nossa bancada vota favorável, principalmente em função dos agricultores familiares do estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Declarado o voto do deputado Dirceu Dresch em nome da bancada do PT.

A matéria está em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0241/2008, de origem governamental, que altera o dispositivo da Lei n. 5.684, de 1980, que dispõe sobre o serviço público de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros.

Trata de transporte gratuito para o Magistério Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0336/2008, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso remunerado de imóvel no município de Laguna (instalação de instituição de nível superior).

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, nós temos uma grande preocupação, porque a cada momento aportam nesta Casa projetos do governo comprando terrenos, comprando imóveis, prédios para determinadas finalidades públicas.

Nesse caso o governo do estado está cedendo um espaço físico, mesmo que remunerado, para uma empresa que tem o lucro como um dos seus princípios. Então, há muita preocupação e o governo do estado vai dispor de um ativo enorme, um patrimônio de grande valor nessas cidades, patrimônio esse que poderia ter outra finalidade pública.

Por isso vamos liberar nossa bancada para votar, mas pessoalmente votaremos contra.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário do deputado Pedro Uczai.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0338/2008, de origem governamental, que autoriza a doação de imóveis à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan (construção de estação elevatória e servidão administrativa).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0240/2008, de origem governamental, que estabelece as definições, as atividades e os procedimentos concernentes à engenharia de tráfego e à engenharia de campo voltadas ao sistema rodoviário do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0344/2008, de origem governamental, que institui o Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor Público e estabelece outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0346/2008, de origem governamental, que dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Presidência irá sobrestar a votação do Projeto de Lei n. 0346, porque segundo a assessoria não consta da primeira tiragem da pauta.

Está sobrestada a votação do Projeto de Lei n. 0346/2008 para posterior deliberação.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0024/2008, de origem governamental, que acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei Complementar n. 305, de 2007 (Assessor de Direção - Centros de Educação Profissional Agrotécnico).

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, em relação ao mérito do projeto nós concordamos, mas temos dificuldade em relação a algumas emendas apresentadas e por isso a bancada, em princípio, vai abster-se de votar este projeto, porque há muitas matérias sendo votadas, discutidas, muitas emendas foram apresentadas e temos dificuldade, muitas vezes, em avaliar o mérito.

Então, vamos abster-nos da votação deste projeto.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Srs. deputados, a votação será nominal, no painel eletrônico. Quem votar "sim" aprova o projeto, quem votar "não" rejeita-o.

DEPUTADO ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	abst
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	abst
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abst
DEPUTADO EDSOM DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SÓPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO PEDRO UCZAI	Abst
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 28 votos "sim", nenhum voto "não" e quatro abstenções.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0035/2008, de origem governamental, que altera tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323, de 2006, e estabelece outras providências (Plano de Carreira dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde).

Ao presente projeto foram apresentadas emendas aditiva e modificativa.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, essa lei complementar é de suma importância para o estado de Santa Catarina e para o servidor público inativo. Eu fui relatora dessa matéria na comissão de Finanças e Tributação e tive o apoio de alguns parlamentares.

O presidente Jorginho Mello pediu, assim como os demais parlamentares, que essa matéria não tramitasse de volta na comissão de Constituição e Justiça, visto que esta deputada apresentou uma emenda modificativa a esse projeto de lei complementar, sr. presidente e srs. deputados - e peço o apoio de v.exas. -, acrescentando o art. 91, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 91. A implantação do Plano de Carreira e Vencimentos de que trata esta Lei Complementar far-se-á em quatro etapas, em conformidade com o que segue:

IV - quarta etapa: consiste no reposicionamento dos servidores inativos da Secretaria de Estado da Saúde, no nível subsequente ao da aposentadoria mantendo-se a mesma referência, a partir de 1º de janeiro de 2009."

E ainda gostaria de ler a justificativa, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"A presente Emenda Modificativa visa preservar a equidade da situação funcional e remuneratória dos servidores inativos da Secretaria de Estado da Saúde.

Para fins de reposicionamento dos servidores inativos da Secretaria de Estado da Saúde, abrangidos pela Lei Complementar nº 323 de 02/03/2006 considerar-se-á a equivalência entre os níveis e referências constantes em cada uma das Leis Complementares a que estão afetos, assim operando-se o reposicionamento do maior nível e referência para o menor, de acordo com o posicionamento anterior do servidor no Quadro Geral do Poder Executivo.

Pelos argumentos acima expostos, e considerando a matéria apresentada de extrema relevância tendo em vista assegurar a valorização dos inativos do quadro da Secretaria de Estado da Saúde, submeto à elevada consideração e apreciação dos nobres pares, esperando o acolhimento e aprovação total da presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei Complementar n. 0035.7/2008, denotando continuidade na sua tramitação." [sic]

Srs. deputados, sras. deputadas e sr. presidente, eu gostaria de pedir a v.exas. o voto para esta nossa emenda modificativa e para este projeto de suma importância, visto que os funcionários inativos da Saúde estão esperando a adequação dessa tabela salarial há muito tempo, e eles têm-se esmerado muito nessa área atendendo os doentes.

Então, eu gostaria muito de pedir que v.exas. pudessem votar junto com esta deputada, visto que essa equipe de funcionários inativos têm feito muitas vigílias no meu gabinete pedindo o meu apoio e eu me comprometi com eles de votar favorável, inclusive de elaborar essa emenda complementar.

Muito obrigada, srs. deputados, pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito para discutir a matéria é o sr. deputado Pedro Uczai, que tem a palavra na forma do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, queremos manifestar-nos aqui, e depois os demais deputados da nossa bancada também poderão manifestar-se.

Em primeiro lugar, queremos dizer que nós, da bancada do PT, defendemos a saúde como um direito. Em segundo, que a responsabilidade da saúde é dever do estado e nós temos cada vez mais que fortalecer a saúde pública deste país, do estado e dos municípios.

Falamos aqui de cadeira, como falaram os deputados Décio Góes, Pedro Baldissera e Jailson Lima, que foram também prefeitos como este deputado, pois sabemos da importância de investir na saúde pública. E, conseqüentemente, uma das perspectivas de fortalecimento do SUS - Sistema Único de Saúde - é investir numa política pública universal, equitativa, permitindo assim um atendimento à população. Um país se mede também pelo grau de saúde que o seu povo tem.

Em terceiro lugar, queremos defender aqui o fortalecimento da política pública e o fortalecimento da valorização dos profissionais da Saúde. Então, nós temos como tese defender e valorizar os servidores públicos da Saúde do estado de Santa Catarina.

Em quarto lugar, defendemos a livre organização dos trabalhadores, dos servidores públicos, através das suas organizações sindicais, através das suas organizações representativas. Por isso que nós queremos manifestar aqui preocupação em relação ao projeto ora em discussão.

Nós temos várias divergências em relação ao projeto. Quero levantar algumas e os demais pares da nossa bancada também poderão manifestar-se.

Em primeiro lugar, nós defendemos que a saúde e o plano de cargos e salários têm que ser uma política universal do estado. E este governo, não só na área da saúde, mas também em outras áreas, como a secretaria da Fazenda, como outros projetos que nós estamos votando aqui, resolve um pedaço: resolve aqui um pedacinho, resolve lá outro pedacinho e não constrói uma política universal de valorização dos servidores públicos estaduais. Isso acontece na Educação e na Saúde. E esse projeto busca atender a um mínimo setor, mas não os milhares de servidores da Saúde do estado de Santa Catarina. É uma violência contra os outros milhares de servidores.

Não somos contra permitir direitos, mas quando é direito, não pode ser privilégio para uma única categoria, para um único setor, para a especificidade de um setor. Temos que discutir política universal, política geral.

Em segundo lugar, em relação às emendas, devo dizer que o termo de acordo que foi celebrado no fim da greve dos servidores entre a secretaria de Saúde, no gabinete da secretária Carmen Zanotto, que assinou; o secretário de estado da Administração, Paulo Eli; e os representantes: a presidente do Sindsaúde, Edileuza Garcia Fortuna; o presidente do Sintespe, Mario Antônio da Silva; e a presidente da Acehemo, Eva Regina Rombaldi, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"a) O Governo do Estado de Santa Catarina, através dos Secretários de Estado, signatários do presente, concorda em não mais exigir dos servidores lotados no HEMOSC e CEPON a assinatura do 'Termo de Pleno Consentimento' ou qualquer outro documento similar, não desconto dos dias de greve, mediante compensação, e que não haverá qualquer tipo de punição aos servidores grevistas.

b) Os funcionários do HEMOSC de todas as unidades do estado e do CEPON - Florianópolis, retornam, nesta data, às suas atividades normais em seus respectivos locais de trabalho, exercendo-as com ética, profissionalismo e proficiência."[sic]

Portanto, nós apresentamos uma emenda dizendo o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 6º

[...]

Parágrafo único - Os servidores públicos efetivos, lotados no HEMOSC e no CEPON, não serão cedidos para organizações sociais, ficando mantidos pelo vínculo funcional direto com a secretaria de Estado da Saúde."[sic]

É isso que nós estamos defendendo aqui e que não foi acolhido pelo relator. Se há acordo e termo de acordo em greve, que seja mantido, que os servidores do Hemosc e do Cepon mantenham o seu vínculo empregatício funcional e toda a relação trabalhista com a secretaria da Saúde, e não para Organização Social de direito privado.

Em segundo lugar, na mesma esteira da deputada Professora Odete de Jesus, também consideramos fundamental e importante estender os benefícios do plano de carreira e vencimentos para os inativos.

E aí nós sugerimos a seguinte emenda ao art. 91, § 4º:

(Passa a ler.)

"Art. 91

[...]

IV - quarta etapa: consiste no reposicionamento dos servidores inativos da Secretaria de Estado da Saúde, no nível subsequente ao da aposentadoria mantendo-se a mesma referência, a partir de 1º de janeiro de 2009."[sic]

Ou seja, além dessas emendas, há outras que nós apresentamos e não foram acatadas.

Nós queremos saúde pública, nós queremos universalização, nós queremos tratamento equitativo na área da saúde. Nós somos contra privatizar ou terceirizar ou passar para organizações privadas atendimentos estratégicos, como a área do Hemosc e do Cepon. Por isso os servidores de carreira têm que ter relação com a secretaria da Saúde. Este é o princípio: saúde, tratar com entidade privada; saúde, transferir, ou ceder, servidor para entidade de direito privado.

Nós queremos que haja o atendimento. Não nós somos contra determinados benefícios para uma ou outra categoria e apresentamos várias emendas para aperfeiçoar o projeto que não foram acatadas. Apresentamos emenda por princípio. Saúde é pública, direito público, e não pode ser mercadoria. É o mínimo para uma pessoa, é o mínimo valorizar os servidores da Saúde. E há dois pesos e duas medidas: por que enfermeiro, fisioterapeuta, técnico em enfermagem, o setor da base da saúde, não têm nenhum projeto aqui de apoio? "Ah, porque há acordo com uma categoria só". Por que não universalizar o mesmo direito? Por que não dar aumento salarial para as outras categorias da Saúde, que têm milhares de servidores no estado? Qual é a discussão? "Ah, atender um pedaço".

Eu quero lamentar quando vejo aqui documentos dizendo que havia um acordo para que o projeto de lei fosse votado na semana passada, que já havia a folha pronta e que a bancada do PT impediu a tramitação do projeto. Nós apresentamos emendas, foram rejeitadas e outros deputados pediram vista para avaliar as próprias emendas que apresentamos e que tinham sido rejeitadas na comissão - e apresentamos as emendas a pedido do Sintespe!

Eu acho que tem que haver um pouco de ética na nossa relação para que possamos, com seriedade e responsabilidade tratar das matérias aqui. Porque a bancada do Partido dos Trabalhadores só tem um objetivo quando discute saúde: melhorar a saúde do povo catarinense. E não há melhoria da saúde do povo catarinense, se não se tratar com dignidade todos os servidores, todos os profissionais da Saúde! Não um pedaço, mas todos de forma universal, de forma digna, de forma decente!

Por isso os servidores públicos estão tendo tantos anos de luta. Por isso os servidores públicos querem uma saúde decente para o povo. Por isso os profissionais sérios e competentes do Hemosc e do Cepon querem continuar relacionados com a secretaria da Saúde, porque essa política pública é de estado!

Então, é nessa direção que nos estamos posicionando, é nessa direção que nós queremos universalizar o direito à saúde e que queremos a valorização dos profissionais, mas de todos os profissionais da Saúde!

É assim que nós acreditamos, por princípio, no fortalecimento do SUS - Sistema Único de Saúde -, que é uma das melhores experiências do mundo! O Sistema Único de Saúde tem que ser fortalecido, tem que ser incrementado e não apenas uma categoria sendo beneficiada.

Então, é nessa direção que nós estamos defendendo; é nessa direção que nós queremos ampliar direitos. Não queremos tirar direito de ninguém. Nós estamos ampliando os direitos quando estamos propondo várias emendas aqui e legitimando o próprio movimento dos trabalhadores, legitimando a assinatura de uma mulher secretária da Saúde, legitimando o acordo de greve.

É isto, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o que nós estamos discutindo neste momento, com toda a transparência: queremos saúde para o povo de Santa Catarina, dignidade e valorização de todos os profissionais da área pública, de todos os profissionais da Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o plano de cargos e vencimentos dos servidores da saúde pública no estado de Santa Catarina vinha sendo construído há 19 anos, quando na legislatura anterior foi aprovado nesta Casa. E foi uma grande conquista do SindSaúde, à época dirigido por outra diretoria que não a atual, com a qual temos relação bastante forte. Estou aqui elogiando a diretoria anterior do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde por ter, depois de 19 anos de luta, conseguido aprovar, na legislação anterior, o plano de cargos e vencimentos, que foi pago em duas parcelas durante o ano de 2006.

O que o Projeto de Lei Complementar n. 0035 vem fazer é integralizar o pagamento do plano de cargos e vencimentos dos servidores públicos da saúde estadual, consignado na Lei Complementar n. 323, aprovada em 2006.

Essa categoria tem lutado desde o começo do ano passado (e o deputado Dado Cherm é testemunha porque foi secretário da Saúde) justamente pela integralização do pagamento do plano de cargos e vencimentos.

O Projeto de Lei Complementar n. 0035 que ora estamos discutindo traz exatamente isto: a integralização do pagamento do plano de cargos e vencimentos dos trabalhadores da Saúde.

É evidente que outras coisas vieram junto e com as quais nós temos discordância. Nesse aspecto há acordo parcial, como disse aqui o deputado Pedro Uczai. No entanto, o projeto que estamos discutindo atende a um anseio legítimo dos trabalhadores da Saúde, que lutou desde o inverno do ano passado para que esse projeto chegasse a esta Casa. Durante este ano, nos meses abril, maio, junho e julho, a categoria entrou em estado de greve justamente para que o governo discutisse e encaminhasse à Assembléia Legislativa o plano de cargos e vencimentos. Houve inúmeras reuniões da diretoria do SindSaúde, aqui presente, com o então secretário - e novamente secretário a partir de amanhã - Dado Cherm; com a secretária Carmem Zanotto e com o secretário da Administração, Antônio Gavazzoni, ao longo de 2008, para que o projeto visse para esta Casa.

Quero deixar bem claro e fazer o debate muito tranquilo, fraterno, honesto com o deputado Pedro Uczai. O Projeto de Lei Complementar n. 0035 atende a todos os trabalhadores públicos da Saúde no estado de Santa Catarina, inclusive os aposentados que fazem parte e têm direito à descompactação da tabela, inclusive os inativos da Saúde.

Quicá tivéssemos aqui um projeto que integralizasse a Lei n. 254! Quicá nós tivéssemos aqui um projeto parecido com esse para terminar de pagar a Lei n. 254. Pois então há um projeto aqui para terminar de pagar a lei do plano de cargos e vencimentos dos trabalhadores da Saúde.

As questões problemáticas que vieram juntas: o esquentamento da cedência de trabalhadores públicos para organizações sociais, que são entidades privadas. Só que é preciso registrar que o movimento em defesa dos servidores públicos da Saúde está construindo, deputado Pedro Uczai, um movimento e coletando assinaturas em prol da criação e apresentação de um projeto de iniciativa popular para tentar revogar as leis das organizações sociais. Gostaria e posso a qualquer hora dessas buscar nos arquivos da Assembléia o nome e de que partido eram os deputados que aprovaram essas três leis, para que não se faça um cavalo de batalha em cima de uma coisa que foi aprovada quase que por consenso de todos os partidos que estavam aqui na legislatura anterior.

É preciso registrar também que o governo federal está fazendo a mesma coisa com os hospitais universitários, através de iniciativa do ministro Temporão, criando a figura jurídica esdrúxula de fundação estatal de direito privado, que é a mesma coisa que organização social e contra a qual, que o movimento tem sido contra insistentemente.

Então, nós temos que olhar a coisa na sua amplitude. É preciso deixar claro que não há o retorno do pró-labore para os médicos neste projeto. O que tem, sim, causado um mal-entendido é o pagamento dos procedimentos dos serviços prestados por médicos que não são servidores públicos estaduais, que já realizaram um serviço para a população catarinense, mas que agora o estado tem que pagar.

Eu não concordo e acho importante que aconteçam mais concursos públicos para servidores de todos os níveis da secretaria da Saúde, assim como para os da Segurança e da Educação também, e inclusive médicos, justamente para que o estado não precise contratar médicos para realizar esse serviço. Como não há médicos suficientes, como a população não pode ficar desassistida e eles já fizeram o serviço, se o estado não pagar, eles param de realizar os serviços e a população é que fica abandonada. Então, isso não é a volta do pró-labore, é outra coisa.

Nós vamos votar aqui, deputado Pedro Uczai e demais deputados, a favor desta emenda de supressão da cedência por coerência. Vamos votar a favor dessa emenda. Nós sabemos que vamos perder, mas vamos continuar a luta para revogar a lei das organizações sociais, que, repito, foi aprovada aqui na legislatura anterior quase que por unanimidade.

Nós vamos votar também a favor da emenda de autoria da deputada Odete de Jesus, por entendê-la justa e necessária, mas é preciso dizer que os trabalhadores aposentados da Saúde não estão fora da tabela de descompactação de salários. Não estão fora! E essa luta aqui - ao contrário também, deputado Pedro Uczai, do que uma entidade aí andou escrevendo - não é fruto de conchavo! Inúmeras assembleias da categoria dos servidores públicos da Saúde foram realizadas durante o ano de 2007 e neste ano de 2008. Foram feitas massivas assembleias, passeatas, mobilizações, discutindo-se tudo com a categoria. Não existiu conchavo pela diretoria do SindSaúde! Se houve foi por outras diretorias e talvez por outras entidades. O SindSaúde tem respeitado fielmente o desejo e a vontade soberana da categoria dos trabalhadores da Saúde, em assembleias amplamente convocadas com ampla participação.

E está aqui hoje, sim, para votar "sim" no projeto de descompactação da tabela de salário, que é a integralização do pagamento do plano de cargos e vencimentos consignados na Lei n. 323/2006. Isso os trabalhadores da Saúde estarão aplaudindo assim que este Parlamento votar.

Quanto às emendas de v.exas., nós votaremos a favor. E na luta contra as organizações sociais e contra a cedência, nós vamos continuar nos próximos meses e nos próximos anos até a vitória.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito para discutir, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, eu atuei grande parte da minha vida no sindicalismo e junto à categoria de agricultores familiares que precisam, necessariamente, da presença do estado através da previdência, do serviço público na agricultura, na saúde, na segurança, na educação e em tantos outros papéis que o estado cumpre e tem que cumprir.

Eu sempre defendi o fortalecimento do estado e, acima de tudo, o bom serviço público prestado à comunidade. Deputada Professora Odete de Jesus, o professor, se é bem tratado pelo estado e se tem boas condições de trabalho na sala de aula, é uma pessoa que faz um bem para a sociedade. Com o médico, o enfermeiro e a enfermeira é a mesma coisa. Então, o fortalecimento do servidor público é estratégico para nós, e o Brasil vem provando que o fortalecimento e a construção da isonomia salarial para os nossos servidores são importantes, são fundamentais.

É por isso que nós defendemos a organização sindical. O sindicalismo faz parte do processo da democracia para dar voz e vez àqueles que não têm. Então, o sindicalismo, as organizações sindicais são fundamentais e têm que ser respeitadas, inclusive, pelo estado na negociação. Nisso o nosso governo do estado deixa a desejar. E uma das grandes reclamações dos nossos sindicalistas é justamente a falta de diálogo, porque o diálogo com o sindicalismo, com a sociedade organizada, com os funcionários públicos organizados é fundamental para o governo conseguir prestar um bom serviço na ponta.

Então, nessa perspectiva, nós defendemos que é necessária a construção de políticas públicas de relação com o funcionalismo para todas as categorias. Por isso, nós entendemos que a luta dos servidores públicos pela isonomia salarial precisa estar presente nesta Casa para que os servidores públicos possam atender melhor a nossa população.

Esse projeto que está em discussão, na nossa avaliação, não constrói uma perspectiva de isonomia de tratamento, de um salário justo para os nossos servidores. Mas nós temos um projeto, por exemplo, que prevê no plano de cargos e vencimentos, a Lei Complementar n. 323/2006, que é importante para a regulamentação dos salários, para a isonomia salarial dos nossos funcionários.

Então, srs. deputados, a bancada do Partido dos Trabalhadores, com esse princípio de defesa da isonomia salarial, de defesa de todos os trabalhadores, entende que não se pode fazer o que vem sendo feito nesta Casa. Há dias estamos discutindo a questão de uma categoria de servidores públicos. Nós precisamos tratar dos servidores da Agricultura, da Segurança, da Educação, da Saúde de forma igual.

Assim, a nossa bancada entende que é necessário, urgentemente, discutir uma política salarial para os nossos servidores e que o governo do estado já deveria ter apresentado um projeto que de fato dê essa condição para os funcionários públicos estaduais. Caso contrário, nós vamos resolver em parte os problemas e isso não muda a situação dos servidores públicos do nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra na forma do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, servidores persistentes da área da saúde, que há semanas estão nesta Casa, alguns há meses e anos, principalmente o pessoal do Hemosc e do Cepon, que já é figurinha carimbada aqui, deputado Reno Caramori, pois está neste plenário com frequência desde que o atual governo assumiu.

Há seis anos já que a mesma lança está sobre a cabeça de todos, porque a qualquer cochilo desta Assembléia o Cepon e o Hemosc serão privatizados de pronto. Nós estamos conscientes disso. O governo tem tentado em várias oportunidades. Deputada Professora Odete de Jesus, não sei qual é o compromisso, mas a tentativa é constante.

Agora, dramática também é a situação dos servidores inativos. O deputado Dirceu Dresch colocou muito bem que não há hoje uma política salarial definida para o servidor público de Santa Catarina. O que estamos vendo de 2003 para cá é um desmonte completo da política salarial dos planos de cargos e salários. Começou pelo Magistério.

Nós não podemos esquecer que o atual governo, quando em campanha ainda para o primeiro mandato, dizia que, se eleito fosse, iria equiparar o salário do professor do estado ao do professor de Joinville, deputado Darci de Matos. Eu não sei quanto ganha um professor de Joinville hoje, mas sei que o salário do professor do estado deve estar muito aquém daquilo que foi prometido. Aquela promessa, deputado Pedro Uczai, de equiparar, de valorizar, foi transformada num desmonte do plano de cargos e salários do Magistério com a implantação dessa política de abonos maléfica, destruidora. A política de abono é uma política que escraviza. E é assim que o governo tem tratado a questão. Ela escraviza porque o servidor não tem sequer o direito ao tratamento de saúde, sem perder parte da sua remuneração.

Os inativos estão numa situação mais dramática ainda, porque ao longo desses seis anos receberam um abono de R\$ 100,00, enquanto que o total, o somatório das perdas desse período já chega a quase 50%. Ingressamos, inclusive, com uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal por descumprimento do art. 37, que é o que obriga o chefe do Poder Executivo a revisar anualmente os salários, ou seja, pagar as perdas salariais, mas nem isso foi feito.

Não dá para compreender, deputado Reno Caramori, que isso tudo esteja acontecendo no momento em que a receita bate recorde a cada mês. Ontem ainda votamos um Orçamento de mais de R\$ 12 bilhões, ou seja, mesmo com a crise, a tão propalada crise internacional, mesmo com ela, mesmo com a tragédia que se abateu sobre o nosso estado, assim mesmo se estima uma receita média de mais de R\$ 1 bilhão por mês.

Quando a última revisão anual de salários foi feita, deputado Dirceu Dresch, a receita de Santa Catarina oscilava na casa de R\$ 330 milhões por mês. De lá para cá vimos o servidor perder quase 50% da sua remuneração sem nenhuma reposição, e o governo continua tratando o servidor, a política salarial dessa forma, com essa verdadeira colcha de retalhos que está implementando.

Eu não consigo entender essa insensibilidade, mas espero honestamente que possamos, hoje pelo menos, sensibilizar os deputados da base governista. Eu sei que temos deputados aqui sensibilizados com a aprovação dos destaques que faremos de algumas emendas. A nossa esperança é que consigamos, até por ser um projeto de lei complementar, chegar a 21 votos. Todos sabemos contar, as Oposições não têm os votos necessários aqui.

Temos feito um esforço gigante ao longo deste período para procurar minimizar essas perdas e o drama que vive o nosso servidor e hoje em especial os servidores da área da saúde. Honestamente acredito que, até para compensar a insensibilidade que vimos ontem, quem sabe, possamos ver atendidas, hoje, pelo menos parte das emendas que destacamos. É o que acredito. Sei que na comissão de Finanças e Tributação, na manhã de hoje, houve já a manifestação de deputados da base governista. Espero que consigamos ampliar um pouco esses votos, deputado Dirceu Dresch, e quem sabe dar um presente de Natal de verdade aos servidores da área da saúde, em homenagem à persistência da direção do sindicato, das associações de abnegados servidores que estão aqui de vigília nesta Casa, no dia de hoje, para não os ver frustrados mais uma vez.

Destacamos as emendas já que não conseguimos aprová-las nas comissões. E tenho esperança de que, aqui neste plenário, com o voto nominal, na presença de todos, possamos fazer justiça, nesta tarde, aos servidores da área da saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

De posse da Presidência está um requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli e de outros srs. deputados, igualmente da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o destaque das emendas modificativas de autoria dos dois deputados. As duas emendas têm o mesmo teor e estão sendo destacadas.

Em votação a emenda de autoria da deputada Professora Odete de Jesus e a emenda de igual teor do deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Qual foi a emenda que v.exa. falou, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - São as Emendas n.s 0032 e 0033, com o mesmo teor, apresentadas em duas comissões diferentes; uma é de autoria da sra. deputada Professora Odete de Jesus e a outra do deputado Joares Ponticelli. Essas emendas vão agora à votação.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sra. deputada proponente da emenda, e srs. deputados, muito respeitosamente entendo a preocupação do deputado Pedro Uczai, da deputada Professora Odete de Jesus, bem como do deputado Dirceu Dresch e do deputado Joares Ponticelli, mas quero dizer aos demais deputados desta Casa que com certeza só teremos avanços na Saúde construindo de maneira respeitosa as posições aqui manifestadas.

Tivemos, sr. presidente, 12 anos para fazer o plano de cargos e salários dos funcionários da saúde pública. Passou o governo A, passou o governo B e tivemos a felicidade, sim, com muita dificuldade, de construir e entregar, em 2006, esse plano de cargos e salários dos funcionários da saúde pública.

Algumas correções precisavam ser feitas, mas de uma maneira construtiva, respeitosa, escutando o sindicato e dando amplo direito de defesa das suas manifestações.

Para mim seria muito fácil vir hoje aqui e não criar constrangimento para nenhum deputado pedindo para votar a favor de todas as emendas colocadas. Claro que esse é o desejo de todos, pois queremos o bem de todos, mas esse é um processo que se constrói de uma maneira responsável, de acordo com o Orçamento que o estado pode apresentar.

Sr. presidente, há pouco dizia a um grupo de funcionários inativos da secretaria de estado da Saúde que me proponho, sim, discutir a matéria pertinente a esses funcionários assim que voltar para o comando da pasta. Aquilo que for justo, que for correto, importante e necessário, dentro das possibilidades da secretaria de estado da Saúde, não tenham dúvidas de que serei parceiro.

Não posso, em hipótese alguma, de uma maneira irresponsável, apenas para querer agradar, chegar aqui e dizer que concordo sem conhecer o impacto financeiro, sem saber o que isso vai causar no orçamento da secretaria estadual da Saúde. Além disso, todos nós sabemos que é uma emenda que tem vício de origem e que será questionada na Justiça.

Por isso, sr. presidente, vejo aqui presente também o sindicato e quero parabenizá-lo por essa conquista. Tenho certeza de que é uma conquista do sindicato, depois de muita discussão e questionamento, com divergências que se tornaram convergências. Mas hoje, com certeza, está-se dando um passo a mais para a construção desse projeto ou, vamos assim dizer, desses ganhos que contemplam o funcionário e a sociedade catarinense.

Não tenho dúvida de que não existem meia proposta, meia verdade, meio projeto, existe um projeto de acordo com a realidade financeira do nosso estado. E é para isso que faço, sr. presidente, este encaminhamento, este apelo aos srs. deputados no sentido de que votem o projeto da maneira como veio das comissões, onde foi discutido e acordado com os demais deputados. Peço, se assim me permitirem os demais pares neste momento, a rejeição dessas emendas que estão sendo destacadas na tarde de hoje, neste plenário. Mas, acima de tudo, tenho o compromisso, sim, de tentar fazer, cada vez mais, uma saúde pública de verdade, inteira e completa, sr. presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação as Emendas ns. 0032 e 0033 que têm o mesmo teor, que estão destacadas, de autoria do deputado Joares Ponticelli e da deputada Professora Odete de Jesus.

A votação será nominal no painel eletrônico.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, sr. presidente, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Enquanto se disponibiliza o painel, com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do governo, eminente deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, nós encaminhamos contrariamente aos pedidos de destaque. Portanto, o nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Os srs. deputados que votarem "não" rejeitam a emenda e os que votarem "sim" aprovam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR sim
DEPUTADO CLESON SALVARO não
DEPUTADO DADO CHEREM não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO não
DEPUTADO DARCI DE MATOS não
DEPUTADO DÉCIO GÓES sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) não
DEPUTADO EDISON ANDRINO não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL não
DEPUTADO JAILSON LIMA não
DEPUTADO JANDIR BELLINI não
DEPUTADO JEAN KUHLMANN não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO não
DEPUTADO JULIO GARCIA não
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim
DEPUTADO MANOEL MOTA não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS sim
DEPUTADO RENATO HINNIG não
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA não
DEPUTADO ROMILDO TITON não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON não
DEPUTADO SILVIO DREVECK sim
DEPUTADO VALMIR COMIN sim

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Temos 18 votos "não" e 13 votos "sim".

As emendas estão rejeitadas.

Vamos agora votar a emenda de fls. 58, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de emenda ao art. 6º, inclui o parágrafo único e diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Os servidores públicos efetivos lotados no HemoSC e no Cepon não serão cedidos para organizações sociais, ficando mantidos pelo vínculo funcional direto com a secretaria de estado da Saúde."

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a emenda e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, o eminente deputado, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e colegas, essa emenda só tem o objetivo de legitimar o movimento social, o movimento sindical e o acordo do próprio governo com os trabalhadores da Saúde.

Por isso, queremos colocar isso na própria lei para que possamos deixar explícito e aberto esse processo.

Obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do PDT, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero registrar o nosso voto favorável à emenda, entendendo que essa é uma luta que não começou e não terminará hoje. Provavelmente nós vamos perder, ou seja, aqueles que trabalham contra as organizações sociais e contra a cedência no serviço público, mas queremos registrar o nosso voto favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encaminhamento em nome de toda a bancada do PDT, deputado Sargento Amauri Soares.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos dez votos "sim" e 18 votos "não".

Está rejeitada a emenda.

Votação da emenda de fls. 59, de origem da bancada do Partido dos Trabalhadores, que altera a tabela de vencimento prevista na Lei Complementar n. 323/2006, e estabelece outras providências.

Trata-se do plano de carreira dos servidores da secretaria de estado da Saúde.

Em votação.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, essa emenda é a que suprime o § 3º do art. 95 e permite que os servidores possam usufruir do seu direito de licença-prêmio, que hoje está sendo

postergado de tal forma que acaba vencendo o prazo sem que os trabalhadores usufruam o benefício. O governador, inclusive, fez um decreto segundo o qual todos devem tirar licenças vencidas, mas com essa lei, com esse parágrafo ele praticamente proíbe. Assim, a idéia é tirar esse parágrafo, porque entendemos que desse jeito fica difícil os servidores usarem o seu direito às licenças que conseguiram acumular durante a vida funcional.

Acho que temos que tratar bem quem faz saúde em Santa Catarina. E uma das maneiras de tratar bem os funcionários é dando-lhes as férias e as licenças a que têm direito, a fim de que tenham condições de saúde física, espiritual e psicológica suficientes para poder prestar um bom serviço à população.

Então, esse é o sentido de suprimir o § 3º do art. 95 da presente lei.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Vamos à votação no painel eletrônico.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	não
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	não
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Consulto se todos os srs. deputados votaram.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Votaram 31 srs. deputados.

Colhemos o resultado.

Temos 21 votos "não" e dez votos "sim".

Está rejeitada a emenda.

Em votação o projeto com as emendas aprovadas nas comissões. A votação é em primeiro turno.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto com as emendas, e os que votarem "não" rejeitam-no.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do PT, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Queremos dizer que os princípios que nos movem estão aqui dentro. A bancada do Partido dos Trabalhadores move-se no seu cotidiano pela luta por direito à saúde, direito fundamental do povo catarinense. Queremos que os servidores da Saúde melhorem suas condições de vida e de trabalho, e é nesse espírito que apresentamos emendas e fizemos todo o debate na área da saúde.

Sr. presidente, nós temos tido muita generosidade com o governo, com a base do governo aqui. Novamente, deputado Joares Ponticelli, eles não teriam quórum para votar se nós nos retirássemos do plenário. Estamos sendo generosos no debate e em muitos projetos votando a favor do governo.

No caso em tela queremos que, pelo menos, alguma emenda fosse acatada pelo governo para aperfeiçoar o projeto. Nós não vamos votar contra este projeto, a bancada não vai se manifestar contra, mas nós vamos abster-nos como forma de salientar que o papel do Parlamento é aperfeiçoar os projetos e o papel do governo é ceder, negociar.

A arte da negociação nesta Casa deve ser cada dia mais aperfeiçoada. Não é porque o governo tem maioria que não pode negociar, incorporar também emendas das bancadas da Oposição. Porque da bancada da Situação foram acolhidas emendas, diferentemente das emendas das bancadas da Oposição.

Então, nós não estamos discutindo o mérito do projeto, mas a bancada, como forma de protesto, va-se abster da votação. Poderíamos até nos retirar do plenário, mas vamos nos abster para manifestar que nós queremos aperfeiçoar, que queremos o melhor para os servidores da Saúde, que queremos o melhor quando definimos que a saúde pública tem que ser pública, gratuita e universal, e não para organizações sociais. É isso!

Quanto mais privatizada a Saúde, mais o povo vai pagar a conta. É isso que a bancada do PT quer dizer, é isso que nós queremos defender aqui e, portanto, nós não vamos votar contra o projeto, mas nós vamos abster pelo ritual, pelo não-acatamento de várias emendas que aperfeiçoariam este projeto.

Somos minoria aqui e não temos votos para aprovar a maioria das nossas emendas. Fomos derrotados e aceitamos a derrota, pois isso faz parte da democracia. Mas, ao mesmo tempo, queremos manifestar o nosso protesto, porque as organizações sociais não vão universalizar o direito à saúde, pelo contrário, vão precarizar o atendimento ao povo de Santa Catarina.

Por isso, em função dessa emenda e das demais, vamos nos abster como forma de protestar neste momento, neste plenário.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados e sras. deputadas, na mesma direção da manifestação do deputado Pedro Uczai, a bancada progressista também tentou contribuir com uma emenda de autoria do deputado Joares Ponticelli, para aperfeiçoar o projeto de lei e estender o

benefício aos aposentados que, diga-se de passagem, já contribuíram para o serviço público. Assim, é mais do que justo que tenham a mesma valorização que os efetivos.

Entretanto, não conseguimos êxito. Não somos contra o projeto, mas o nosso encaminhamento é pela abstenção, porque não obtivemos o êxito desejado e esperamos que os nossos aposentados possam ser reconhecidos pelo governo do estado numa próxima oportunidade.

É essa a nossa manifestação, sr. presidente.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada com certeza sempre demonstrou nesta Casa um grande compromisso com os servidores. Queremos aproveitar o momento para parabenizar todo o trabalho que vem sendo feito, ou seja, a luta do sindicato dos servidores, que é muito importante para as categorias.

Fomos procurados por várias pessoas já aposentadas e foi por isso que também propusemos e apoiamos a emenda da inclusão dos nossos aposentados. Infelizmente, sua aprovação não foi possível.

Dessa forma, estamos-nos abstendo não por sermos contra o projeto, mas por entender que há outras categorias que deveriam estar neste projeto também, principalmente todos os servidores da Saúde do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero aproveitar esse tempo que me sobra para registrar a alegria pela aprovação do projeto e dizer ao deputado Pedro Uczai que não é uma discussão, uma diferença pontual num projeto como esse que vai estremecer as nossas relações, pois a luta que ainda temos pela frente é grande por todas as outras conquistas dos trabalhadores. E quero dizer também que, quicá, possamos amanhã e depois de amanhã resolver a Lei n. 254. Já que resolvemos a Lei n. 323 dos trabalhadores da Saúde, que possamos ganhar a lei dos servidores da Segurança Pública também.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, o deputado Silvio Dreveck, nosso líder, tem razão porque a abstenção é uma posição difícil para a bancada. Nós temos a prática nesta Casa, ao longo desses seis anos, de votar contra ou a favor. Evidentemente que votar contra não é uma posição que possamos adotar porque há algum ganho, sim, é preciso reconhecer que há um avanço. Mas, por outro lado, o deputado Silvio Dreveck e o deputado Pedro Uczai colocaram de forma clara a nossa abstenção aqui que é pela forma com que o governo encaminha os seus projetos nesta Casa.

A Oposição está aqui com o objetivo, com o propósito e com o dever de contribuir, deputado Reno Caramori, pois também representa um segmento importante da sociedade. Nós estamos legitimados para representar grande parcela da sociedade e temos contribuições para dar. Ontem demos essa demonstração, mesmo com essa maioria larga, tranquila que o governo tem, na maioria do tempo, pois se nós quiséssemos retirar o quórum, o governo não teria conseguido votar o Orçamento porque não sei aonde andavam alguns dos seus. Mas nós ficamos, mesmo perdendo, só que é chegada a hora também de tomarmos, deputada Professora Odete de Jesus, algumas posições. Nós estamos há seis anos só no espremeio, não conseguimos sensibilizar na tentativa de ajudar. Evidentemente que se tivéssemos menos de 21 votos iríamos reavaliar.

Ficamos esperando, mas queremos deixar consignado o nosso protesto pela forma autoritária, mandona com que esse governo, que se diz democrata, trata a Oposição nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Vamos votar.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	abst
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DECIO GÓES	abst
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	abst
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	abst
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	abst
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	abst
DEPUTADO PEDRO UCZAI	abst
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENÇON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	abst
DEPUTADO VALMIR COMIN	abst

Encerrada a votação.

Colhemos o resultado.

Temos 25 votos "sim" e oito abstenções.

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0042/2008, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, de 2007, e da Lei Complementar n. 329, de 2006 (Cria coordenadorias regionais no âmbito da Fatma - Fundação do Meio Ambiente).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto de lei e os que votarem "não" rejeitam-no.

Esta Presidência prorroga a presente sessão por uma hora em cumprimento ao Regimento Interno.

Estamos votando.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, a nossa bancada vai votar favorável a esse projeto, mas considera que a política na área ambiental não deveria estar casada com a estrutura das secretarias Regionais. Ela deveria estar casada com as bacias hidrográficas, com a realidade climática, geográfica e ambiental do estado e não por essa decisão política do governo do estado de regionalizar a partir da estrutura física administrativa das Regionais. É um equívoco e às vezes um desperdício. O que o governo precisa é ampliar os profissionais da Fatma. Enquanto o Paraná tem dois mil técnicos, a Fatma tem 210 aqui. Não é descentralizando a estrutura administrativa que vai se resolver o problema da Fatma.

Vamos votar favorável, porém, com essas ressalvas, porque efetivamente ela precisa de profissionais e por outros critérios que deveriam descentralizar a atuação desse órgão importante do governo do estado.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A matéria já está aprovada.

Com a palavra, agora, já para declaração de voto, o sr. deputado Professor Grando, uma vez que já votou; posteriormente, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Justamente, sr. presidente.

Eu quero agradecer a todos os srs. parlamentares, porque se trata da descentralização de quem vai prestar serviço. Realmente, serão criados mais cargos em cada Regional, nas 36 Regionais, e assim teremos, através da descentralização, a Casan prestando serviço nas 36 Regionais, a Celesc prestando serviço à população nas 36 Regionais e a Epagri prestando serviço nas 36 Regionais.

Então, é um passo que o estado está dando ao se descentralizar. Isso não é tudo, realmente, como falou o deputado Pedro Uczai. Temos que trabalhar a questão da bacia hidrográfica, temos que trabalhar a questão de mais funcionários, mas temos concurso público, coisa que há mais de 12 anos não se fazia, e se há concurso público, já se pode fazer um direcionamento para a questão ambiental com prioridade.

Então, o nosso agradecimento, pois isso, com certeza, vai ajudar a melhorar o meio ambiente.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, nós estamos acompanhando a votação da bancada do PT pelo "sim" com a ressalva de que o estado mais uma vez faz, em relação às questões ambientais, pela metade.

Com respeito à Fatma, ele é muito habilidoso, muito rápido, justifica muito bem para criar mais cargos comissionados, deputado Dirceu Dresch. No entanto, a estrutura que realmente iria modificar a vida dos pequenos produtores rurais e dos empreendedores em cada Regional, que era ter técnicos concursados, habilitados, capazes de agilizar as licenças e a elaboração de projetos ambientais, não se coloca em prática.

Então, cria uma ilusão que vai agilizar o processo, mas, na verdade, cria mais cargos comissionados. Dessa forma, eu acho que não qualifica totalmente o serviço como deveria ser.

A Fatma tem apenas 210, 220 funcionários e nem todos são concursados, enquanto órgãos semelhantes nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul têm dez vezes mais funcionários. Com isso dão mais agilidade na prestação dos seus serviços.

Já em Santa Catarina o governo responde através da criação de cargos de confiança, através de artigo no Código Ambiental, e se não aprovarmos em 60 dias o projeto, ele passará por decurso de prazo.

Portanto, sentimos que a Fatma é importante para que se ampliem os cargos comissionados, mas quando é para trazer aqui o projeto do Código Ambiental, ela nem pode dar a sua opinião, nem pode aparecer, pois o seu projeto não foi considerado, foi colocado outro no lugar. Com o projeto da serra do Tabuleiro foi a mesma coisa, ele foi desconsiderado e veio para cá outro projeto.

Assim sendo, precisamos que a Fatma realmente seja valorizada de verdade e não como instrumento político, através do aumento do número de cargos comissionados.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Colho o resultado.

DEPUTADO ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 33 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0043/2008, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual (desvinculação da administração do porto de São Francisco do Sul da conta única do estado).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Temos 30 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0037/2008, de autoria do Ministério Público, que dispõe sobre a prorrogação do prazo da licença à gestante estabelecido pela Lei Complementar n. 197, de 2000.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JANDIR BELLINI	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 33 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovada a matéria em primeiro turno.

A Presidência, antes de passar para a votação de outros projetos já deliberados pelas comissões, comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0498/2008, 0499/2008 e 0500/2008, de autoria do deputado Edison Andrino; 0502/2008, de autoria do deputado Reno Caramori; 0504/2008, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0505/2008, de autoria do deputado Silvio Dreveck, e 0506/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odetete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Defesa Civil, ao comandante-geral da Polícia Militar, ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, ao diretor-geral da Polícia Civil e ao presidente do Conselho Nacional de Defesa Civil, cumprimentando-os pelo relevante e inestimável trabalho realizado na lamentável catástrofe que assolou o estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Silvio Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Garuva e Benedito Novo, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de: Garopaba, Armazém, Lebon Régis, Rio dos Cedros, Siderópolis, Garuva, Meleiro, São João do Sul, Canelinha, Atalanta, Major Gercino, Nova Erechim, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Barra Bonita, Benedito Novo, Brunópolis, Gravatal, Pedras Grandes, Rio do Campo, Saleté, São Bonifácio, Zortéa, Içara, Modelo, Palma Sola, Paulo Lopes, Pinhalzinho, Presidente Nereu, Saudades, Mondai, Sombrio, Fraiburgo e Lontras, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao escritor Afonso Martini, cumprimentando-o pelo recebimento do prêmio Diploma de Mérito, na Categoria Romance, da Academia Catarinense de Letras, pela publicação do livro *A Favela Encantada*.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, cumprimentando-o pela formatura do curso de formação de soldados do 3º Batalhão da Polícia Militar de Canoinhas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos eleitos no estado, cumprimentando-os pela eleição, diplomação e posse.

A Presidência defere do plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Metalúrgica Tupy, cumprimentando-o pela conquista do Prêmio Interação, concedido pela Mercedes-Benz.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Univille, cumprimentando-o pela posse no cargo daquela universidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, cumprimentando-o pela iniciativa de discutir e planejar os desafios do cooperativismo de crédito.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente de Suporte e Planejamento Comercial da Brasil Telecom, pedindo a instalação de rede de telefonia fixa no bairro Siriu, no município de Garopaba.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cumprimentando-o pela inauguração do Fórum Desembargador Eduardo Luz, no município de Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Sebrae, no município de Itajaí, cumprimentando-o pelo lançamento do Projeto Recuperação Empreendedora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Siderópolis, cumprimentando-o pela inauguração do sistema de abastecimento de água em parceria com a Casan naquele município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Conselho de Administração da Fundação Educacional e ao presidente do Conselho Universitário, em Joinville, cumprimentando-os pela posse de reitor e vice-reitor na Univille.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas, cumprimentando-o pela abertura da 20ª Feccat, no município de São João Batista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sicredi, cumprimentando-o pela inauguração da Unidade de Atendimento Sicredi Empreendedores - SC, no município de Blumenau.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao reitor da Udesc, cumprimentando-o pela outorga de grau aos alunos de Enfermagem, Engenharia de Alimentos e Zootecnia.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, cumprimentando-o pela formatura dos sargentos bombeiros militares.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Eletrosul, cumprimentando-o pelo lançamento do livro alusivo aos 40 anos de trajetória daquela empresa.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao presidente da Funasa, solicitando medidas urgentes para que seja avaliada a situação de miserabilidade em que vivem as famílias de índios kaingang que residem no Morro da Caixa, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao presidente da Funai, solicitando medidas urgentes para que seja avaliada a situação de miserabilidade em que vivem as famílias de índios kaingang que residem no Morro da Caixa, em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, solicitando informações acerca do regime de urgência conferido à tramitação do Projeto de Lei n. 0347/2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre as unidades escolares da rede pública estadual que possuem biblioteca.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Passaremos agora à votação de leis complementares. Pedimos a atenção dos srs. líderes porque essas matérias não constam da pauta distribuída. Então, a Presidência lerá os números dos PLCs e as ementas para melhor compreensão dos srs. líderes e demais deputados.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2008, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, que dispõe sobre o modelo de gestão e da estrutura organizacional da administração pública estadual.

Ao presente projeto foi apresentada emenda.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, o entendimento que nós, líderes, tivemos pela manhã é que este projeto, que está em regime ordinário, como tantos outros, que não está em regime de urgência, deve tramitar nas comissões e depois, sim, vir para o plenário.

Não é o caso deste projeto. Ele foi aprovado hoje à tarde na comissão de Constituição e Justiça, foi à comissão de Finanças e lá foi retirado por "n" razões. Retornou à comissão de Constituição e Justiça e não foi deliberado na comissão de Finanças, que inclusive tinha proposição de emendas.

Então, pelo acordo de líderes proferido na parte da manhã, este projeto não deve ser votado em plenário porque não esteve em condições normais de votação na comissão de Finanças.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto o deputado Gelson Merisio se há informação adicional sobre o que questiona o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - De fato, procede a colocação do deputado Pedro Uczai. Nós acordamos que os projetos que seriam deliberados viriam para o plenário, como os que foram aprovados nas comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação. Não é o caso deste projeto, que não passou na comissão de Finanças.

Então, tem procedência a colocação do deputado Pedro Uczai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Assiste razão, então, ao deputado Pedro Uczai e a Presidência retira o projeto de pauta.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Para contribuir, sr. presidente, quero dizer que tinham sido pedidas vistas a esse projeto em mesa, na comissão de Finanças, mas como ele não permaneceu, retornou à comissão de Justiça, eu não pude manifestar nem com o meu voto vista em mesa. Portanto, concordo plenamente com a manifestação dos deputados Pedro Uczai e Gelson Merísio.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A matéria está retirada de pauta.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, este projeto de lei complementar deu entrada nesta Casa no dia 1º de abril de 2008. Do que trata este projeto? Ele permite ao Deter firmar convênios, acordos e contratos para o exercício das funções.

Temos vários terminais, incluindo o Terminal Rita Maria, que precisa de melhoramentos. Sem essa autorização não temos condições de fazer melhoramentos nesses terminais. Por isso o apelo.

O deputado Reno Caramori há pouco devolveu o projeto com parecer favorável. Eu gostaria de fazer um apelo. O deputado Reno Caramori analisou o projeto e o projeto é para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência sobresta e solicita aos srs. líderes que com calma procedam ao entendimento. A pauta fica em aberto para deliberação posterior.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, realmente houve um pequeno engano. Este projeto foi entregue na tarde de hoje com parecer favorável e a nossa bancada é favorável. O projeto é benéfico. Realmente nós temos terminais rodoviários de competência do Deter que estão em precárias condições e isso até depõe contra Santa Catarina.

Gostaria que este projeto tivesse sido aprovado no início deste ano para que os passageiros que usufruem desses terminais tivessem um pouco de conforto, até porque agora vem a época do turismo. Então, nós somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência mantém a ponderação e, se houver entendimento dos srs. líderes, votaremos a posteriori.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, só para fazer também a referência, concordando com o deputado Reno Caramori, que o PSDB aprova a votação do presente projeto de lei. É importante para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0025/2008, de origem governamental, que altera dispositivo da Lei Complementar n. 382/2007, que dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-estrutura - Deinfra (composição do conselho administrativo).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 29 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em sede de primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2008, de autoria do deputado Jailson Lima, que altera a redação do § 1º do art. 30 da Lei n. 6.320/1983, que dispõe sobre normas gerais de saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal.

Solicito à assessoria que proceda à disponibilização do painel eletrônico para votação.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, gostaria que v.ex.a. nos informasse o teor do referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O projeto é de autoria do deputado Jailson Lima e no seu original diz o seguinte: (Passa a ler.)

"A pessoa que manipula alimentos e bebidas na forma deste artigo deve submeter-se a exames de saúde periódicos e a cursos de higiene para a manipulação de alimentos, cujo atestado de exame médico expedido pelo serviço de saúde, certificado do curso expedido pela entidade pública ou privada deve ser exigido pelo respectivo proprietário ou responsável."

A matéria está em votação, na forma de substitutivo global aprovado.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

DEPUTADO CLÉSIO SALVARO

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADO DÉCIO GÓES

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

DEPUTADO GENÉSIO GOULART

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JANDIR BELLINI

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGINHO MELLO

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO PEDRO UCZAI

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS

DEPUTADO RENATO HINNIG

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENZON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

Votaram 30 srs. deputados

Temos 30 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria em sede de primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0029/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que dá nova redação aos arts. 3º, 12 e 20, da Lei Complementar n. 155/1997, que institui a Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira, líder do PSDB nesta Casa.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, é só para justificar que a Defensoria Dativa é estendida aos atos de direito de família praticados em cartório, porque até então só era dado direito àqueles que não têm renda suficiente para pagar advogado quando da tramitação dos processos no Judiciário.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Herneus de Nadal, líder do governo.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - É um projeto meritório e nós vamos votar favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	sim
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim" e um voto "não".

O voto do deputado Antônio Aguiar foi retificado ao pé do ouvido e considerado.

Está aprovada a matéria em sede de primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0026/2008, de procedência governamental, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar n. 381/2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual (servidores das fundações educacionais e Magistério Público).

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda aditiva.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a matéria que vai à votação há um requerimento de destaque para três emendas, assinado por diversos srs. deputados. Eu identifico aqui apenas a assinatura do deputado Décio Góes, que destaca três emendas a fls. 10, 11 e 12.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quando v.exa. anunciou o processo de discussão e votação do projeto que acrescenta artigo à Lei Complementar n. 381, este deputado, assim como o deputado Silvio Dreveck e demais deputados entenderam que se tratava desta matéria. Por isso retomo a minha fala levantando o mesmo argumento, seguindo o mesmo raciocínio, porque nós, quando construímos o raciocínio a respeito da Lei n. 381 era a respeito desta matéria, o Projeto de Lei n. 381.

Eu não me recordo se o projeto anterior não é o mesmo. É preciso verificar se não é o mesmo, porque é da mesma natureza deste que estamos discutindo. É este o projeto? É esta a redação? Está-se repetindo, ou há outro projeto de outra natureza e não compreendemos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência já solicitou à assessoria, a fim de que possamos compulsar a Ordem do Dia.

Projetos de Lei n.s 0231, 0241, 0338.

Nós votamos os Projetos de Lei Complementar n.s 0024, 0035, 0042 e 0037.

Deputado Pedro Uczai, os dois projetos constam na emenda Alteração à Lei Complementar n. 381. Um é o Projeto de Lei Complementar n. 0042, que já foi votado, que é o que cria a coordenadoria no âmbito da Fatma; o outro é Projeto de Lei Complementar n. 0026, que é esse que está em discussão para posterior votação. Ambos remetem à Lei Complementar n. 381.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Sr. presidente, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O Projeto de Lei Complementar a que se refere o deputado Pedro Uczai é o de n. 0008/2008, sr. presidente. Foi o projeto no qual o deputado Silvio Dreveck se absteve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O Projeto n. 0008 não consta na pauta.

Enquanto o deputado Pedro Uczai se manifesta, a assessoria procura.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sobre o procedimento com relação a esse projeto eu vou repetir, porque no meu entendimento, deputado Silvio Dreveck, tratava-se desse projeto quando se referiu à Lei n. 381. É isso que está na nossa memória como a emenda que se destacava quando v.exa. se pronunciou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Estamos discutindo o Projeto de Lei Complementar n.0026.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Então, qual a nossa posição? Em acordo de lideranças, feito hoje pela manhã, definiu-se o seguinte procedimento: todos os projetos em regime ordinário, que não estivessem em regime de urgência ou não estivessem esgotado o tempo regimental, passariam pela comissão respectiva, pela comissão de Justiça ou comissão de Finanças, ou nas duas, e viriam a plenário. Inclusive, a comissão de Serviço Público se reuniu e votou projetos orientada pela reunião de lideranças. Nesse caso, esse projeto foi votado na parte da tarde na comissão de Constituição e Justiça, mas não foi votado na comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se não foi votado na comissão de Finanças, só poderá ser votado se houver acordo de líderes.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Por isso é que nós queremos que retorne à comissão de Finanças para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência recebeu como se tivesse sido votado. V.Exa. tem razão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Sr. presidente, peço palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Eu concordo plenamente, até porque tanto este deputado, como o deputado Décio Góes pediram vistas em mesa desse projeto e ele não foi deliberado, porque na comissão ficou em aberto a reunião e não foi encerrada ainda. Portanto, nós não concordamos. O projeto deve ser deliberado - pelo menos esta é a nossa manifestação - antes na comissão para depois vir a plenário, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Tem razão v.exa. Só se houver entendimento entre os líderes.

A Presidência retira de pauta o Projeto de Lei Complementar n. 0026/2008.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Manifesto minha concordância pela votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Não entendi a manifestação de v.exa. O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - A minha manifestação é pela concordância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Consulto os demais líderes se podemos votar o Projeto de Lei n. 0026/2008, que não foi votado na comissão de Finanças.

(Os líderes não concordam.)

Não há acordo para votação.

Consulto os srs. líderes se podemos votar o projeto que trata do Deter, sobre o qual houve manifestação dos srs. deputados e também do deputado Reno Caramori. Havendo acordo podemos votar.

(As lideranças aquiescem.)

Há acordo para votação.

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2008, de origem governamental, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual (Deter).

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva de fls. 11.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação se dará no painel eletrônico.

Votando "sim" aprovam o projeto, votando "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	sim
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENÇON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colhemos o resultado.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos 32 votos "sim" e nenhum voto "não"

Informamos que o voto do deputado Professor Grando é "sim". Portanto, 33 votos "sim".

Está aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0630/2007, de autoria da deputada Ada De Luca, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com entidades esportivas e a iniciativa privada para criação de campeonato estadual de futebol feminino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A Presidência repete a ementa: autoriza o Poder Executivo a firmar convênios com entidades esportivas e a iniciativa privada para a criação de campeonato estadual de futebol feminino.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0371/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a Lei n. 8.659, de 1992, que declara de utilidade pública a Associação de Assistência aos Toxicômanos de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0378/2008, de autoria dos deputados Moacir Sopelsa e Jean Kuhlmann, que autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual da Defesa Civil denominada Contribuição para Reconstrução de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa de fls. 23.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero dividir e pedir o apoio a todos os deputados, presidente Julio Garcia. Eu acho que vamos dar oportunidade para aquelas pessoas que querem ajudar os flagelados da enchente e que têm dificuldade, muitas vezes, de ir ao banco para contribuir.

O projeto de lei autoriza a Celesc a criar na conta de luz uma taxa que dará às pessoas que têm interesse a oportunidade de contribuir com R\$ 3,00 durante seis meses. A contribuição é facultativa, pagam as pessoas que tiverem interesse e quiserem contribuir.

Pelos dados que nós temos, deputado Julio Garcia, são mais de 2,5 milhões de contas de luz, sem contar as das pessoas consideradas carentes, que são 300 mil. Se tivermos a felicidade de receber a contribuição de 1,5 milhão de clientes durante seis meses, nós vamos colocar na conta da Defesa Civil, para auxiliar na construção das casas que foram levadas pela enchente, mais de R\$ 20 milhões.

Esse é um projeto de lei que teve a concordância de todos os deputados com quem conversei, pois vamos praticar mais um ato, dentre tantos os que o povo brasileiro e catarinense já praticaram, para ajudar as pessoas que têm essa dificuldade.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do PP, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Em primeiro lugar, quero liberar a nossa bancada para votar neste projeto; em segundo lugar, respeito muito os deputados, mas não concordo com a matéria. Não concordo porque estamos institucionalizando uma cobrança através da Celesc. Apesar de cada um contribuir de livre e espontânea vontade, é uma institucionalização, e toda vez que houver algo semelhante vamos ter que fazer uma lei para contribuir.

A minha sugestão, srs. deputados, é que o governo transfira recursos do Fundo Social para ajudar na construção de casas. Com este projeto a população catarinense mais uma vez vai tirar dinheiro do bolso para contribuir, sendo que deveria ser uma ação governamental.

Por outro lado, a população paga impostos, e muitos! o que já é uma contribuição aos cofres públicos. Além disso, nós poderíamos, sim, fazer uma campanha para arrecadar fundos, pois somos favorável a quantas campanhas forem necessárias para ajudar os nossos flagelados.

É minha posição pessoal, estou contribuindo, estou ajudando outras entidades e vou continuar ajudando. Também vou ajudar nas campanhas tanto com donativos quanto com recursos, mas a minha posição, nesse caso particular - volto a repetir que a bancada está liberada -, é contrária, porque estaremos aprovando uma lei para, mais uma vez, tirar da população catarinense uma contribuição que poderia sair dos impostos pagos pela sociedade.

É essa a minha manifestação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Como há necessidade de contar os votos em função da manifestação do deputado Silvio Dreveck, a Presidência fará votação nominal.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acompanhei esta matéria juntamente com os deputados Jean Kuhlmann e Moacir Sopelsa e, na verdade, não é nada impositivo. A questão é que várias pessoas do interior procuram saber qual é o melhor meio de contribuir, pois ninguém que queira contribuir com R\$ 3,00 vai depositar em uma conta da Defesa Civil. São pessoas pobres que querem encontrar um meio para contribuir. Aqui é espontâneo! Ninguém é obrigado a fazer! A secretária de minha casa quer contribuir, mas ela não vai contribuir com R\$ 50,00, porque ela não tem isso e também não vai fazer um depósito de R\$ 5,00, ela fica até sem jeito de doar R\$ 3,00.

Na verdade, o projeto é totalmente meritório. O recurso, de acordo com o projeto, é específico para a Defesa Civil e será destinado para as regiões atingidas. É bom explicar que serão destinados às regiões atingidas onde foi decretado estado de calamidade pública e situação de emergência em novembro.

Existe um novo decreto? Não! Esse projeto é específico para a região do vale, para aqueles municípios. Na verdade, o projeto não é impositivo. É um meio que a Assembléia Legislativa encontrou para ajudar aquelas pessoas que têm menos recursos a fazer uma contribuição de acordo com sua consciência e da maneira que podem. Não é um projeto de lei impositivo, é autorizativo. A não-aprovação deste projeto seria o mesmo que dizer "não" às pessoas que precisam de uma casa e moram nas regiões atingidas pela catástrofe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Nós vamos nos reunir para nos manifestar sobre o mérito desta matéria.

Tenho três considerações. Primeiro temos que construir e fortalecer a Defesa Civil, os mecanismos, as políticas públicas para enfrentarmos as intempéries, as enchentes. Segundo, o processo de solidariedade tem que ser espontâneo para todo tipo de doação, mas o estado tem que regulamentar e montar uma estratégia, uma logística cada vez melhor, porque essa tragédia novamente demonstrou várias limitações na transferências de recursos e mantimentos. Terceiro, por este projeto, mesmo que a doação seja espontânea, há uma questão que nos preocupa. As pessoas vão pegar o boleto, vai vir R\$ 100,00 de consumo de energia elétrica e mais R\$ 3,00 de doação num espaço do mesmo boleto, o que configura R\$ 103,00.

Se você não quiser pagar, salvo melhor juízo, você, como consumidor, diz: "Eu não quero pagar R\$ 3,00". Conseqüentemente, todas as pessoas que e aí poderá ser a maioria - não lerem o boleto irão ver os valores e irão pagar, tendo ou não consciência de que estão contribuindo com R\$ 3,00 para a Defesa Civil e para os atingidos pela enchente.

O meu temor é que do jeito que está já estão embutidos no boleto mais R\$ 3,00 e por iniciativa da pessoa ela terá que dizer que não vai pagar! Mas se não fizer isso ou se desconhecer, não compreender ou não ser informada pela lei, ela irá ajudar durante seis meses com R\$ 3,00 e sequer terá conhecimento de que contribuiu com R\$ 18,00. Salvo melhor juízo, essa é a interpretação que eu estou fazendo.

Por último, a nossa bancada quer contribuir com os atingidos pela enchente e tem a melhor proposta nesta Casa, que é destinar 50% do Fundo Social para esse fim. Se não for usado todo o dinheiro, que ele possa ser utilizado em outras intempéries que venham a ocorrer, pois é dinheiro público. Fundo Social para o social! E não existe área mais social, mais benéfica e com maior responsabilidade ética, moral e política do que destinar os recursos daquele fundo aos atingidos pela enchente.

Está liberada a bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Vamos votar srs. deputados.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu tenho algumas posições aqui e sou muito claro quanto a esse assunto. Primeiro, concordo quando o

deputado Pedro Uczai fala que o consumidor terá que chegar ao caixa, que tem que ser do Besc, porque de outro não pode, tem que ser do Besc, e dizer: "Eu não quero pagar os R\$ 3,00". Entendo que essa é uma atitude de cada um, voluntária, portanto, a cobrança não pode ser incluída na conta.

Eu entendo que o consumidor deva chegar lá, deputado Valmir Comin, e dizer assim: "Eu quero ajudar; coloca aí R\$ 3,00 por mês". Porque a grande maioria das pessoas, inclusive nós aqui, não lê a conta. Até está incluído na conta de energia elétrica o PIS/Pasep para pagarmos. Mas não lemos o conteúdo da conta, vemos o valor e o dia de pagamento. Então, muitas pessoas irão pagar sem saber o que estão pagando.

Segunda questão, senhores! Vamos parar de tirar do bolso da sociedade civil mais dinheiro! Vamos parar de tirar mais dinheiro do bolso do cidadão! O governo do estado tem que abrir a mão! Tem que colocar dinheiro de imposto e não onerar mais o consumidor de energia elétrica, que paga caro por esse serviço no estado.

Então, entendendo, primeiro, que não há obrigatoriedade de ser um projeto de lei, porque é autorizativo, vai fazer ou não; segundo, por entender que chega de tirar dinheiro do bolso do cidadão comum e o governo do estado não bancar, sou contra. Por que o governo não banca com recursos do Fundo Social? Porque até agora o dinheiro emergencial que saiu da conta da Defesa Civil foi dado por quem? Pela sociedade civil! As doações que chegaram até agora para os que sofreram a enchente vieram de quem? Da sociedade civil! O governo federal está lá se embasbacando para liberar dinheiro, o governo estadual também e a sociedade civil já pagou.

Estão querendo colocar de novo a mão no bolso do contribuinte? Não! Não! Mais R\$ 3,00 na conta de luz e você irá pagar sem saber o que está pagando!

Por isso eu peço, nobre líder, deputado Silvio Dreveck, que a nossa bancada vote contra, por entender que não é obrigatório ser um projeto de lei. Chega da sociedade civil ajudar. Vamos fazer com que o governo do estado abra a burra do dinheiro e dê para o povo, principalmente do Fundo Social. É de lá que tem que sair o dinheiro e não de novo do bolso do pobre consumidor deste estado.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu não tenho dúvida de que a intenção dos deputados Moacir Sopelsa e Jean Kuhlmann, que são autores da matéria, é a melhor. Conheço os dois e sei da boa intenção de ambos. Mas vou-me associar ao voto do meu líder, deputado Silvio Dreveck, com a coragem que esse posicionamento exige, primeiro porque estou vendo, sim, o governo se exceder já na falácia, no discurso e até na demagogia sobre a desgraça alheia.

Querem um prova disso? Acessem os blogs do governo agora! Sabe onde está sua excelência, o governador, agora, deputado Reno Caramori? Está no vale do Itajaí fazendo demagogia, fazendo propaganda sobre a sua medida provisória anunciada há dias e sobre o qual o blog do governo já traz informações. E esta Casa é desrespeitada porque é ela que vai ter que votar! Nós tínhamos que ser os primeiros a tomar conhecimento porque vamos ter que deliberar! Onde está o governador? Nem com os seus divide! Está lá fazendo demagogia! Ele, em vez de mandar a matéria para cá antes de ir lá fazer demagogia em cima da desgraça alheia, fazer propaganda, fazer promoção pessoal com a desgraça alheia, tinha que mandar a mensagem para cá para a conhecermos e saberemos qual é o teor.

Esta Casa está entrando em recesso hoje e a tal medida provisória está anunciada há dias! Falei para os jornalistas agora que o governador está em Blumenau fazendo propaganda da sua medida provisória que esta Casa não conhece, deputada Ana Paula Lima. No dia em que entramos em recesso! Aliás, há outra medida provisória aqui para mexer nesse tal Fundo Social que é uma caixa-preta, sobre a qual ninguém consegue informação nenhuma e que tem uma politicalha grande em cima desse negócio!

Querem saber quanto foi, deputados Reno Caramori e Kennedy Nunes, para aquele show em Joinville chamado Mundo Pop? Foram R\$ 1,200 milhão, deputado Genésio Goulart, do Fundo Social. Quantas casinhas populares daria para fazer de gente desabrigada no vale do Itajaí?! Quanto foi para o kart aqui em Florianópolis? Foram R\$ 2 milhões! Quantas fraldas, mamadeiras, ranchos e presentinhos de Natal, deputada Professora Odete de Jesus, daria para comprar? Foram R\$ 2 milhões de patrocínio! "Ah, mas eles doaram R\$ 100 mil"! E o governo do estado botou R\$ 2 milhões do Fundo Social.

Há mais um Natal aí que está sendo promovido e que ainda não conseguimos acessar a informação. Ou então o buquê de flores da Regional do deputado Reno Caramori, que custou R\$ 16 mil! Um buquê de flores do Fundo Social! E na resposta ao pedido de informação o governo diz: "Vão a Caçador ver os documentos, porque nós não podemos encaminhá-las para a Assembléia."

Então, vamos abrir essa caixa-preta do Fundo Social! Vamos ajudar aquele povo, sim, mas com o dinheiro do Fundo Social! Agora, botar de novo na conta do povo, para não dizer em outra coisa do povo?! Porque um colono, um agricultor, não vai nem saber aonde ele tem que ir e dizer: "Eu não quero que desconte mais esse dinheiro da minha conta"! E para quem ganha um salário mínimo, esse dinheiro faz falta!

E outra, deputada Ana Paula Lima: quem nos garante que esse dinheiro vai chegar a quem precisa?! Quem garante que esse dinheiro vai chegar, de fato, a quem precisa?!

Por isso, com muita coragem, voto contra, respeitando a boa vontade e a boa intenção do deputado Moacir Sopelsa e do deputado Jean Kuhlmann.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A Presidência colherá os votos individualmente para somar aos demais

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu quero crer que os deputados que construíram esse projeto têm a melhor das intenções. Mas eu gostaria que eles tivessem aprovado, no dia de ontem, quando votamos o Orçamento, também o dinheiro para ajudar as vítimas do vale do Itajaí. Dessa forma acho que estaria sensibilizada.

Mas, com todo respeito ao deputado Moacir Sopelsa, a quem admiro profundamente, acho que esse projeto é uma pegadinha, sr. presidente, porque no meu caso e no caso de milhares de catarinenses que têm a conta em desconto na conta corrente, nós não temos o direito de dizer "sim" ou "não", deputada Ada De Luca, pois vai ser descontado de qualquer forma!

Então, se eu fosse à Celesc e dissesse: "Eu quero contribuir" - como já contribuí, sr. presidente -, "para as vítimas das enchentes e enxurradas", aí, sim, seria uma deliberação voluntária. Mas já vir descontado na conta corrente, as pessoas pagarem e não terem nem conhecimento disso cria uma série de dúvidas.

Outra coisa, sr. presidente, quem vai controlar essa conta? Porque até agora não sabemos ainda onde estão sendo investidos os R\$ 25 milhões depositados por todos os brasileiros.

Então, não que eu seja contra essa vontade de as pessoas doarem, acho que é muito significativo, mas elas não podem, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ser enganadas porque muitas vão pagar sem saber para onde vai o dinheiro.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares, quero dizer aqui que entendo que há gente misturando alhos com bugalhos. Não é possível que algumas pessoas, no momento de votar um projeto que busca recursos para reconstruir a casa de quem a perdeu, comecem a vir aqui fazer críticas com relação ao governo do estado, se o projeto de lei é de iniciativa parlamentar! O governo do estado não teve iniciativa nenhuma com relação a essa matéria! Essa matéria é exclusivamente de iniciativa parlamentar!

Então, quero pedir aos srs. deputados que não misturem as coisas! Esse projeto trata da questão do recurso voluntário e de como cada cidadão pode contribuir.

Agora, falam aqui da maioria das contas da Celesc. Quero dizer aos srs. parlamentares e às sras. parlamentares que a maioria das contas são de consumidores de baixa renda, que não são atingidos por essa lei. Peço que façam a leitura da lei, porque nela está escrito que quem é consumidor de baixa renda não é afetado pela lei. E na lei está muito claro que quem quiser ajudar, pode ajudar, e quem não quiser, não tem obrigação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, de fato não estamos discutindo aqui o momento, a situação de Santa Catarina, o que as pessoas passaram por perderem suas casas e tal. Não é essa discussão que está em jogo. O que está em jogo é a discussão sobre investimento concreto. E a nossa bancada apresentou um projeto, que está em tramitação nesta Casa, que destina metade do Fundo Social para recuperar a vida das pessoas atingidas pelas enchentes de Santa Catarina. Então, essa é a discussão central.

E o que nos preocupa, de verdade, é que a grande maioria das pessoas não vai saber que está contribuindo, pois estará lá conta de luz e as pessoas não observam esse pagamento.

Em segundo lugar, não está claro no projeto se esse recurso, de fato, vai para as regiões atingidas. Isso precisaria estar claro. Esse recurso, pode sim, ser usado para outras coisas, porque o projeto não determina para onde vai esse recurso. Por isso este deputado vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

A matéria está aprovada com 24 votos favoráveis e com os votos contrários dos deputados Dirceu Dresch, Pedro Uczai, Pedro Baldissera, Silvio Dreveck, Kennedy Nunes, Joares Ponticelli e da deputada Ana Paula Lima.

A matéria está aprovada por maioria.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0326/2008, de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que denomina Frído Armino Bomm o ginásio de esportes anexo à EEB Domingos Magarinos, da localidade de Tamanduá, no município de Concórdia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0299/2008, de autoria da deputada Ada De Luca, que obriga as empresas de construção civil a promover vacinação antitetânica no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0208/2008, de autoria do deputado Gelson Merísio, que dispõe sobre a criação do Programa de Identificação e Tratamento da Dislexia na rede oficial de educação pública e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0016/2008, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus, que determina aos hospitais, às casas de saúde, às clínicas conveniadas com o SUS colocarem em local visível e de maior circulação de público o seguinte dizer: "Temos convênio com o SUS", na forma que menciona.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0061/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai, que dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado em primeiro turno.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão para convocar outra, extraordinária, para a votação de matérias em turno único e segundo turno, dá ciência ao Plenário da entrada na Casa da Medida Provisória n. 0148, que institui o Auxílio Reação, voltado ao atendimento das unidades familiares atingidas pelos desastres ocorridos no estado de Santa Catarina a partir do dia 19 de novembro de 2008, e estabelece outras providências.

A Presidência dá por lida a medida provisória e pede à assessoria que distribua cópia a todos os srs. deputados.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, extraordinária, para hoje, às 18h53.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 043ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 18h53, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Tilton - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação favorável à emenda a fls. 36 apresentada ao PL n. 0254/08.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação favorável à Emenda n. 0002, apresentada ao PL n. 0254/08.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Propõe que seja feito um substitutivo ao PL n. 0254/08.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita o sobrestamento do PL n. 0254/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passamos de imediato à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0149/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Barra Velha - Asaprev -, com sede no município de Barra Velha.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0214/2008, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Barrasulense da Felicidade, com sede no município de Balneário Barra do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0368/2008, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública a Associação de Bolonistas de Indaial, com sede no município de Indaial.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria em primeiro turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0372/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Clube de Caça e Tiro Badenfurt, com sede no município de Blumenau.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0379/2008, de autoria do deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública o Instituto Heliópolis de Tecnologia & Gestão da Inovação, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0380/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública o Instituto de Pesquisas Interdisciplinares para a Paz - Interpaz -, com sede no município de Joinville.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0381/2008, de autoria do deputado Serafim Venzon, que declara de utilidade pública a Associação de Árbitros do Vale do Rio Tijucas e Litoral Catarinense, com sede no município de Balneário Camboriú.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça. Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0382/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Ginástica Rítmica de Indaial, com sede no município de Indaial.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0384/2008, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Estudos e Cooperação - Ibraec, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados passaremos agora à votação em turno único dos projetos de leis de procedência governamental.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0103/2008, de procedência governamental, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama -, a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.

Ao projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0329/2008, de procedência governamental, que modifica a estrutura do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - Seitec -, altera dispositivos da Lei n. 13.336, de 2005, que institui o Funcultural, o Funturismo e o Fundesporte e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, como estamos em sessão extraordinária, apenas quero perguntar se o que está sendo votado refere-se a votações em segundo turno, a redação final, ou se são novas matérias que estão sendo incluídas nesta sessão extraordinária, pois nós estamos tendo dificuldade de acompanhar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Votamos matérias em primeiro turno, de origem parlamentar, que declaram de utilidade pública.

Votamos em turno único o Projeto de Lei n. 0329/2008, de origem governamental, que trata do Seitec, da mudança nos fundos - Funturismo, Funcultural e Fundesporte.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0346/2008, de procedência governamental, que dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado e adota outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0435/2007, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Leoberto Leal (instalação da sede do Poder Legislativo municipal).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0396/2008, de procedência governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Chapecó (Eco Parque).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0397/2008, de procedência governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Criciúma (instalação do parque de máquinas).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0254/2008, de procedência governamental, que institui a avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências.

Sobre este projeto há requerimentos de destaque. Vamos, em primeiro lugar, votar os destaques.

O destaque é assinado pelos srs. deputados do Partido Progressista e requer a votação destacada da emenda a fls. 36, que acresce ao inciso III, do art. 2º, do Projeto de Lei n. 0254/2008, o seguinte: "Duas ou mais Pequenas Centrais Hidrelétricas na mesma bacia hidrográfica".

Esta emenda foi rejeitada e vai ser votada destacadamente.

Em votação a emenda lida há pouco.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, este projeto de lei, no nosso entendimento, é importante para o desenvolvimento de Santa Catarina, até porque está oportunizando a energia limpa, uma energia que vai propiciar certamente muito desenvolvimento tanto na geração de renda e de emprego.

No entanto, no nosso entendimento, se uma bacia hidrográfica tiver mais de uma PCH, deverá, na nossa avaliação, haver o estudo de bacia hidrográfica. Assim como muitas vezes uma PCH pode dar impacto maior ou menor, independente do quanto vai gerar de energia, dependendo da situação de onde for instalada.

Então, sr. presidente, nós pedimos aos nobres deputados o voto favorável a esta emenda porque ela apenas vai regulamentar que as bacias hidrográficas com mais de uma PCH terão que ter o estudo da bacia hidrográfica para a instalação de mais uma PCH.

Esta é a nossa manifestação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o encaminhamento do deputado Silvio Dreveck, em votação a emenda.

Trata-se de projeto de lei simples e, portanto, basta a maioria simples para aprovar ou rejeitar a emenda.

A votação será nominal.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	não
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	não
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	não
DEPUTADO DADO CHEREM	não
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	não
DEPUTADO DARCI DE MATOS	não
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO)	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	não
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	não
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	não
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JANDIR BELLINI	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	não
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	não
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	

Está encerrada a votação.

Temos 20 votos "não e 11 votos "sim".

Está rejeitada a emenda.

Vamos votar agora o destaque da Emenda n. 0002, requerido pela bancada do PT.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, serei muito breve. Fiz um apelo na comissão de Constituição e Justiça. Estou há 20 anos discutindo energia hidroelétrica. Quero agradecer aqui a acolhida de algumas emendas pelo nobre relator, líder do governo, deputado Herneus de Nadal.

Neste sentido, gostaria de pedir o apoio de todos os srs. deputados para esta emenda. Não é questão de Situação ou Oposição, até porque somos minoria aqui.

Srs. deputados, dos projetos de PCH ora em análise na secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, nenhum ultrapassa 30 hectares de alagamento e de desmatamento. Há biólogos e especialistas de várias áreas e não há nenhum projeto que alaga mais. O projeto prevê 300 hectares de alagamento e 150 hectares de mata nativa. Ou seja, até aqui não é preciso estudo da bacia hidrográfica.

O especialista na questão, deputado Professor Grando, fez uma manifestação na comissão de que não precisariam nem ser 30 hectares, que qualquer PCH precisa um estudo da bacia hidrográfica. Por quê? Qual a razão econômica do sr. Clairton, um empresário de Xanxerê da Enebras que está construindo várias PCHs, dizer que é necessária uma política de proteção, porque senão em 10, 15 anos o assoreamento dos rios comprometerá as PCHs.

Então, uma bacia hidrográfica, que pode ter oito PCHs, não vai ter estudo, porque as oito inteiras, deputado Moacir Sopelsa, não vão atingir 300 hectares! Economicamente não tem sentido essa emenda, nem ambiental e socialmente. É uma questão econômica, inclusive.

Eu falo aqui aos muitos deputados que estão discutindo as PCHs que 30 hectares são bastante para evitar o estudo das bacias hidrográficas. Acima disso, hoje em tramitação não há nenhuma PCH em análise no governo do estado, e há 200 projetos sendo analisados. E 300 hectares de terra alagada é média ou grande barragem, e não vai ter nenhum estudo a bacia hidrográfica. Portanto, nós vamos comprometer o futuro econômico das PCHs. Foram os empresários das PCHs que nos trouxeram esses 30 hectares; os empresários que estão produzindo as PCHs no oeste de Santa Catarina dizem que é o máximo, que 30 já é muito.

Deputado Edson Dias (Piriquito) e prefeito eleito, em Arabutã vai ser feita uma PCH com 3,6 megawatts - é um bom potencial - e vai atingir 18,5 hectares! A maioria atinge 1 megawatt, 2 megawatts, 0,8 megawatt. Então, é a liberação geral que o governo está fazendo.

Por isso nós estamos fazendo um apelo econômico, e não só um apelo ambiental, porque seria aqui um discurso de ambientalista. Para as próprias empresas, para os próprios promotores das PCHs, não tem cabimento o conceito de 300 hectares para definir uma PCH. O que configura uma PCH? Se tem 1 megawatt a 30 megawatts, 3km² e 300 hectares alagados, acima disso é uma hidroelétrica. Mas na área do estudo da bacia hidrográfica é outra coisa, é outro conceito. E quando se propõe o *royalty* - e o relator acolheu numa emenda - e cria-se o *royalty* de 1% do faturamento líquido, as empresas dizem que tem que ter dois ou três, porque senão tiver assoreamento do rio, se não tiver o mínimo de proteção, compromete a PCH em 10, 15 anos e tem a concessão para 30. Deputado Professor Grando, esse é um debate central para o futuro do estado.

Então, srs. deputados, vários deputados na comissão fizeram um apelo para buscar um acordo aqui. Deputado Herneus de Nadal, líder do governo, faço um apelo em nome do desenvolvimento econômico de Santa Catarina, e também o fiz na comissão. Quero dizer que falo academicamente de todo esse processo de hidroelétrica. Escrevi um capítulo em 1992 defendendo as PCHs. Meus parentes estão produzindo PCHs, mas eu não posso, ética e politicamente, concordar que liberemos 150 ou 300 hectares. Vamos permitir 30 hectares, que é um volume enorme de terra...

(Discurso interrompido por término do regimental)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para encaminhamento de votação, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e companheiros deputados, vinha eu na viagem de retorno de Poznan, da conferência mundial sobre mudança de temperatura, e no nosso avião de Frankfurt a São Paulo estava toda a direção da Eletrosul, inclusive com a sua representação nacional. Perguntava eu a Eurides Mescolotto por que a direção da Eletrosul está na Alemanha? "Porque viemos fechar com o banco alemão KfW financiamento através do crédito carbono para as duas PCHs que a Eletrosul vai construir, uma em Lages e outra aqui na região de Armazém, na região da serra".

Ora, se a energia das PCHs é considerada energia limpa, alternativa no mundo todo e vale para obter crédito de carbono, todos os bancos querem financiar as PCHs. Ganha-se créditos de carbono e todos os países financiam, como no caso da Alemanha, junto à Eletrosul, que é um exemplo. Então, eles vão olhar primeiramente a questão do alagamento. Portanto, como é que se vai dar 300 hectares, se vai produzir 5 megawatts ou 20 megawatts? Não vai ter crédito de carbono.

Então, tem que se começar a agir com inteligência.

Em segundo lugar, se alagar 10 hectares ou 15 hectares, os outros 300 hectares da mata ele vai disponibilizar para utilizar a madeira de mata nativa? E eu cito outro exemplo para quem entende do assunto: nós temos a hidroelétrica de Salto Pilaõ, em Ibirama, que vai alagar, num muro de três metros somente de altura, quatro hectares, quatro campos de futebol, e vai produzir 300 megawatts. E fez aquele túnel em que a água escoar e dá uma potencialidade muito maior. Hoje há tecnologias melhores.

Então, olhem bem: nós não somos contra o projeto, mas o bom senso manda cautela. E aí eu peço um tempo ao líder, pois nós teremos sessão amanhã, para que possamos fazer um substitutivo de comum acordo, nem tanto o mar nem tanto a terra, para poder votar claramente esse projeto.

Eu acho que a idéia que coloca o companheiro deputado Pedro Uczai é muito boa: 30 hectares para nós fazermos um ajuste, até porque nenhuma PCH acima de 30 hectares foi feita em Santa Catarina até hoje. E podemos fazer 150, 180 ou 300, tudo vai depender disso. Mas o que nós não podemos é deixar condicionar a dispensa do estudo da vazão hidrográfica numa bacia fundamental, porque a água, além de produzir energia, pode trabalhar com agricultura, com a indústria, com a sedentação humana. Nós vamos precisar de água no futuro e não vamos ter água disponível para o homem beber.

Então, em função dessas questões, está em risco todo esse processo. Eu queria pedir ao líder para que até amanhã nós pudéssemos construir um consenso, pois o meu posicionamento para a votação é bastante claro nessa questão. Até porque me preocupo com o desenvolvimento sustentável. Não somos nós que vamos fazer errado. Temos que fazer certo.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a emenda.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, v.exa. tem tido a sensibilidade em muitos projetos. Eu acredito, e inclusive os deputados da base do governo têm conversado conosco, que precisamos de um entendimento aqui no sentido de sobrestar o projeto e até continuar a votação de outras matérias para que busquemos um consenso para votar a matéria com relação a essa emenda. Vários deputados aqui se manifestaram, o deputado Professor Grando também. Aqui é a arte de negociar, de buscar um entendimento, e isso é para Santa Catarina.

Eu dizia na comissão que daqui a 20 anos vamos tomar uma cachaça juntos em alguns cantos deste estado, deste país, e nós vamos lembrar que, se votarmos do jeito que está, teremos uma responsabilidade enorme sobre isso.

Então, por isso eu quero fazer um apelo ao deputado Herneus de Nadal, aos líderes da base do governo para que busquemos um entendimento nessa emenda. E não se trata de ganhar ou perder aqui. Eu queria fazer esse apelo no sentido de se buscar um entendimento aqui sobre...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Se houver a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência não se opõe, evidentemente.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Por parte da liderança do governo, não há dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Para votação ainda hoje, no final, e os líderes conversam...

Então, nós já votamos a emenda a fls. 36; já encerramos a discussão e o encaminhamento de votação da Emenda n. 0002, e a Presidência sobresta a matéria para a votação numa sessão subsequente.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0173/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que determina a realização de exames oftalmológicos básicos nos alunos matriculados na rede oficial de ensino e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o projeto em primeiro turno.

Vamos votar agora as matérias votadas anteriormente em segundo turno. Atenção, srs. deputados, vamos votar matérias em segundo turno. Há uma proposta para a votação em bloco.

Consultamos os srs. líderes se podemos votar as matérias em segundo turno em bloco.

(As lideranças aquiescem.)

Como há a concordância dos srs. líderes, assim procederemos.

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei Complementar n.s: 0042/2008, 0043/2008, 0037/2008, 0020/2008, 0029/2008, 0024/2008, 0035/2008 e 0009/2008.

As matérias vão à votação em bloco e a Presidência considera a manifestação dos srs. líderes a repetição da votação das matérias em primeiro turno.

(As lideranças aquiescem.)

Estando todos os deputados de acordo, as matérias vão à votação.

Em votação.

Os srs. deputados que concordam, e repetem a votação do primeiro turno, permaneçam como se encontram.

Estão aprovadas as matérias relacionadas em sede de segundo turno.

Discussão e votação, em segundo turno, também em bloco, dos Projetos de Lei n.s: 0630/2007, 0371/2008, 0378/2008, 0326/2008, 0299/2008, 0208/2008, 0016/2008, 0061/2007, todos de origem parlamentar.

São esses os projetos de lei de origem parlamentar que vão à votação em segundo turno.

A Presidência considera a manifestação dos srs. deputados como a repetição da votação em primeiro turno.

Assim está deliberado.

Como esse projeto foi votado nesta sessão, vai ser votado da próxima sessão em segundo turno, juntamente com a redação final dos demais projetos.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 19h19.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 044ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 19h19, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Informa sobre a necessidade de conversar com os líderes acerca do PL 0254/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0173/2008, de autoria do deputado Marcos Vieira, que determina a realização de exames oftalmológicos básicos nos alunos matriculados na rede oficial de ensino, e adota outras providências.

O Projeto de Lei n. 0173/2008, irá à votação na forma da emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, o que diz a ementa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A ementa diz o seguinte, deputado Pedro Uczai: Determina a realização de exames

oftalmológicos básicos nos alunos da rede oficial de ensino do estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

A matéria está aprovada em segundo turno.

Consulto os srs. líderes, antes de encerrar a presente sessão, se já há entendimento para a votação do Projeto de Lei n. 0254/2008.

Deputado Herneus de Nadal, há entendimento sobre o Projeto de Lei n. 0254/2008?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, para que haja entendimento nós precisamos sentar com os líderes e conversar sobre o assunto. E se houver a possibilidade da suspensão da sessão por dez minutos, quem sabe possamos encaminhar essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a concordância de todos os srs. líderes, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 19h20, para a votação da redação final das matérias.

Está encerrada a presente sessão extraordinária.

ATA DA 045ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 19h30, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Dias (Piriquito) - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jandir Bellini - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa -

Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Informa que os líderes deliberaram votar o PL 0254/2008 nos dias 29 e 30 de dezembro.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Reporta-se aos recursos doados pela população brasileira aos atingidos pelas cheias.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Sugere que o governador encaminhe projeto destinando 50% dos recursos do Fundo Social para os atingidos pelas enchentes.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Pede a discussão do mérito do projeto que destina 50% dos recursos do Fundo Social para os atingidos pelas enchentes.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Insurge-se contra as insinuações da Oposição com relação aos recursos doados pela população.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede que se resolva a questão salarial dos servidores da Segurança Pública.

Ordem do Dia

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Comunica que se afastará para reassumir a pasta da Saúde.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Parabeniza o deputado Dado Cherem pelo retorno à secretaria da Saúde e felicita o deputado José Natal que reassume uma cadeira na Alesc.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Convida para a audiência pública com as populações atingidas pelas chuvas em 2008.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Despede-se cumprimentando os colegas e desejando felicidade a todos.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Deseja a todos felicidade nas festas do Natal.

DEPUTADO JORGINHO MELLO (pela ordem) - Despede-se dos deputados Clésio Salvaro e Dado Cherem que cumprirão missão fora do Parlamento.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Despede-se dos colegas e deseja um Feliz Natal a todos.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Cumprimenta todos pelo trabalho em 2008 e deseja aos que saem sucesso nas novas missões.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Elogia o deputado Julio Garcia pela brilhante administração e aos companheiros que saem sucesso.

DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) (pela ordem) - Cumprimenta o presidente, os deputados que se despedem e afirma que nos dias 29 e 30 fará seu discurso de despedida.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Agradece a todos e deseja um Feliz Natal em nome do PPS.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Agradece a oportunidade e a convivência neste ano, elogia a Presidência e deseja sucesso aos deputados que se despedem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Consulto os srs. líderes partidários e o líder do governo sobre o entendimento havido com relação ao Projeto de Lei n. 0254/2008.

O Sr. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, a proposta, se houver a concordância de v.exa., é de que o projeto pode ser deliberado nos dias 29 e 30 do corrente para que tenhamos tempo de conversar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, então, com a aquiescência dos srs. líderes, inclui em requerimento assinado por todas as lideranças para a autoconvocação da Assembléia Legislativa para a votação das medidas provisórias em tramitação na Casa, o Projeto de Lei n. 0254/2008.

É esse o entendimento, srs. líderes? (As lideranças aquiescem.)

Então, incluímos no requerimento, fruto do entendimento dos srs. líderes, a deliberação sobre o Projeto de Lei n. 0254/2008. Considerando que já foi votada a emenda destacada pelo PP, está em processo de votação a Emenda n. 2 e, posteriormente, o projeto. É esse o entendimento?

Dessa forma, então, a Presidência informa a todos os srs. deputados que a Assembléia está autoconvocada. É bom que fique bem claro que não há qualquer tipo de ônus para o Poder Legislativo ou Executivo, fruto desta convocação. É apenas para atender emergência, para votar medidas provisórias que são do interesse do estado de Santa Catarina, do interesse todo especial daquelas regiões atingidas pela catástrofe.

A Assembléia Legislativa não poderia deixar de ter uma posição com relação ao assunto. E quero agradecer a compreensão, o bom senso dos srs. líderes para que fosse viabilizada essa decisão. Então, a Assembléia está convocada para os dias 29 e 30 de dezembro.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Antes da deliberação, concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, penso que v.exa. tem razão, até porque essa medida provisória é para autorizar o governo a distribuir os recursos que foram arrecadados pela Defesa Civil nas contas disponibilizadas como doação do povo brasileiro. Não são recursos do governo. É a autorização para que o governo possa aplicar os recursos arrecadados pela Defesa Civil com depósitos da população catarinense e brasileira.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feita a manifestação do deputado Reno Caramori, concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sobre este assunto também gostaria de pedir ao nobre líder do governo, deputado Herneus de Nadal, que fale com o governador para que ele possa encaminhar, junto com essa medida provisória, algum outro recurso do Fundo Social do governo, porque nós estamos tratando da liberação de R\$ 24 milhões doados pela sociedade civil e não estou vendo um centavo do governo. Quer dizer, fazer continência com o chapéu dos outros é fácil!

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai, líder do PT.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A convocação que foi acordada aqui entre todas as lideranças para viabilizarmos, nos dias 29 e 30, além das três medidas provisórias, também aquela da solidariedade que o povo brasileiro teve com os catarinenses atingidos pelas enchentes. Ela é meritória e nós vamos autorizar o governo a investir na população atingida.

Gostaria que pudéssemos também, nos dias 29 e 30, discutir o mérito da proposição que a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou nesta Casa, destinando os recursos do Fundo Social para os atingidos pelas cheias.

Como disse muito bem o deputado Kennedy Nunes, além dos recursos da solidariedade humana, que o governo do estado, através do Fundo Social, destine uma parte dos recursos aos atingidos por desbarramentos e pelas cheias.

Então, gostaríamos de fazer um apelo e o encaminhamento de que nos dias 29 e 30 possamos discutir no mérito também da destinação dos recursos do Fundo Social para os atingidos pelas enchentes.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acompanhei a fala do deputado Reno Caramori, do deputado Kennedy Nunes, mas acho que não podemos vulgarizar uma situação para saber de quem é o dinheiro. Se o governo estadual tivesse todo o recurso disponível para recuperar o estado, deputado Kennedy Nunes, não haveria necessidade de ninguém fazer doação. Nós teríamos os recursos aqui. Agora, não podemos brincar com as doações. Mas de onde está saindo o dinheiro para a recuperação de barreiras, das estradas, das pontes? Vamos parar de brincar com a tragédia que aconteceu no estado de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Já que estamos tocando neste assunto, nós temos sido, e eu, particularmente, generosos com o governo do estado, no sentido de aprovar aqui outras formas de arrecadação para ajudar as famílias atingidas pela calamidade pública.

Então, para que tenham todos os catarinenses, dentro das possibilidades e das circunstâncias, o Natal mais feliz possível, é preciso também haver uma proposta com relação aos servidores da Segurança Pública, no tocante à questão salarial. Antes de aprovar qualquer incentivo fiscal nesta Assembléia, porque a Medida Provisória n. 147 tem esse teor, é preciso resolver a questão da Lei 254, porque a revolta dos servidores da Segurança Pública é grande.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final das seguintes matérias: Projetos de Lei n.s.: 0173/2008; 0223/2008; 0224/2008; 0226/2008; 0228/2008; 0230/2008; 0237/2008; 0239/2008; 0241/2008; 0336/2008; 0240/2008; 0338/2008; 0344/2008; 0231/2008; 0103/2008; 0346/2008; 0435/2007; 0396/2008; 0329/2008; 0397/2008; 0149/2008; 0214/2008; 0368/2008; 0372/2008; 0379/2008; 0380/2008; 0381/2008; 0382/2008; 0384/2008; 0061/2007; 0016/2008; 0208/2008; 0299/2008; 0326/2008; 0378/2008; 0371/2008; 0630/2008; Projetos de Lei Complementar n.s.: 0009/2008; 0035/2008; 0024/2008; 0029/2008; 0020/2008; 0037/2008; 0043/2008; 0042/2008.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam as matérias relacionadas em sede de redação final permanecem como se encontram.

Aprovadas as matérias.

Não há mais matérias a votar, srs. deputados.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Apenas quero aproveitar a oportunidade, já que hoje será a última sessão de que participarei nesta Casa este ano, para fazer um convite, de uma maneira muito respeitosa, a todos os deputados, deputadas e funcionários da Assembléia também, para que participem amanhã da sessão em que serei empossado novamente como secretário de estado da Saúde, juntamente com os companheiros Mauro Mariani, Antônio Gavazzoni e José Nei Ascari.

Quero colocar-me à disposição desta Casa para qualquer eventual dúvida, se houver necessidade de uma explicação minha como secretário. Também quero colocar-me à disposição de todos os deputados e deputadas desta Casa, no sentido de tentar construir uma saúde pública melhor, com menos problemas.

Então, desde já faço um agradecimento pela acolhida que tive aqui durante praticamente 90 dias, pois com certeza esta Casa é uma escola política, uma escola de vida e, acima de tudo, uma escola que nos formata para enfrentar os desafios que temos pela frente.

Desde já fica um agradecimento a todos os deputados, a todas as bancadas e colocamo-nos à disposição daquelas pessoas que com certeza querem uma saúde pública melhor.

Sr. presidente, muito obrigado e boa sorte a v.exa., pois praticamente hoje é a última sessão na qual estaremos juntos, tendo v.exa. na Presidência. Quero dizer também que v.exa. é um exemplo de homem público a ser seguido por todos nós, pela maneira correta, pela maneira ética como conduziu a Presidência, e hoje, não tenha dúvida, é conhecido como o presidente dos 80 votos.

Parabéns a v.exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

A Presidência, numa demonstração de rapidez da assessoria, comunica ao Plenário:

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA Nº 084-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão José Natal Pereira, 2º Suplente do PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Luiz Eduardo Cherem, a partir do dia 17 de dezembro do corrente ano.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em FLORIANÓPOLIS, 17 DE DEZEMBRO DE 2008" [sic]

Está convocado, portanto, o deputado José Natal Pereira.

Deputado Luiz Eduardo Cherem, v.exa. já foi substituído pelo deputado José Natal Pereira. Agradeço as suas palavras e v.exa. sabe que lhe desejo muito boa sorte na sua nova tarefa, no seu novo desafio, que é o retorno à secretaria da Saúde, que certamente estará em boas mãos, para a felicidade dos catarinenses.

Sucesso!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Também, sr. presidente, eu gostaria de parabenizar o brilhante colega e deputado Dado Cherem, que faz um trabalho bellissimo na pasta da Saúde tão importante, faz um trabalho com responsabilidade, com integridade, com muita dignidade. Com certeza o povo catarinense está aguardando feliz o retorno do seu secretário. Claro que v.exa. deixará saudade neste Parlamento, mas nós sabemos que precisa estar lá.

Parabéns, também, ao deputado José Natal pelo seu retorno a esta Casa.

Quero ainda parabenizar novamente v.exa., sr. presidente, por ter conseguido, na reunião de líderes, reconvocar-nos para estarmos aqui na Assembléia nos dias 29 e 30 de dezembro, a fim de apreciarmos três MPs de suma importância para o estado de Santa Catarina, que vão beneficiar a população que foi atingida pelas últimas catástrofes que ocorreram em nosso estado.

Gostaria de dar a todos os colegas parlamentares um até breve, porque já estaremos de volta no dia 29, para dar continuidade ao nosso trabalho.

Um abraço bem grande e que Deus abençoe todos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Muito obrigado, deputada Professora Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas quero registrar e convidar o povo de Santa Catarina, já que os deputados desta Casa já foram convidados, para participar nesta Casa, no próximo dia 23, de uma audiência pública com as populações atingidas pelas chuvas neste ano. Foi um pedido daquela comunidade para que fosse debatido esse tema na Assembléia Legislativa.

Então, essa audiência pública será realizada no dia 23 de dezembro, a partir das 10h, no plenarinho, e todas as sras. deputadas e os srs. deputados estão convidados, assim como a população das cidades atingidas.

Aos deputados que não verei na próxima semana, também quero desejar um Feliz Natal e dizer que estaremos aqui no dia 29 de dezembro para votar as medidas provisórias.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência salienta, com a aquiescência do deputado Reno Caramori, que amanhã não haverá sessão e que a próxima sessão será realizada no dia 29 de dezembro, às 14h, para deliberar sobre as três medidas provisórias e o Projeto de Lei n. 0254/2008.

Agora, sim, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, aproveitando a consciência tranqüila do dever cumprido, mais um ano de luta que findamos, agradeço a v.exa. e a toda Mesa Diretora pela bela condução dos trabalhos durante este ano.

Quero deixar um abraço aos nossos colegas deputados, ao deputado Dado Cherem que nos deixa e volta para a secretaria, desejando que tenha êxito na continuidade dos trabalhos naquela pasta que conhece muito bem. Quero, ainda, dar boas-vindas ao deputado José Natal.

Quero desejar a todos os catarinenses, através da TVAL, da Rádio Alecs Digital, um Feliz Natal e um Ano-Novo com muita saúde, muita prosperidade e muita paz. O resto nós faremos com que a própria natureza administre.

Um abraço a todos! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Faltam três minutos para encerrarmos a sessão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, eu acho que é uma honra muito grande poder conviver nesta Casa sob o comando de v.exa., que tem sido um amigo dos parlamentares a cada momento que aqui passamos.

Nós queremos reconhecer isso, desejar a todos os parlamentares uma feliz festa com suas famílias e desejar também aos servidores desta Casa, ao serviço taquigráfico e a todos os demais servidores um Feliz Natal e que Deus ilumine com as luzes natalinas a vida e o caminho de cada um em 2008. Isso serve para a sociedade também.

Então, quero deixar um abraço a todos e dizer que dia 29, se Deus quiser, estaremos aqui, sr. presidente.

Um abraço e muito obrigado!

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o futuro presidente da Assembléia Legislativa, sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, não posso perder a oportunidade de saudar o deputado Dado Cherem e o deputado Clésio Salvaro. Eles são dois companheiros de partido, são dois amigos. Um vai trabalhar em favor da saúde de Santa Catarina e o deputado Clésio Salvaro vai comandar o município de Criciúma.

O deputado Edson Dias (Piriquito) pediu licença para sair? Ainda não, não é? Então, ele estará aqui conosco no dia 29 de dezembro. Assim, quero desejar-lhe desde já toda a sorte do mundo. Mas quero agradecer especialmente aos deputados Clésio Salvaro e Dado Cherem pelo companheirismo, pelo caráter e pelo desempenho que tiveram aqui e muito sucesso na secretaria da Saúde novamente e na nossa querida Criciúma, deputado.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Como líder do PSDB e em nome da bancada, quero desejar a todos, juntamente com suas famílias, um Feliz Natal. Quero desejar sucesso ao deputado Dado Cherem que, a partir de amanhã, volta a ser o secretário de estado da Saúde, e ao deputado Clésio Salvaro, esse valoroso companheiro, que a partir de 1º de janeiro encabeçará a administração municipal da cidade de Criciúma. Desejo, ainda, ao deputado Edison Dias (Piriquito) muito sucesso.

A todos um Feliz Natal! No dia 29 de dezembro estaremos aqui para votar as medidas provisórias, sr. presidente!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, nesta Casa, do vereador Aurélio Valente, fiel escudeiro do deputado Valmir Comin na Câmara Municipal de Florianópolis, que certamente deverá substituir, nas próximas eleições, o deputado Valmir Comin como deputado estadual. A renovação está acontecendo a galope.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, e srs. deputados, gostaria de desejar a todos os colegas um Natal de muita luz, de muita paz. Da mesma forma, quero desejar aos funcionários desta Casa, que estiveram conosco durante todo este ano, um Natal muito iluminado junto com suas famílias, como também a todas as pessoas que nos assistem.

Ao deputado Dado Cherem quero desejar felicidade no novo desafio, eis que retorna à secretaria da Saúde. V.Exa. certamente vai levar saúde para todos os catarinenses de 2009 em diante.

Quero desejar também ao deputado Clésio Salvaro uma frutífera gestão à frente da prefeitura de Criciúma.

Um grande abraço a todos!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu também quero agradecer a v.exa., deputado presidente Julio Garcia, a toda a Mesa Diretora, a todos os servidores desta Casa e a todos os colegas pelo apoio que recebemos ao longo deste ano no desempenho de nossas funções, especialmente na presidência da Escola do Legislativo.

Recebemos de todos os gabinetes muito apoio no empreendimento de nossa função como presidente daquela escola e procuramos desenvolvê-la de forma respeitosa, suprapartidária, fazendo com que efetivamente atuasse na defesa de todos os gabinetes e, acima de tudo, deste Parlamento.

Quero dizer a v.exa., deputado Julio Garcia, que o deputado Dado Cherem lembrou bem: 80 votos marcam o fim de sua gestão ainda nos dias 29 e 30 de dezembro, sob a sua Presidência, até o dia 31 de janeiro, mas temos certeza de que se v.exa. tivesse permitido, o deputado Jorginho Mello, que será o nosso novo presidente, e o deputado Gelson Merísio teriam que esperar mais dois anos.

Agora, estamos satisfeitos de poder chegar ao final desta missão com tanto êxito e tão bem comandados por v.exa.

Temos certeza de que o deputado Jorginho Mello e o deputado Gelson Merísio não só darão seqüência, mas permitirão novos avanços para que esta Casa possa continuar cumprindo com a sua missão.

Quero agradecer a todos os colegas e desculpar-me pelos eventuais excessos que nós, em alguns momentos, possamos ter cometido. Quero desejar ao deputado Clésio Salvaro sucesso na administração de Criciúma; ao deputado Edson Dias (Piriquito) sucesso na administração de Balneário Camboriú, e a v.exa., deputado Dado Cherem, muito sucesso na retomada da secretaria da Saúde.

O Sr. Deputado Edson Dias (Piriquito) - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Dias (Piriquito).

O SR. DEPUTADO EDSON DIAS (PIRIQUITO) - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários desta Casa, nossos assessores, colaboradores de gabinetes, senhores e senhoras, quero desejar aqui um Natal repleto de realizações, de alegrias, de saúde, de muita paz para todos nós, para todo o povo catarinense, para toda a nossa gente.

Quero aqui externar o meu reconhecimento pelo grande homem que v.exa. é, sr. presidente, a quem muito admiro pela condução dos trabalhos e por ter-me ensinado o pouquinho que aprendi aqui dentro. Reconheço em v.exa. uma pessoa exemplar, uma pessoa que sabe conduzir, que sabe dividir o poder, que sabe trabalhar e que sabe ser parceiro e amigo. Isso é muito importante para nós, homens públicos, para que nos possamos espelhar e seguir os bons exemplos da política.

Esta Casa vai deixar-me saudade, podem ter certeza disso. Hoje eu ainda não me despeço, pois retornarei nos dias 29 e 30 de dezembro para, daí sim, fazer o meu pronunciamento a todo esse povo maravilhoso da Assembléia Legislativa do estado catarinense pela acolhida que me deu.

Desejo aqui sucesso ao deputado Clésio Salvaro diante de sua empreitada lá na grande cidade de Criciúma. Da mesma maneira desejo sucesso também a esse combativo e grande companheiro que foi o deputado Dado Cherem, com quem disputei uma eleição de forma muito democrática e respeitosa no município de Balneário Camboriú. Desejo-lhe sucesso na pasta da Saúde e pode ter certeza de que faremos uma parceria tremenda, até pelo fato de termos a mesma base eleitoral, pois temos um compromisso muito grande, não somente com Balneário Camboriú, como também com o estado catarinense.

Assim, deixo aqui o meu abraço a todos os senhores e as senhoras, desejando um Natal com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Muito obrigado, deputado Edson Dias (Piriquito).

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Em nosso nome, em nome do PPS, em nome de toda a família do PPS, queremos desejar um bom Natal e um Ano-Novo repleto de alegria a todos os funcionários desta Casa, aos colegas deputados, para que possamos ter, e de certeza teremos, uma boa saúde e felicidade para que possamos encontrar e continuar trabalhando.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Obrigado, deputado Professor Grando.

O Sr. Deputado Pedro Uczi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczi.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores queremos desejar um Feliz Natal para todos os parlamentares e todos os catarinenses.

Queremos agradecer a oportunidade e a convivência neste ano, desejar sucesso ao deputado Dado Cherem na nova atividade, porque a saúde é fundamental para o povo. V.Exa. tem sensibilidade e com certeza vai cumprir essa missão com toda determinação e empenho. Desejo muito sucesso, de forma sincera, porque para mim, na área de políticas públicas, a saúde é a questão mais central para a pessoa humana.

Desejamos que nos dias 29 e 30 possamos deliberar sobre as medidas provisórias e começar bem 2009 com muitas conquistas e com muitas vitórias para o Parlamento e para o povo de Santa Catarina.

Muito obrigado e agradeço a v.exa., presidente Julio Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczi.

A Presidência também deseja agradecer a todos a colaboração, o espírito de contribuição, o espírito público demonstrado aqui e o respeito com a sociedade catarinense, a quem nós temos a responsabilidade de aqui representar.

As decisões tomadas pelos srs. líderes nos últimos dias, nas últimas semanas, de modo especial a preocupação da Assembléia Legislativa como instituição e não apenas da Mesa Diretora, mas de todos os deputados, com a catástrofe que abalou Santa Catarina, com iniciativas inéditas da Assembléia, nunca acontecidas antes, sem dúvida nenhuma dão a demonstração de que nós estamos procurando acompanhar a sociedade catarinense, evoluir ao longo do tempo e transformar o Parlamento catarinense num Parlamento moderno.

Desejo, em nome do Parlamento, um Feliz Natal a todos! Toda a sorte de felicidade aos deputados, as suas famílias, aos servidores que contribuíram muito para que nós pudéssemos chegar a um final feliz, como estamos chegando, de mais um período legislativo. Este, de forma extraordinária, em função das enchentes, das cheias e dos deslizamentos no vale do Itajaí, que nos obrigou, obrigação e dever que exercéremos com satisfação, a uma autoconvocação nos dias 29 e 30 do corrente.

Aos deputados que não estarão aqui nos dias 29 e 30 de dezembro desejo um Feliz Natal. O deputado Dado Chereim sabe da minha amizade e do respeito que tenho por ele, o carinho, a admiração, os agradecimentos que tenho pelo tanto que ajudou nas tarefas da Assembléia Legislativa, sempre ponderado com conselhos, com participação. Enfim, os meus sinceros agradecimentos e os votos de uma profícua gestão novamente à frente da secretaria da Saúde. As palavras ditas aqui bem demonstram a confiança do Parlamento catarinense e, por via de consequência, da sociedade no seu trabalho à frente da secretaria da Saúde.

Ao deputado Clésio Salvaro, que se despediu hoje, não tive oportunidade de apartear-lo, quero também dizer, de coração, que desejo uma feliz gestão naquela grande cidade, que precisa de um gestor eficiente e que se tenha preparado para isso. E eu tenho certeza de que v.exa., ao longo dos últimos anos, se esforçou ao máximo para se preparar para comandar aquela cidade, que deposita muita fé e muita confiança na sua administração.

Tenho certeza de que haveremos de comemorar avanços naquela cidade. Com as pessoas que tenho falado, todas depositam uma esperança muito grande de que v.exa. possa ser a renovação necessária para o município. Que o senhor possa, com a força do seu trabalho, com a sua determinação, com a sua dedicação, atributos esses que fizeram com que tivesse uma vitória maiúscula na eleição passada, consagrar-se ao longo do seu período administrativo e também ter uma vitória maiúscula no balanço da sua administração nos próximos quatro anos.

Tenha certeza de que estarei, como criciumense de coração, a sua disposição para lutar pelos interesses daquela cidade. Aliás, já temos demonstrado aqui, antes mesmo de v.exa. assumir a prefeitura, do tanto que estamos dispostos a ajudá-lo para que Criciúma possa crescer.

Enfim, quero agradecer a todos que contribuíram para que este momento pudesse chegar com tranquilidade, que nós pudéssemos dar a nossa tarefa por acabada, ainda que parcialmente. Mas podemos comemorar que vivemos num Parlamento à altura da sociedade catarinense e queremos, cada vez mais, trabalhar pelo desenvolvimento do nosso estado ajudando, de mãos dadas com todos, a construir uma sociedade mais fraterna, mais justa, mais humana e mais solidária.

De coração, tivesse eu o poder de falar, falaria por muito tempo para dizer muito obrigado a todos vocês.

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 29 de dezembro, às 14h.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 085 - DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 53, inciso II do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Serafim Venzon, 1º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da renúncia do Deputado Clésio Salvaro, eleito Prefeito do Município de Criciúma.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de dezembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 086-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Maurício Fernando Peixer, 3º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência da efetivação do cidadão Serafim Venzon, 1º Suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, no cargo de Deputado Estadual, enquanto perdurar o afastamento do titular Deputado Gilmar Knaesel.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 24 de dezembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Aguiar - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA N. 087-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença à Senhora Deputada Dagomar Carneiro para ausentar-se do País, no período de 23 de dezembro de 2008 a 02 de janeiro de 2009.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de dezembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Comin - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA N. 088-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Marcos Vieira para ausentar-se do País, no período de 16 a 24 de janeiro de 2009, para participar do Fórum Bioceânico Central da América do Sul, no Chile.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 29 de dezembro de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretário
Deputado Valmir Aguiar - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia dezessete de dezembro de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões zero um das Comissões Técnicas a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Moacir Sopesa,

presentes os Senhores Deputado membros: Dirceu Dresch, Marcos Vieira e Gelson Merisio. Aberto os trabalhos o Presidente fez leitura do seu parecer favorável ao Projeto de Lei nº 0239.3/2008, de autoria Governamental que Dispõe sobre a fiscalização do comércio estadual de sementes e mudas, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira Chefe da secretaria lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, dezessete de dezembro de dois mil e oito.

Deputado Moacir Sopesa
Presidente

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às nove horas do dia dois de dezembro dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, Elizeu Mattos, substituindo Narcizo Parisotto, Pedro Uczai, Pedro Baldissera, Marcos Vieira, Gelson Merísio, Joares Ponticelli e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para aprovação a ata 25ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O Deputado Gelson Merísio, relatou o PLC/0020.0/08, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0348.4/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0026.0/08, exarou parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o PLC/0023.3/08, exarou parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Elizeu Mattos, relatou os PLs/0250.6, 0058.8/08, exarou parecer favorável à ambos, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Gelson Merísio a ambos, os PLs/0307.6, 0310.1/08, exarou parecer favorável a ambos, e os PLs/0294.7, 0305.4/08, exarou parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira, relatou o PL/0278.7/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0289.0/08, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0279.8/08, exarou parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Herneus de Nadal, relatou o PL/0179.5/87, exarou parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0149.0/07, exarou parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Deputado Pedro Uczai, relatou os PLs/0328.0, 0207.3/08, exarou parecer de voto vista pela diligência externa a ambos, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0342.9/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o PL/0314.5/08, exarou parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PL/0149.0/07, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Deputado Jean Kuhlmann, exarou parecer favorável ao PL/0319.0/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0029.9/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Narcizo Parisotto. O Deputado Joares Ponticelli, exarou parecer favorável, ao PL/0335.0/08 que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PLC/0039/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, os PLs/0336.0, 0184.2/08, exarou parecer favorável a ambos, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o OF/0198.4/08, exarou parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o PLC/0040.4/08, exarou parecer favorável com emenda substitutivo global, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria. O Deputado Pedro Baldissera, exarou parecer pela diligência externa, ao PL/0216.4/08 que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon, exarou parecer favorável os PLs/0355.3; 0358.6 e 0324.7/08, que colocados em discussão e votação, foi aprovado por unanimidades, o PLC/0032.4/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o PLC/0033.5/08, exarou parecer favorável, com emenda modificativa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e a MSV/0769/08, parecer favorável, que colocada em discussão e votação, foi aprovada por

unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às nove horas do dia nove de dezembro dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos demais senhores Deputados: Herneus de Nadal, Narcizo Parisotto, substituindo por Elizeu Mattos a partir das 09.40 hs, Pedro Uczai, Pedro Baldissera, Marcos Vieira, Gelson Merísio, Joares Ponticelli e Jean Kuhlmann. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou para aprovação a ata 26ª reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. O Deputado Gelson Merísio, relatou o PLC/0043.7/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0075.9/08, exarou parecer favorável com emenda modificativa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PLC/0041.5/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai e o PL/0340.7/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Herneus de Nadal, relatou os PL/0303.2/08, exarou parecer diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0620.1/08, exarou parecer contrário, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, e o PL/0082.8/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Marcos Vieira, relatou o PL/0277.6/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o PLC/0026.6/08, exarou parecer favorável com emenda supressiva, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, o PL/0334.9/08, exarou parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0223.3/08, exarou parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Gelson Merísio e Pedro Uczai, e o PL/347.3/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Narcizo Parisotto, relatou o PL/0345.1/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Uczai, relatou o PL/0066.8/08, exarou parecer contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete dos Deputados Gelson Merísio, Marcos Vieira, Herneus de Nadal e Joares Ponticelli, a PEC/0001.0/08, exarou parecer contrário, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Marcos Vieira, e o PL/0107.0/08, exarou parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Narcizo Parisotto. O Deputado Jean Kuhlmann, relatou PL/0230.2/08, exarou voto vista parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0029.9/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0231.3/08, exarou parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0233.5/08, exarou parecer favorável, com emenda modificativa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0241./08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, PL/0240.4/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PLC/0020.0/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0235.7/08, exarou parecer favorável, que

colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete ao Deputado Pedro Uczai, os PLs/0237.9, 0337.1/08, PLC/0042.6/08, exarou parecer favorável à todos, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e os PLs/0236.8, 0339.3/08, exarou parecer favorável à ambos, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai. O Deputado Joares Ponticelli, relatou PL/0371.3/07, exarou parecer pela diligência externa, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0173.0/08, exarou parecer de voto vista favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria, os PL/0341.8/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Pedro Baldissera, relatou o PL/0320.3/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Romildo Titon, relatou os PLs/0378.0, 0375.7, 0372.4, 0373.5, 0368.8, 0370.2, 0376.8, 0369.9 e 0367.7/08, exarou parecer favorável à todos, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL/0357.5/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão, foi cedido vista em gabinete do Deputado Pedro Uczai, e a MSV/0770/08, exarou parecer favorável, que colocado em discussão e votação, foi aprovado por maioria. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de dezembro de 2008

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 09:45 HORAS.

Às nove horas e quarenta e cinco Minutos do dia dezessete do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, sob a presidência da Senhora Deputada Ada De Luca, amparada pelo Art.123 do § 1º do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, referente a 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos senhores Deputados membros: Genésio Goulart, Kennedy Nunes, e Elizeu Mattos. A senhora Presidente agradece a presença dos senhores deputados membros, e informa que esta reunião foi convocada para limpar a pauta, já que estes projetos nos foram encaminhados após o encerramento dos trabalhos ordinários do corrente ano. Aberto os trabalhos, a Senhora Presidente convida os Senhores Deputados para relatarem as matérias: O Senhor Deputado Kennedy Nunes passa a ler o seu parecer; no Projeto de Lei nº 0346.2/08, que "Dispõe sobre o Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado e adota outras providências", de autoria do Governo do Estado, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; no OF nº 0393.5/08 que "Encaminha Relatório de Atividades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Penha", referente ao exercício de 2007, de autoria da Entidade Social, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Na seqüência a Senhora Presidente convida o Deputado Elizeu Mattos, para ler o seu parecer no OF nº 0397.9/2008, o qual Encaminha Relatório de Atividades da Associação Lageana da Terceira Idade - ALTERI, referente ao exercício de 2007, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Por não haver mais matéria a ser deliberada a Senhora Presidente agradece a participação dos Deputados membros, dos funcionários da Imprensa, TVAL, Rádio AleSC, som, copa e funcionários da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Claudiane B. Remor Borghazan, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata, que após

ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 2008.

Deputada Ada de Luca

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia dez de dezembro do ano de dois mil e oito, sob a presidência do senhor Deputado Silvio Dreveck, amparado no Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da sétima reunião ordinária da Comissão, que contou com a presença dos senhores deputados Renato Hinnig, Elizeu Matos, Serafim Vezon e Dirceu Drech, substituindo o Deputado Pedro Uczai. O senhor presidente colocou em deliberação e votação a ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, pela ordem de chegada, passou a palavra ao deputado Renato Hinnig, que relatou o **PL/0479.3/2007, de autoria do deputado Herneus de Nadal, que "Reconhece o Município de Sul Brasil como Capital Catarinense do Frango Caipira"** informando que mediante o não cumprimento do diligenciamento o seu voto é pelo arquivamento do presente projeto. Foi colocado em discussão, e não havendo quem o queira discutir, foi aprovado o arquivamento por unanimidade. Na seqüência, o senhor presidente passou a palavra ao deputado Dirceu Dresch, representando o deputado Pedro Uczai, que relatou o voto de vista do deputado ao **PL/0019.1/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que "Reconhece o Município de Vidal Ramos como Capital Catarinense do Cimento"** dizendo que em virtude do município de Vidal Ramos já ser a capital catarinense do doce, seu voto é pela diligenciamento ao gabinete do deputado Cesar Souza Junior, o qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi colocado em discussão e votação o **PL/006.7/2008, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que "Fica vedada por parte das instituições de ensino privadas sediadas no Estado de Santa Catarina a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo"** e o senhor relator, deputado Pedro Uczai solicitou diligência ao Conselho Estadual de Educação e à Secretaria de Estado da Educação, com cópia do projeto de lei, dando um novo prazo regimental, a qual foi aprovada. Continuando, foi colocado em discussão e votação o **PL/0180.9/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann e outros, que "Reconhece o Município de Ibirama como Capital Catarinense do Turismo de Aventura"**. Não havendo quem o queira discutir e com parecer favorável foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o senhor presidente passou a palavra ao deputado Elizeu Mattos, que relatou o **PL/0378.0/2008, de autoria dos deputados Moacir Sopelsa e Jean Kuhlmann, que "Autoriza o Poder Executivo a instituir contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual de Defesa Civil, denominado 'Contribuição para Reconstrução de Santa Catarina'**. Explicou que essa contribuição será cobrada na fatura de luz emitida pela Celesc por um período de 180 dias, no valor de cinco reais, sendo isentos de contribuição os consumidores de baixa renda. Fez uma emenda modificativa passando o valor para três reais. Em votação foi aprovado por maioria, tendo o voto contrário ao projeto do deputado presidente Silvio Dreveck. Seguindo, o deputado Serafim Vezon, relatou pelo deputado Marcos Vieira o **PL/0584.3/2008, de autoria do deputado Manoel Mota, que "Reconhece o Município de Palhoça como Capital Catarinense do Mexilhão"**, colocado em discussão e não havendo quem queira discuti-lo, o projeto foi aprovado por unanimidade. Na seqüência o senhor deputado presidente relatou o **PL/0254.0/2008, de autoria do Governo do Estado, que "Institui avaliação integrada da bacia hidrográfica para fins de licenciamento ambiental e estabelece outras providências"**, sendo o voto pela aprovação com emenda aditiva, colocado em discussão o senhor deputado Dirceu Dresch pediu vista em gabinete do presente projeto, a qual foi concedida. Os senhores deputados Serafim Vezon e Renato Hinnig solicitaram cópia do projeto. O Senhor presidente concedeu vista ao senhor deputado Dirceu Dresch e determinou o envio de cópia aos

senhores deputados Serafim Vezon e Renato Hinnig. Na seqüência o Senhor deputado Dirceu Dresch solicitou a palavra para relatar que recebeu correspondência dos bolsistas da FAPESC pedindo ajuda a Comissão para que o pagamento de suas bolsas seja repassado, pois os mesmo estão em grande atraso. Em deliberação o assunto foi encaminhado pelo envio de correspondência ao Presidente da FAPESC e foi aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião, da qual eu, Maria Natel Scheffer Lorenz, assessora da Comissão, lavei a presente ata, que, após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia Legislativa.

Deputado Sílvio Dreveck
Presidente

*** X X X ***

ATA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE 2ª SESSÃO LEGISLATIVADA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, às nove horas, sob a Presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 28ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, reuniram-se os senhores deputados: Sílvio Décio Góes, Sílvio Dreveck, Gelson Merísio, Renato Hinnig, Manoel Mota, Marcos Vieira, Joares Ponticelli e a deputada Professora Odete de Jesus. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 27ª reunião ordinária, em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. O Presidente Jorginho Mello, comunicou a presença na reunião dos Senhores Miguel Goby Presidente da Associação dos jornalistas), Edgar Reginaldo do Sindicato dos Engenheiros Agrônomos, Edgar Reginaldo do "Sindicado dos Contabilistas". O Presidente, deputado Jorginho Mello relatou o Of. /0060.9/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente, concedeu a palavra ao deputado Décio Góes, que relatou o PL./0335.0/2008, seu parecer foi favorável, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Gelson Merísio relatou o PL./0033.0/2008, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, na seqüência, passou a relatar o PL./0522.0/2007, seu parecer foi pela aprovação, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, o PL./0337.1/2008, relatado pelo deputado Gelson Merísio, teve o parecer favorável, em discussão, foi concedido pedido de vista em mesa ao deputado Décio Góes, o relator explicou ao requerente que o referido Projeto não onera os cofres do Estado, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Sílvio Dreveck relatou o PLC./0032.4/2008, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na continuação, o deputado Marcos Vieira relatou o PLC./0033.5/2008, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também o PLC./0037.9/2008, em discussão, foi solicitado vista em gabinete para deputada Professora Odete de Jesus. Ato contínuo, a deputada Professora Odete de Jesus relatou o PLC./0039.0/2008, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O deputado Manoel Mota relatou o PL./0233.5/2008, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente Jorginho Mello convidou o deputado Renato Hinnig para relatar o parecer conclusivo ao PL./0284.5/2008, disse o relator que a análise foi feita levando em conta preocupação manifestada por parlamentares quanto à necessidade de revisão dos valores orçados para o próximo ano. Isso em virtude de possíveis reflexos da crise financeira mundial sobre a economia catarinense, seu parecer foi pela aprovação da matéria, em discussão em votação, foi aprovado por unanimidade, continuando, passou a relatar o parecer conclusivo ao PL./0285.6/2008, seu parecer foi pela aprovação, em discussão em votação, foi aprovado por unanimidade. O Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, onde, para constar eu, Sílvio Nestor de Souza, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que aprovada por todos os membros, será assinada pelo Presidente, e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado **JORGINHO MELLO**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2008.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS; FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO LAMINADO DE MADEIRA, INCLUINDO OS ACABAMENTOS NECESSÁRIOS; FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE GESSO ACARTONADO; SUBSTITUIÇÃO DE FORRO E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS; SUBSTITUIÇÃO DE PISO BIODEGRADÁVEL, INCLUINDO A RETIRADA E COLOCAÇÃO DE DIVISÓRIAS, INSTALAÇÃO DA REDE ELÉTRICA E LÓGICA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA ESPECIALIZADA.

DATA: 13/01/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 13 de janeiro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032 no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 29 de dezembro de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 230/2008

REFERENTE: 19º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 005/2005-00, celebrado em 02/01/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Primer Produções e Locação Ltda. Me.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar aumento quantitativo ao objeto inicial do contrato incluindo 01 (um) posto de trabalho da categoria radialista (operador de edição).

FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, itens 3.1 da Cláusula Terceira e 6.5 da Cláusula Sexta do Contrato Original e autorização administrativa.

VALOR MENSAL: Passa de R\$ 189.095,87 (cento e oitenta e nove mil, noventa e cinco reais e oitenta e sete centavos) para R\$ 193.245,95 (cento e noventa e três mil, duzentos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos).

Florianópolis, 29 de dezembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Ison Antônio Bettin - Sócio-Gerente.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 231/2008

REFERENTE: 04º Termo Aditivo ao contrato CL nº 034/2005, celebrado em 01/08/2005.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: DIGILAB S.A.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 034/2005-00 pelo período compreendido entre 01/01/2009 e 31/12/2009, referente Prestação de Serviços de manutenção ao software e hardware do equipamento exibidor da TVAL, e locação de equipamento para serviço de "back up" e sistema de chaveamento programável.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato original; e, autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - ALESC

Sérgio Vargas de Souza - Diretor

*** X X X ***

OFÍCIOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA DEPUTADO JÚLIO GARCIA Florianópolis, 24 de dezembro de 2008.

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência e aos demais integrantes da Mesa da Assembléia que este subscritor foi eleito Prefeito Municipal do município de Criciúma no último pleito eleitoral, cuja diplomação ocorreu no dia 15 de dezembro do corrente ano.

Em decorrência, por força do disposto no inciso II, alínea "d", do art. 43 da Constituição Estadual, nesta data e por este instrumento, em caráter irrevogável e irretratável, renuncio ao honroso mandato de Deputado Estadual, para que surtam seus efeitos legais.

Desta forma, requeiro a leitura em plenário desta renúncia e a respectiva publicação no Diário da assembléia.

É-me oportuno apresentar a Vossas Excelências protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Clésio Salvaro
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 29/12/08

*** X X X ***

Ofício nº 113/2008

Florianópolis, 18 de dezembro de 2008

Excelentíssimo Senhor

Deputado JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito autorização de ordem a Vossa Excelência, para o Deputado Marcos Vieira ausentar-se do país, em razão de viagem ao Chile para participar do Fórum Bioceânico Central da América do Sul, de 16 a 24 de janeiro de 2009.

No ensejo, reiterando os cumprimentos, renovo os protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Rozane Bernadete da Silva
Secretária Parlamentar

Lido no Expediente
Sessão de 29/12/08

*** X X X ***

Ofício nº 478/2008

Florianópolis, 17 de dezembro de 2008

A sua Excelência o Senhor

DEPUTADO JÚLIO GARCIA

Presidente da assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste comunicar que estarei em viagem ao exterior no período de 23 de dezembro do corrente a 02 de janeiro de 2009.

Sendo o que tinha para o momento, aproveito para renovar meus votos de estima e apreço.

Respeitosamente,

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO
3º SECRETÁRIO

Lido no Expediente
Sessão de 29/12/08

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 403/08

Determina que nas peças de publicitárias de lançamento imobiliário, deverão constar obrigatoriamente o(s) nome(s) do autor(es) do projeto arquitetônico e/ou urbanístico.

Art. 1º - Nas peças publicitárias de lançamentos imobiliários no Estado de Santa Catarina, veiculadas por órgãos de comunicação escrita, falada e televisionada, deverão constar obrigatoriamente o(s) nome(s) do autor(es) do projeto arquitetônico e/ou urbanístico.

Art. 2º - O empreendedor, responsável pela veiculação da publicidade de que trata o artigo anterior, que não cumprir o que nele está disposto, será inicialmente notificado pelo órgão responsável pela sua fiscalização para que faça a devida retificação nas peças publicitárias que menciona.

Parágrafo único - Em caso de não atendimento da notificação, será cobrada multa de 1.000 Ufirs, sujeitando-se ainda o infrator ao recolhimento do material utilizado na publicidade, se persistir na transgressão.

Art. 3º - Decreto do Poder Executivo Estadual regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado Décio Góes

Lido no Expediente
Sessão de 29/12/08

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem por objetivo precípua a "valorização da Arquitetura quanto à sua função social e cultural, entendida como um componente indispensável para a construção e o desenvolvimento da nossa sociedade através da criatividade, da promoção da qualidade ambiental e da contribuição para uma cultura urbana apropriada e genuinamente brasileira. A valorização do trabalho do Arquiteto passa pela afirmação e reconsideração do Direito Autoral", desta forma, e:

CONSIDERANDO o disposto nos art. 13 e 14 da Lei nº 5.194/66, relativo à menção explícita do profissional e respectivo número da Carteira do CREA em todos os trabalhos de Arquitetura:

"Art. 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no Ed. extra 56";

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, no que diz respeito à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Acervo Técnico dos profissionais da Arquitetura.

Assim, submetemos à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação desta proposta.

*** X X X ***